



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 119 - SÁBADO, 6 DE AGOSTO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1ª Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC</p> <p>2ª Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1ª Secretário Efraim Morais – PFL – PB</p> <p>2ª Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>		<p>3ª Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4ª Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1ª Serys Slhessarenko – PT – MT 2ª Papaléo Paes – PMDB – AP 3ª Alvaro Dias – PSDB – PR 4ª Aelton Freitas – PL – MG</p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (Vago) Gilberto Mestrinho (Vago) Amir Lando Papaléo Paes</p> <p>LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (Vago) Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta Valdir Raupp</p> <p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 19</p> <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT</p>	<p>Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDERES DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PP – 1 Valmir Amaral</p> <p>LÍDER DO PL – 3 Marcelo Crivella</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 3 João Capiberibe</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (Vago)</p> <p>LÍDER DO P-SOL Heloisa Helena</p> <p>VICE-LÍDER DO P-SOL Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p>	<p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – Sem Partido</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 27</p> <p>LÍDER José Jorge – PFL</p> <p>VICE-LÍDERES Álvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 15 José Agripino</p> <p>VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro</p> <p>LÍDER DO PSDB – 12 Arthur Virgílio</p> <p>VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agacieli da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>		<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 127ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 5 DE AGOSTO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 200, de 2005 (nº 492/2005, na origem), de 29 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2005 (nº 4.955/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia – UFBA, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.151, de 29 de julho de 2005. 26678

Nº 201, de 2005 (nº 495/2005, na origem), de 29 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2005 (nº 3.859/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a transformação da Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas – Centro Universitário Federal – EFOA/CEUFE em Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL – MG e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.154, de 29 de julho de 2005. 26678

Nº 202, de 2005 (nº 496/2005, na origem), de 29 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2005 (nº 4.819/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró – ESAM em Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA – RN e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.155, de 29 de julho de 2005. 26678

Nº 203, de 2005 (nº 507/2005, na origem), de 29 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2005 (nº 4.873/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação da Gra-

tificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental – GDAEM e da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa do Meio Ambiente – GDAMB e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005. 26678

Nº 204, de 2005 (nº 512/2005, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2004 (nº 1.138/2003, na Casa de origem), que denomina Milton Santos o Atlas Nacional do Brasil, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sancionado e transformado na Lei nº 11.159, de 2 de agosto de 2005. 26678

Nº 205, de 2005 (nº 513/2005, na Casa de origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei Câmara nº 38, de 2005 (nº 2.674/2003, na Casa de origem), que altera o **caput** do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.040, de 21 de outubro de 1969, que dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, regula a eleição de seus membros, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.160, de 2 de agosto de 2005. 26678

Nº 206, de 2005 (nº 514/2005, na origem), de 2 do corrente, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Márcio Paulo Buzanelli para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN. 26679

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Encaminhamento ao Arquivo dos Requerimentos nºs 377, de 2004, e 95, de 2005. 26680

Recebimento do Aviso nº 27, de 2005 (nº 291/2005, na origem), do Ministério da Fazenda, encaminhando o relatório da execução do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, no período de 1º de abril a 30 de junho de 2005. 26680

1.2.3 – Leitura de requerimentos

Nºs 815 e 816, de 2005, de autoria da Senadora Heloísa Helena, solicitando a retirada, em

caráter definitivo, dos Requerimentos nºs 46 e 47, de 2004, respectivamente. **Deferidos**. 26680

Nºs 817 e 818, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando a retirada, em caráter definitivo, dos Requerimentos nºs 381 e 161, de 2003, respectivamente. **Deferidos**. 26680

1.2.4 – Offícios

Nº 340/2005, de 4 do corrente, da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos. 26680

Nº 307/2005, de 5 do corrente, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio a Governo no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. 26681

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR MARCO MACIEL – Criação dos fundos nacionais de desenvolvimento científico e tecnológico. Críticas ao contingenciamento de verbas orçamentárias. 26681

SENADOR PEDRO SIMON – Análise dos trabalhos desenvolvidos pelas CPMIs em funcionamento no Congresso Nacional. Proposta de uma pauta positiva, a iniciar-se com a reforma política. 26684

SENADOR ALVARO DIAS – Avanços nas atividades das comissões parlamentares de inquérito e expectativa de que os trabalhos resultem na punição dos operadores do esquema de corrupção. 26689

SENADOR SIBÁ MACHADO – Leitura de carta aos militantes do PT do Acre. Manifestação de apoio às investigações no âmbito do Congresso Nacional. Considerações a respeito do pronunciamento do Senador Pedro Simon. 26689

SENADOR JOSÉ JORGE, como Líder – Comentários sobre informação prestada pelo Deputado Roberto Jefferson acerca do processo de reestatização de linhas de transmissão. Anúncio de representação a ser encaminhada pelo PFL ao Procurador-Geral da República. 26692

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Transcurso de 60 anos de lançamento da bomba atômica nas cidades japonesas de Hiroshima e Na-

gasaki. Reflexão sobre o regime de governo parlamentarista. 26700

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Indignação com o prejuízo sofrido pelo Estado de Tocantins na comercialização de carne bovina. 26702

1.2.6 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR LUIZ SOARES – Registro de artigo intitulado “Dirceu faz depoimento firme, mas pouco crível”, publicado na sessão Opinião do jornal **Valor Econômico**, edição de 4 do corrente. 26703

SENADOR REGINALDO DUARTE – Considerações acerca da atual crise política, iniciada com a denúncia sobre o “mensalão” e a corrupção nos Correios. 26705

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Comentários ao artigo “As duas faces da moeda”, do jornalista e ex-presidente do Citibank, Alcides Amaral, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 25 de julho último. 26718

SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO – Transcrição do artigo “Erro tático”, do articulista Tales Alvarenga, publicado na revista **Veja**, edição de 3 do corrente. 26719

SENADOR LEONEL PAVAN – Análise de artigo de autoria de Alexandre Elmi, publicado na edição de 25 de julho último do jornal **Zero Hora**, intitulado “A estrela desce”. 26720

SENADOR ALMEIDA LIMA – Registro de artigo intitulado “Senhor Presidente”, do jornalista e ex-deputado federal João Mellão Neto, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 29 de julho último. 26721

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Transcrição de artigo de autoria da escritora Lya Luft, publicado na revista **Veja**, edição de 27 de julho último, intitulado “É hora de agir”. 26722

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Comentários a respeito de matérias publicadas na imprensa nacional que acrescentam novas denúncias e fatos à atual crise política. 26723

SENADOR ALVARO DIAS – Críticas à postura e declarações do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Transcrição de documento divulgado pela Transparência Brasil a respeito da corrupção no País. 26751

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÃO ANTERIOR

Do Senador Arthur Virgílio, proferidos na sessão de 4 de agosto de 2005. 26755

3 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 111, de 2005. 26765

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 3.185 a 3.207, de 2005. 26765

SENADO FEDERAL

- 5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
– 52ª LEGISLATURA
- 6 – SECRETARIA DE COMISSÕES
- 7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS
- 8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PER-
MANENTES
- 9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PAR-
LAMENTAR
- 10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
- 11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR
- 12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-
CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

- 13 – CONSELHO DA ORDEM DO CON-
GRESSO NACIONAL
- 14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SO-
CIAL
- 15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUN-
TA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)
- 16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE
DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
- 17 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO
EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 127ª Sessão Não Deliberativa em 5 de agosto de 2005

3ª Sessão Legislativo Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Tião Viana, João Batista Motta, Sibá Machado
Leomar Quintanilha e Cristovam Buarque*

(Inicia-se a sessão as 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagens do Presidente da República que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

- Nº 200, de 2005 (nº 432/2005, na origem), de 29 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 60, DE 2005 (nº 4.955/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia – UFBA, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.151, de 29 de julho de 2005;
- Nº 201, de 2005 (nº 495/2005, na origem), de 29 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2005 (nº 3.859/2004, na Casa de origem) de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a transformação da Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas – Centro Universitário Federal – EFOA/CEUFE em Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.154, de 29 de julho de 2005;
- Nº 202, de 2005 (nº 496/2005, na origem), de 29 de julho último, restituindo autógrafos Do Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2005 (nº 4.819/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró – ESAM em Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFRSA-RN e dá outras providências,

sancionado e transformado na Lei nº 11.155, de 29 de julho de 2005; e

- Nº 203, de 2005 (nº 507/2005, na origem), de 29 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2005 (nº 4.873/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental – GDAEM e da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa do Meio Ambiente – GDAMB e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005.
- Nº 204, de 2005 (nº 512/2005, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2004 (nº 1.138/2003, Casa de origem), que denomina Milton Santos o Atlas Nacional do Brasil, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sancionado e transformado na Lei nº 11.159, de 2 de agosto de 2005; e
- Nº 205, de 2005 (nº 513/2005, na Casa de origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei Câmara nº 38, de 2005 (nº 2.674/2003, na Casa de origem), que altera o **caput** do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.040, de 21 de outubro de 1969, que dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, regula a eleição de seus membros e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.160, de 2 de agosto de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

- Serão encaminhados à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo de cada um dos projetos sancionados.

Os processados vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 206, DE 2005

(Nº 514/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o parágrafo único do art. 11 da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome do Senhor Márcio Paulo Buzanelli para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN.

Brasília, 2 de agosto de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MÁRCIO PAULO BUZANELLI

(Curriculum Vitae)

DADOS PESSOAIS

Data e local de nascimento: 20 de março de 1950, Campinas/SP.

Filiação: José Paulino Buzanelli e Ana Calin Buzanelli.

Estado civil: casado (cônjuge: Eliana Marcondes Buzanelli; profissão: socióloga e pedagoga).

Filhos: Paulo Victor(23); Fabiana(20); Marcus Vinicius(18).

Documentos Pessoais: Identidade RG 9813505 (SSP – SP) e CPF 547 760 078-00

FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL

Curso de Formação de Oficial da Reserva da Arma de Infantaria (CPOR/SP), 1971.

Bacharel em Administração – Faculdade de Administração de São Paulo (FASP), 1979.

Curso de Informações categoria “B” – Escola Nacional de Informações(EsNI) (atualmente, Curso de Formação em Inteligência), 1980.

Curso de Informações categoria “A” (EsNI) (atualmente, Curso de Aperfeiçoamento em Inteligência), 1985.

Curso de Informações do Campo Externo (EsNI), 1988.

Curso de Preparação de Oficiais de Inteligência no Exterior – Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos da Secretaria de Assuntos Estratégicos (CEFARH /SAE), 1990.

Curso de Gestão de Recursos de Defesa – Ministério da Defesa/Escola Superior de Guerra, 2002.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

No período de 1969 a 1978, no Exército Brasileiro, como praça e oficial da Arma de Infantaria, tendo exercido funções de comandante de pelotão e de companhia e de estado-maior em várias organiza-

ções militares (1º/6 RI; CPOR/SP; 4ºB1B,39º BIMtz, Cia QG 2 RM).

No serviço de Inteligência desde dezembro de 1978, serviu, até 1987, na Agência de São Paulo do Serviço Nacional de Informações. Entre 1988 e 1999, serviu no Departamento de Inteligência das Secretarias de Assuntos Estratégicos e de Inteligência – órgãos antecessores da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), nas funções de analista e chefe das divisões de crime organizado, de terrorismo e de Oriente Médio. No período de 1995 a 1999, foi chefe da Coordenação de Assuntos Especiais(CAE), unidade voltada para a execução de atividades de inteligência contra o crime organizado.

Em 1997, integrou o grupo de trabalho encarregado de elaborar proposta de texto para o Projeto de Lei de criação da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), naquele ano apresentado ao Congresso Nacional, e que culminou na edição, em 7 de dezembro de 1999, da Lei 9883 (Lei que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência e que criou a ABIN),em vigor.

Em 1998-99, foi conselheiro do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) do Ministério da Fazenda; no mesmo período, foi conselheiro do Conselho Nacional Antidrogas (CONAD) do Gabinete de Segurança Institucional. Foi membro da Comissão Nacional de Combate ao Contrabando (Ministério da Fazenda), em 1998; integrante da unidade especial de trabalho da tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai, em 1997-98. Em 1998, participou dos trabalhos de implantação da Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD). Em 1999, foi membro da Comissão Técnica para Uniformização da Legislação de Combate ao Tráfico de Drogas e o Crime Organizado no âmbito do Mercosul. Ainda em 1999, foi representante da Senad no Programa Calha Norte (Ministério da Defesa).

Integrante da Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais (“gabinete de crise”) da Presidência da República, de abril a dezembro de 1999.

No período de janeiro de 2000 a julho de 2002, desempenhou as funções de Oficial de Ligação e representante brasileiro junto ao *Counterdrug Operations Center/Joint InterAgency Task Force East (JL4TF/E)* – centro de comando e controle interagencial subordinado ao Comando Sul das Forças Armadas dos Estados Unidos e voltado para o intercâmbio de inteligência e ações hemisféricas de repressão ao tráfico de drogas e ao terrorismo, sediado em Key West, Florida.

No período de agosto de 2002 a agosto de 2004, volta a servir na Secretaria de Acompanhamento de Assuntos Institucionais do Gabinete de Segurança

Institucional da Presidência da República, como assessor para assuntos de terrorismo, crime organizado e inteligência da Secretaria Executiva da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDEN) do Conselho de Governo. No mesmo período, foi palestrante no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do Instituto Rio-Branco, na Escola de Inteligência Militar do Exército (ESIMEX) e na Escola Superior de Guerra.

Em 2004, integrou grupo de trabalho interministerial da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional encarregado de propor uma política nacional de prevenção ao terrorismo.

Participou, nos últimos anos, de vários congressos, conferências e reuniões internacionais sobre terrorismo e crime organizado, integrando comitês do serviço de inteligência e delegações interministeriais do governo brasileiro.

Em setembro de 2004, foi nomeado Diretor do Departamento de Inteligência da ABIN, função que desempenha até esta data.

Como principais condecorações, possui a Medalha do Mérito Santos Dumont, a Medalha do Pacificador e é cavaleiro da Ordem do Mérito da Defesa.

Brasília, 2 de agosto de 2005. – **Márcio Paulo Buzanelli**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Presidência, nos termos do inciso I do art. 334 do Regimento Interno, envia ao Arquivo os **Requerimentos nºs 377, de 2004, e 95, de 2005**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Presidência recebeu do Ministério da Fazenda o **Aviso nº 27, de 2005** (nº 291/2005, na origem), encaminhando, nos termos do art. 4º da Resolução nº 20, de 2004, do Senado Federal, o relatório da execução do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, no período de 1º de abril a 30 de junho de 2005.

O Ministro esclarece, ainda, que nesse período não houve realização de operações de administração de passivos, na forma como prevista no inciso II do art. 1º da referida Resolução.

O expediente, juntado ao processado da Resolução nº 20, de 2004, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.
São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 815, DE 2005

Retirada de requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 46, de 2004.

Como não fui votado na data oportuna, essencial para o Estado de Alagoas; em razão de decisão do Ministro requeiro a retirada.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 2005. – Senadora **Heloisa Helena**.

REQUERIMENTO Nº 816, DE 2005

Retirada de requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 47, de 2004.

Como não foi votado na data oportuna, que seria essencial ao esclarecimento dos fatos; em razão da demissão do Ministro requeiro a retirada.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 2005. – Senadora **Heloisa Helena**.

REQUERIMENTO Nº 817, DE 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 256, § 2º inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada, em definitivo, do Requerimento nº 381/2003 de minha autoria.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 818, DE 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada, em definitivo, do Requerimento nº 161/2003 de minha autoria.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Presidência defere os requerimentos que acabam de ser lidos, e, conseqüentemente, os **Requerimentos nºs 161 e 381, de 2003, e 46 e 47, de 2004**, serão definitivamente arquivados.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF/LID/Nº 340/2005

Brasília, 4 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência a troca de posição dos nossos membros, indicando assim o Deputado Fer-

nando Coruja – PPS/SC e o Deputado Raul Jungmann – PPS/PE como titular e suplente, respectivamente, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e, as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1/1995 que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos.

Atenciosamente, – Deputado **Dimas Ramalho**,
Líder.

Ofício nº 307/2005 – GLDBA

Brasília, 5 de agosto de 2005

Senhor Presidente

Nos termos regimentais, comunico que o Senador Flávio Arns passará a compor, na qualidade de Suplente, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

Aproveito a oportunidade para apresentar-lhe minhas cordiais saudações. – Senador **Delcídio Amaral**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao eminente Senador Marco Maciel.

S. Ex^a dispõe de até 15 minutos.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Exmo Sr. Presidente desta sessão, Senador Tião Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, realizou-se anteontem a reunião extraordinária da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia do Senado Federal em atendimento ao requerimento assinado pelo Senador Roberto Saturnino e por mim com o objetivo de discutir os Fundos Setoriais nas Áreas de Ciência e Tecnologia. Os participantes da audiência foram o Dr. Odilon Antonio Marcuzzo do Canto, Presidente da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), entidade responsável pelo gerenciamento dos Fundos Setoriais; o Professor Ênnio Candotti, Presidente da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), instituição aliás muito reputada da comunidade científica brasileira, e o Professor Roberto Nicolsky, Diretor-Geral da Protec (Sociedade Brasileira Pró-inovação Tecnológica).

Sr. Presidente, os Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia foram criados pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Os recursos são gerados pelas contribuições dos setores da economia objeto da desestatização promovida na economia, uma espécie de **royalties** sobre as receitas obtidas na exploração da atividade econômica a que esses fundos se dedicam, e se constituem, a meu ver, numa notável alavanca para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, pois o patrimônio desses fundos destina-se a fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, inclusive inovações, o que é fundamental e extremamente relevante para as respectivas áreas de atividade.

Cada fundo, como dispõe lei sobre o assunto, está voltado para uma área tecnológica como aeroespacial, agronegócio, biotecnologia, telecomunicações, saúde, Amazônia, energia, entre outros. Hoje são 15 ao todo, cabendo destacar o Fundo Verde-Amarelo, cujo objetivo é mais genérico, qual seja, proporcionar recursos para promover integração da universidade e dos centros de pesquisa científica com o setor produtivo.

Interessante destacar que a destinação dos recursos é feita por meio de projetos aprovados por um Comitê Gestor, associado ao respectivo Fundo, que é composto de representantes do Governo (ministérios e agências reguladoras pertinentes), da comunidade científica e da iniciativa privada, que ainda tem no Brasil uma baixa participação na alocação de recursos para a promoção da atividade científico-tecnológica. Se compararmos com outros países, ainda é pequena, muito pequena, a participação, infelizmente, das empresas nessa área. Essa composição do Comitê Gestor é também estabelecida em lei e deve fazer com que os recursos tenham uma destinação objetiva e socialmente produtiva.

A instituição dos Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia representou, não podemos deixar de reconhecer, efetivamente, uma das iniciativas mais importantes no que se refere ao esforço de estimular o desenvolvimento científico e tecnológico do País, inclusive na área da inovação. A necessidade de realizar investimentos substanciais e crescentes nessa área demanda, como é de conhecimento público, somas crescentes de recursos financeiros, e o advento dos fundos significou considerável incremento nas perspectivas de desenvolvimento das atividades na área de ciência e tecnologia do nosso País.

Para darmos apenas um exemplo, Sr. Presidente, a CT-Petro (Fundo Setorial do Petróleo e Gás Natural) implementado em 1999, investiu mais de R\$37 milhões em variadas atividades do setor científico-

tecnológico. Em 2002, praticamente com todos os fundos em operação, esses recursos haviam evoluído para R\$275 milhões no total e, baseado em dados de 2004, ano passado, portanto, o volume total de recursos investidos por esses fundos já se aproxima de R\$600 milhões.

Alguém poderá dizer que ainda é pequeno o volume de recursos, mas ninguém pode deixar de reconhecer que já representa um salto significativo nessa área estratégica para o País. É bom lembrar que talvez a grande questão estrutural brasileira seja o tripé educação, ciência e tecnologia, porque o mundo, sobretudo este que brota do Século XXI, é caracterizado por uma grande revolução nas tecnologias da informação e do conhecimento, e, se o Brasil deseja – é uma postulação legítima –, promover o bem-estar do seu povo e ter uma maior participação na sociedade internacional, é importante estar atento à imprescindibilidade de alocar mais recursos e ter políticas consistentes nos campos da educação, ciência e tecnologia. Sempre me preocupei com essa questão, pois se olharmos as sociedades afluentes do nosso tempo, vamos verificar que elas são também as mais influentes, posto que tiveram cuidado em investimentos maciços nessas áreas, sem os quais uma nação não se afirma, um país não cresce.

Dr. Odilon do Canto, Presidente da Finep, mencionou a criação dos fundos setoriais como “uma feliz engenharia financeira” da gestão do então Ministro Ronaldo Sardenberg, hoje, Embaixador do Brasil, na ONU, que trouxe não apenas maior soma de recursos, mas também maior estabilidade no provimento de recursos disponíveis para o setor científico-tecnológico.

Eis aí outra questão que eu acho importante. Os projetos nessas áreas não podem sofrer descontinuidade no fluxo de liberação dos recursos, porque, na medida em que isso ocorre, são retardados na sua conclusão. E a descontinuidade dos projetos na área da educação, na área de ciência, tecnologia e inovação, pode representar não somente perda substancial de tempo, mas até o comprometimento de uma própria geração.

Também não se pode deixar de destacar os efeitos sociais dos investimentos em ciência e tecnologia. Eles aparecem, por exemplo, nas relações de comércio internacional. Relatório da Unctad, de 2004, instituição cujo Secretário-Geral, até recentemente, era o Embaixador Rubens Ricupero, demonstra que, no período de 1980/2003, a deterioração das relações de troca entre os países em desenvolvimento e os desenvolvidos foi da ordem de 1,3% ao ano, o que é atribuído à incorporação de conhecimento nos

produtos exportados pelos países desenvolvidos, o que significa dizer que, na medida em que agregamos valor às nossas exportações, aumentamos de forma muito precisa nossa participação no comércio internacional, hoje mais competitivo, porque uma das características desse processo de globalização, é certamente a competitividade.

Sr. Presidente, como pode ser observado, a agregação do conhecimento das novas tecnologias aos produtos manufaturados deve ser utilizada como fator de incremento de renda à economia de países como o Brasil em processo de crescimento, constatamos que ainda desconsideramos esse fator, a despeito dos mecanismos institucionais estarem disponíveis.

O Presidente da SBPC, Professor Ênio Candotti, cientista reputado em todo o País, tem insistido no fato de que os desembolsos nos fundos disponíveis têm ficado aquém de sua capacidade e necessidade de investimentos para que o setor cresça a taxas mais significativas. Sabemos que esses recursos estão ainda, infelizmente, sendo objeto de contingenciamento por parte do Governo. Isso tem levado a que, embora os recursos existam não estão sendo apropriados pelos órgãos incumbidos da promoção da ciência e da tecnologia que se voltam para a inovação, atividade que o Brasil também precisa estimular em função, friso, do contingenciamento feito pelo Governo para gerar o famigerado superávit primário. Isso, a meu ver, não deveria ocorrer, porque, se há um setor que deveria estar preservado pela sua essencialidade, é justamente esse, núcleo mais sensível de um crescimento sólido e firme, não somente da economia, mas, também da melhoria das condições sociais do nosso povo.

Daí por que considero que a realização dessa audiência teve o sentido de deixar bem precisa a importância de evitar os contingenciamentos de recursos nessas áreas.

Nesse sentido, os dados mostram que, em 2004, os fundos setoriais obtiveram a receita total de R\$1 bilhão e R\$400 milhões e o Governo empenhou apenas pouco mais de um terço disso, ou seja, R\$593 milhões.

Estima-se que os valores contingenciados, acumulados até hoje, somam cerca de R\$3 bilhões. O ideal seria, como propõe o Professor Candotti, que fossem criados novos fundos, uma vez que há muitos setores que, pela grande importância, ainda não dispõem de um mecanismo que dê sustentação ao setor. São áreas em que o País, por não existirem fundos específicos, não contam com recursos em volume necessário para transferir às nossas universidades,

aos seus centros de pesquisa; enfim, a criar um clima de fato de promoção desse setor.

Apesar da criação dos fundos, Sr. Presidente, é bom lembrar que o Brasil ainda investe muito aquém dos recursos gastos em Ciência e Tecnologia pelas nações desenvolvidas. Mesmo quando comparado com países em desenvolvimento, observa-se que as verbas são relativamente pequenas para as necessidades de investimento de país como o Brasil, caracterizado por uma grande população, por uma excepcional biodiversidade, o que faz aumentar os desafios com que se defronta. A biodiversidade faz com que devamos ter especialistas para diferentes áreas, num espaço quase continental, como é o território brasileiro.

Com efeito, se tomarmos como exemplo um país como a Índia, que promove investimentos da ordem de R\$600 milhões somente em seu programa espacial, e constatarmos que esse é o valor aplicado pelo Governo brasileiro em todos os programas de fomento de ciência e tecnologia com os recursos arrecadados pelos fundos estabelecidos, a partir de 1997, se não estou enganado, pelo Governo Federal. Cabe perguntar: que futuro teremos? Além disso, como destacou o Dr. Odilon do Canto, Presidente da Finep, recentemente empossado, a questão dos recursos constitui apenas uma parte da questão. Há problemas estruturais e aspectos de gestão que devem ser também analisados.

A esse respeito o Prof. Roberto Nicolsky, Diretor-Geral da Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica, chamou atenção para a necessidade de melhorar ou atualizar a compreensão do que vem a ser efetivamente inovação tecnológica, que não deve ser restrita à noção de invenção de algum produto ou processo completamente novo.

Nesse sentido, a gestão do conhecimento se mostra também crucial e oferece um exemplo pitoresco: a introdução dos *containers* na relação comercial internacional, observou ele, não foi uma invenção de um produto novo, mas uma forma inovadora para um conceito antigo, uma vez que se trata apenas de uma “caixa de aço”, mas que representou algo que deflagrou uma verdadeira revolução no transporte de mercadorias seja pelo modal rodoviário, ferroviário ou marítimo.

O professor Roberto Nicolsky insistiu também na importância de observar a experiência institucional de países como o Japão e a Coreia do Sul, que criaram mecanismos extremamente eficazes no fomento ao desenvolvimento tecnológico e que, no Brasil, a criação dos Fundos Setoriais constituiu-se numa dessas raras iniciativas.

Sr. Presidente, além do reduzido volume de recursos de que dispõe o País para investimentos nesse setor, precisamos reforçar mecanismos institucionais que melhor operem a existência desses fundos e, também, as aplicações nesse setor tão dramaticamente importante para o desenvolvimento nacional. Mesmo porque precisamos continuar a geração uma ciência e tecnologia, e promover inovação para a solução dos problemas especificamente brasileiros que nos cabe enfrentar. Tomo como exemplo, na minha região, o Nordeste, a questão de um bioma exclusivamente brasileiro: a caatinga. Não há outro no mundo. A caatinga, que se encontra situada em grande parte do Nordeste do Brasil, é um bioma que não tem nenhum outro semelhante no mundo. Daí por que devemos gerar não somente melhor conhecimento com relação a esse assunto, mas também, a partir daí, buscar desenvolver tecnologias e estabelecer a incorporação desse conhecimento que venha a se converter numa inovação que nos permita vencer atacar problemas, especificamente nossas.

A propósito, convém recordar o papel que a Embrapa está desenvolvendo em todo o País com relação ao que hoje se chama agronegócio. Trata-se de uma instituição que, como Deputado Federal, vi nascer na década de 1970, e de renome pelo trabalho que executa e do conhecimento de nossa biodiversidade.

Na Coreia – e me refiro especialmente à Coreia do Sul – aplica-se, atualmente, algo da ordem de 5% do seu PIB em pesquisas em Ciência e Tecnologia e Inovação, enquanto no Brasil, infelizmente, continuamos patinando no contingenciamento dos Fundos e investimos apenas 1% do PIB, portanto, cinco vezes menor que o investimento da Coreia no setor.

Em síntese, Sr. Presidente, é fundamental que o Senado Federal gestione junto às autoridades do Governo Federal para que suspendam o contingenciamento de recursos dos Fundos Setoriais e do FNDCT e dê respaldo aos programas voltados para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia que, por suas repercussões altamente positivas, são essenciais – friso – para a sociedade como um todo.

Devo até lembrar, Sr. Presidente, que o FNDCT esteve ameaçado de morte anos atrás e, através de um projeto de minha autoria, aprovado pelo Senado e pela Câmara e depois promulgado, o FNDCT recuperou sua vida e é também um instrumento antigo, posto que bem anterior à criação dos fundos setoriais.

Desejo também, Sr. Presidente, acrescentar, adicionalmente, que é necessário que se priorize a regulamentação e o funcionamento desse fundo, do FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Cien-

tífico e Tecnológico, cujo projeto que o reformula se encontra em tramitação já no Senado Federal.

Para finalizar, Sr. Presidente, penso que é chegada a hora de o Congresso Nacional tratar da candente questão de melhorar o processo orçamentário brasileiro. Porque na medida em que não melhoramos a elaboração do Orçamento, lei central com a qual o Legislativo se defronta todo ano, certamente não vamos ter um desenvolvimento sustentado. Somente um Orçamento discutido e votado e que seja efetivamente executado tornará possível evitar que aconteçam coisas, como ocorre agora na área de ciência e tecnologia, com o contingenciamento de recursos, postergando, portanto, o desenvolvimento nacional.

Desejo, portanto, ao encerrar minhas palavras, Sr. Presidente, dizer que a Subcomissão de Ciência e Tecnologia da Comissão de Educação, presidida pelo Senador Flávio Arns, está cumprindo o seu papel de estabelecer a parceria entre o Congresso e as instituições de ciência e tecnologia.

De outra parte, está cumprindo também um papel de ser um grande fórum de debates, para que a sociedade brasileira se conscientize da necessidade de investir em educação, ciência, tecnologia e inovação. Creio e tenho, mais do que convicção, certeza, de que isso é fundamental para que nós crescamos. E cresçamos reduzindo a nossa dependência de tecnologias estrangeiras.

Com isso, eu não quero dizer que o Brasil não deva fazer intercâmbio de ciência e tecnologia, antes pelo contrário. Diria até que é fundamental esse intercâmbio. Nós devemos aproveitar, inclusive, a experiência acumulada de outros países.

Mas é fundamental, também, que estimulemos cada vez mais a nossa comunidade científica e tecnológica, que é muito boa, para que produza mais e esteja habilitada a gerar solução para nossos problemas. Ou seja, se não formos nós, quem o fará?

Se achamos que esse é o caminho, não tem razão para não darmos a esse setor tão fundamental para o País a prioridade que ele merece.

Agradeço, Sr. Presidente, o tempo que me concedeu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

S. Ex^a dispõe de até 15 minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, esta sexta-feira, após uma semana realmente tumultuada, com o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados e três Comis-

sões de Inquérito funcionando ao mesmo tempo, no mesmo horário, é um desafio para o Congresso Nacional, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, de levarmos adiante essa missão difícil que o destino nos colocou e para efetivamente cumprirmos nossa missão.

Quero dizer com toda a sinceridade que saí muito machucado da CPI do Banestado, porque vi ali – e talvez pela primeira vez no Congresso Nacional –, os Parlamentares não se movimentarem como magistrados, buscando a verdade, buscando apurar, mas na defesa: o PT, defendendo o atual Presidente do Banco Central e a política do atual Governo, e o PSDB, defendendo e não permitindo que se entrasse na vida dos ex-Presidentes do Banco Central.

Quanto ao Deputado José Mentor, Relator, a S. Ex^a eu fazia tremendas restrições, porque, como Relator, S. Ex^a não procurava, ao perguntar às testemunhas, buscar a verdade, mas buscava exatamente levar para o lado que queria. E em uma coisa, em seu parecer, em seu relatório – o qual não foi votado – ele não tocou. Foi o Banco Rural, que era exatamente o grande banco de escândalos, de imoralidades que havia ali. S. Ex^a, pura e simplesmente, não tocou nele.

E agora está se vendo que o nome dele está envolvido; e agora está se vendo porque ele não tocou. E ali naquela CPI nós tivemos, talvez como nunca, provas enviadas pela justiça americana com os nomes das CC5 e da remessa do dinheiro para o exterior. Mas não se abriu, porque, conforme informações que tínhamos, era muita gente importante, porque políticos importantes estavam ali.

Preocupado fiquei com as atuais CPIs, porque achei que aquele clima de fazer da CPI um confronto partidário é muito ruim. E soa mal para a consciência do Congresso Nacional. Quando começou a CPI dos Correios realmente havia isto: os Parlamentares do PT querendo não deixar as coisas aflorarem.

Eu me lembro que quando veio a testemunha, a secretária demitida lá de Minas Gerais, contar as histórias de tudo aquilo que aconteceu, alguns Parlamentares quiseram colocar a testemunha no banco dos réus, entrar na sua vida íntima, entrar em detalhes que nada tinham a ver com a busca da verdade.

Hoje – e eu quero fazer justiça – mudou o clima. Hoje com os fatos que aconteceram, com a Bancada do PT surpreendida pelo que não imaginava – e eu respeito que não se imaginava, porque era para não se imaginar que essas coisas tivessem acontecido – a Bancada do PT está agindo com frieza, com responsabilidade. Magoada, machucada, mas está buscando a verdade.

E a Bancada do PSDB, então dona da verdade, de repente viu que o que está acontecendo começou lá atrás, envolvendo, inclusive, o PSDB de Minas Gerais. Então, a Bancada do PSDB está numa posição mais serena e nós estamos conseguindo que na CPI não haja um clima de disputa política, mas que haja um clima que transforme a CPI numa câmara de justiça, transforme o Parlamentar num juiz que tem que dar o seu voto, por mais apaixonado que ele seja politicamente, na verdade e buscar a verdade.

Acho que estamos conseguindo isso, com toda a sinceridade. E estou vendo agora na CPI do Mensalão, presidida pelo bravo companheiro Amir Lando, que tem uma longa experiência e uma longa história sobre isso; e estou vendo na CPI dos Bingos. Eu sinto que se está conseguindo esse clima de o Congresso entender a responsabilidade que tem numa CPI e transformar-se em um órgão do Poder Judiciário que vai analisar, julgar e ter a capacidade de esquecer a sua origem partidária na hora de votar e votar com a sua consciência, buscando a verdade. E eu imaginei que isso não iria acontecer.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já darei a palavra a V. Ex^a

Mas está acontecendo. Está acontecendo porque as coisas permitiram que isto acontecesse. Os fatos foram tão claros que a Bancada do PT, com grandeza, bate no peito, reconhece os equívocos e quer buscar a verdade. Os Parlamentares do PT, inclusive o nosso bravo Senador Sibá, que, no início estava revoltado na Comissão, protestando, gritando, hoje diz: “eu quero a verdade, doa a quem doer, doa a quem doer”. Acho que é uma posição corretíssima, altamente positiva.

Pois não, Senador.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Nobre Senador Pedro Simon, V. Ex^a aborda um tema atual, momentoso e, mais do que isso, de uma maneira séria e com acuidade. É evidente que, se há uma investigação parlamentar, ela deve perseguir a verdade; caso contrário, seria uma farsa, e não podemos admitir que o Parlamento se entregue a uma farsa. É por isso que, quando V. Ex^a destaca hoje que há um espírito de investigação, há de se registrar que o Governo está cooperando na busca da verdade. Isso ninguém há de negar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É verdade.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Está visível a disposição do Governo de colocar à disposição da CPI todos os dados necessários para que a verdade venha à tona. Isso mostra o caráter, mas, sobretudo, uma posição cívica do Presidente Lula. Temos que

destacar esse ponto. Não quero dizer com isso que, amanhã, não possa haver qualquer fato diferente, mas, neste momento, temos que destacar a grandeza do Governo, especialmente do Presidente Lula. E V. Ex^a estava aqui lembrando o espírito da CPI. Tivemos oportunidade – V. Ex^a também presente – de participar da CPI do PC, onde todos se entregaram. Pessoas da grandeza de V. Ex^a e de Mário Covas fizeram diligências as mais singelas, mas que eram importantes na construção do mosaico da prova. É isso que temos que ter. Entendo que hoje estamos vivendo um momento ruim. Bom por um lado, mas ruim por outro. E vou-lhe dizer exatamente. Hoje, a transmissão direta – via todos os meios de comunicação, rádio e televisão – leva um pouco as reuniões plenárias e os depoimentos, sobretudo, a se tornarem intermináveis. Não há a preocupação de fazer perguntas inteligentes para extrair a verdade, mas muito mais para manifestar um ponto de vista pessoal, contar a história pessoal. É importante que a Nação saiba a história de cada um, mas mais importante é que ela conheça a verdade. Para terminar, quero dizer a V. Ex^a que precisamos resgatar esse espírito da investigação e do despojamento pessoal para construção da obra coletiva de apurar os fatos e punir os culpados, se houver.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço V. Ex^a e nunca é demais repetir o papel fantástico que V. Ex^a teve na CPI do **Impeachment**. Sou testemunha de que houve um determinado momento, não do Governo – vamos fazer justiça que o Collor, embora fosse claro que ele não imaginasse que chegasse nele, ajudou no que foi possível –, mas no Congresso, em que havia muita gente assustada, com medo do **impeachment** porque se criaria um sentimento. O Dr. Ulysses era um que, no início, dizia: “Simon, tu tá louco? Logo tu do Rio Grande do Sul? Foi uma CPI como a que terminou levando Getúlio à morte, foi uma CPI que como a que terminou levando o João Goulart à deposição. Vocês vão fazer isso? Vai terminar caindo em cima de nós”. V. Ex^a agiu com muita firmeza, tanto que, quando pediram a V. Ex^a que, no seu parecer, contasse os fatos, mas não concluísse pedindo o **impeachment**, V. Ex^a disse: “Não, vamos fazer o contrário. Peço o **impeachment** e V. Ex^{as} o derrotam no plenário”. V. Ex^a pediu, e as pessoas pensavam em derrotá-lo no plenário e não tiveram coragem. Foi aprovado quase por unanimidade: houve três ou quatro votos contrários, e o restante favorável.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Eu gostaria apenas de fazer um registro antes de V. Ex^a encerrar, Senador Pedro Simon. V. Ex^a teve um papel fundamental. O gabinete de V. Ex^a era a sala de reunião e, eu diria, o coração da CPI. Todos os dias, antes de qual-

quer reunião de plenário, nós nos reuníamos no seu gabinete, onde estabelecíamos a estratégia. V. Ex^a foi o grande coordenador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não. Foi a firmeza de V. Ex^a como Relator.

Lembro-me de que fizemos uma reunião na Presidência do Senado da qual participaram Deus e todo mundo para pressioná-lo, a fim de V. Ex^a emitir o parecer como quisesse, deixando a conclusão para a Comissão.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Exatamente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Lembro-me da resposta de V. Ex^a, que nunca esqueci: “Vamos fazer o contrário. Peço o **impeachment**, o impedimento, e vocês o rejeitam no plenário. Não há problema algum”.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Mas muitos não sabem de um fato que V. Ex^a agora citou, que talvez poderia ser mais bem registrado para a história: o convencimento do Dr. Ulysses no seu gabinete, onde expusemos todas as provas. V. Ex^a, conduzindo aquela reunião por várias horas, até que...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E ele se dobrou.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – ... ele disse assim: “Não. Então, vamos ao **impeachment**”.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Exatamente. Ele se dobrou e viu que era necessário pedir o *impeachment*.

Hoje, a situação é muito interessante. Está toda a imprensa cobrando: vai chegar ao Lula, vai chegar ao Lula? É preciso que se analise essa situação. É obrigado que se analise. O momento que estamos vivendo é completamente diferente de 54 e de 64. Em 54 havia um movimento golpista no ar. A UDN golpista, o Lacerda golpista e brilhante, um grupo de generais golpistas, a grande imprensa golpista estavam tramando o golpe, nunca aceitaram a vitória do Getúlio em 50, nunca admitiram que o Dutra fosse eleito em 45, no lugar do Brigadeiro Eduardo Gomes, e eles levaram o Getúlio ao suicídio, e aconteceu aquilo que aconteceu. A UDN morreu; o Brigadeiro desapareceu; o Lacerda foi cassado.

Em 64 havia um movimento golpista contra João Goulart. Quando Jânio renunciou, não queriam deixar o Jango assumir. Quando Jango assumiu, foi com o parlamentarismo, e quando o plebiscito derrotou o parlamentarismo, iniciou-se o movimento para derrubar o Jango. A velha UDN golpista, os velhos generais golpistas, a velha imprensa golpista e o Lacerda lá adiante.

Agora, não. Eu sou obrigado a dizer, com a maior isenção: não há na imprensa, não há no PFL, no PSDB,

não há nos militares, não há em lugar nenhum o sentido de apegar o Presidente do poder. Todo mundo está muito cômico de que nós pagamos um preço alto: vivemos uma ditadura de 25 anos; tivemos a experiência de um Collor, um guri metido a não sei o quê; do Jânio Quadros, o fantástico herói que renunciou sete meses depois; do Fernando Henrique, o intelectual mais inteligente da América, que deu no que deu. E agora é o Lula, um líder operário, com uma biografia espetacular, de um partido com 25 anos de história. E eu disse ao Lula, jantando na minha casa: Lula, o Brasil está contigo! Tu não precisas, tu não tens que ter preocupação com maioria parlamentar, tu tens que governar com o povo! Escolha os mais capazes, Lula! Escolha os mais competentes! Hoje, todo mundo é Lula. Você vai a uma universidade, todo mundo é Lula; você vai falar com os empresários, todo mundo é Lula; você vai falar com a igreja, todo mundo é Lula! Escolha os mais competentes e faça um governo com o povo, Lula!

E disse uma coisa que repito aqui: fui Governador e tinha a minoria. Governei só com o PMDB e com a sociedade. Quando tinha problema, ia à assembléia, falava com o PSDB, com o PT, com o PDT, com o PFL, dialogava e sempre consegui maioria para os projetos importantes. Quando fui líder do Governo Itamar, aqui, aprovamos o Plano Real, com 500 emendas do Congresso. Mas, no Governo do Itamar Franco, não demos um emprego, não demos um favor, não demos uma emenda, não demos um copo d'água, e, como líder, falo e desafio que alguém diga o contrário! Não colocamos banqueiro no Banco do Brasil, no Banco Central, na Caixa Econômica Federal, no BNDES, nem empresário nem banqueiro! Funcionários aposentados! Não colocamos Ministro da Fazenda nem do Planejamento, de São Paulo, dos empresários da burguesia paulista. E, na hora de votar, vínhamos aqui, o PT votava a favor, os partidos votavam a favor, e não houve um copo d'água que alguém recebesse por causa disso.

Não sei quem o aconselhou a seguir o caminho que segui. Mas, hoje, entendo a posição do Lula. Está assustado. Não quer ficar sentado no Palácio esperando o Congresso avolumar, avolumar, avolumar denúncias e não fazer nada. Então está indo ao povo, que o está recebendo. Mas não é esse confronto que vai servir para nós nem para o Lula. O que vai servir para nós e para o Lula é o que ele disse: “Respeito as CPIs, quero que elas apurem, e apurem tudo, doa a quem doer! Se for do meu partido, se não for, vamos apurar”. Nota 10. É isso que temos que fazer. E, ao lado disso, trazer a tal da proposta positiva, que não seja para esconder a apuração do que está aí. Temos que dar carta aberta para apurar o que tiver que ser

apurado. E vamos aqui fazer uma pauta positiva. Qual é a principal pauta positiva? A principal é a reforma política, que o Lula deveria ter feito logo no início do Governo dele. Falou-se em Reforma Tributária, que não houve, foi só um remendo. Falou-se em Reforma da Previdência, que houve, mas com desgastes enormes no PT, porque, na hora de votar, se esqueceu da sua biografia, da história e das promessas do Partido dos Trabalhadores. A Heloísa foi expulsa por quê? Porque defendeu o programa do partido. A Heloísa votou de acordo com a história do PT e foi expulsa do partido! Poderia ter deixado a Previdência para mais adiante e ter feito a reforma política.

Mas, hoje, não temos como não fazer a reforma política já, porque vai ser um escândalo, irmos para as eleições do ano que vem sem mexer na reforma política. Vai ser um absurdo! No ano que vem não sei nem como vai ser. Muito gente usava caixa 2, muita gente pegava dinheiro por fora e não apresentava conta, não fazia nada. Mas ia se levando, fechava um olho, etc e tal. Mas, agora, está escancarado. Como vai ser feita a campanha política? Como é que o empresário vai dar dinheiro? Como é que vai aparecer dinheiro? Como vai ser feita a eleição no ano que vem?

Esta é uma batalha minha de 20 anos, que hoje não dá mais para discutir: tem que ser dinheiro público de campanha! Recebi milhares de cartas ofendendo-me, ridicularizando-me: “Ah, Senador, vocês estão aí roubando o tempo inteiro, não fazem nada e ainda querem dinheiro público para fazer campanha de vocês”. Mas essa gente não sabe que o dinheiro da campanha é todo público. Toda corrupção começa na campanha eleitoral. A do Collor foi assim. E, agora, é assim. Restos de campanha. Gastos feitos em campanha porque se sabe que não se tem nada a perder. Dinheiro público na campanha! Temos que aprovar isso com urgência urgentíssima. A campanha tem que ser num espaço determinado.

Apresentei um projeto e vou reapresentá-lo no sentido de que a campanha política tem que ser em 90 dias. Qualquer coisa feita fora dos 90 dias é crime. Não pode ter *outdoor*, não pode ter propaganda, e tudo em 90 dias. Tem que ser uma campanha curta. O programa de televisão tem que ser ao vivo. Os Partidos e o Sr. Duda Mendonça ganham uma montanha de dinheiro. Todos eles ganham. Vá ao Rio Grande do Sul. Qual é o maior gasto que você tem? É o programa de televisão, que é gratuito. À estação de televisão você não paga nada. Mas, para montar um programa, é como fazer um filho; é uma fortuna cada programa de dez minutos. O programa tem que ser ao vivo. Quem decide a eleição, nos Estados Unidos, são os quatro

programas que os dois candidatos, frente a frente, de pé, falam perante a Nação.

O Bush ganhou a eleição, e o candidato democrata que estava eleito perdeu, porque, na hora do debate, o Bush tinha suas idéias meio malucas, mas tinha coragem de defendê-las de dizer o que queria. E o candidato democrata ficou tímido, não tinha coragem de dizer se era a favor ou contra o aborto, não tinha coragem de dizer se era a favor ou contra a guerra do Iraque. Então, o povo decidiu: “Prefiro esse que sei o que é àquele que não diz o que quer”. Mas a eleição é decidida ali.

Vamos fazer um programa de televisão ao vivo. No Brasil, o programa de televisão é feito para esconder o candidato. O programa é feito para o candidato não aparecer. Então, eles inventam, fazem uma imagem, fazem um personagem de novela que não tem nada que ver com a política partidária. A campanha tem que ser ao vivo. E aí 50% dos gastos com a campanha desaparecem.

Noventa dias, ao vivo. A cláusula de barreira tem que estar mantida, não podemos ter mais do que quatro ou cinco partidos. Podem existir. Nos Estados Unidos, há quatro ou cinco partidos comunistas, é uma montanha. Não há nada mais fácil, nos Estados Unidos, do que criar um partido; não há nem Justiça eleitoral. Reúnem-se, “vamos ali no cartório”, criam um partido. Mas, daí a ter dinheiro público, daí a ter programa de televisão, daí a ter parlamentar no Congresso Nacional... É preciso haver cláusulas de barreira, que eles não cumprem, não conseguem. Precisamos fazer isso aqui, para dar ao partido um conteúdo de seriedade.

A fidelidade partidária, por amor de Deus! Não pode acontecer o que aconteceu agora. E o PT, que era o grande Partido que combatia, exigia fidelidade partidária e a tinha, usou instrumento de captar Deputado, dobrou a Bancada do PTB, dobrou a Bancada do PT, dobrou a Bancada do PL para conseguir uma maioria fictícia, comprada a peso de dinheiro, uma verdadeira legião estrangeira, que terminou fugindo das idéias, dos princípios e da ideologia do PT.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado, com o maior prazer.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Pedro Simon, ouvi atentamente o que V. Ex^a lembrou de Getúlio Vargas, de João Goulart, de Fernando Collor. Desconheço os propósitos da época; não tenho elementos para examinar com tanta precisão o que de fato aconteceu sobre cada um deles. Sei um pouco mais sobre Fernando Collor, porque via pela televisão na época, um membro popular, sindicalista, coisa parecida. Mas acredito que o Presidente Lula é distinto de cada um deles, e muito bem distinto. Tenho observado que

há uma tentativa muito forte de se fazer uma ligação do Presidente Lula com o que aconteceu. E ontem, por incrível que pareça, ouvi do Roberto Jefferson uma avaliação – e quero lembrar que dizem que a verdade independe de quem a profere – no debate que me chamou a atenção. Disse que, no primeiro momento, parecia que o Presidente Lula tinha estabelecido um parlamentarismo não oficializado, em que ele faria o exercício de Chefe de Estado e alguém faria o exercício de Chefe de Governo, no caso, José Dirceu. Pensa que foi a partir disso que houve certa liberdade para que alguns membros do PT tomassem o rumo que tomaram; houve essa facilidade. E, tão logo ele tomou conhecimento, tomou as providências necessárias de demitir ministros, de pedir a intervenção no PT. De forma que Tasso Genro deixou o Governo para assumir a Presidência do Partido e está tomando gradativamente determinadas decisões que o levam de volta à história dos seus 25 anos e coisa parecida. Com relação ao aspecto da reforma política, lembrado por V. Ex^a, eu acho que não tinha como o Presidente Lula fazê-la no primeiro momento. Isso porque o Senado, por exemplo, que tem uma votação majoritária...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ...a Câmara dos Deputados, quatro anos, é uma eleição da forma que todos nós conhecemos, os projetos, em sua maioria, estão trancafiados lá há mais de décadas. Então, é difícil para qualquer um pedir que se faça uma votação tão profunda da forma como V. Ex^a está convencido que deve ser e nos convence. Passei agora a fazer um estudo de outros projetos que têm por objetivo coibir e punir com maior veemência as pessoas que praticam a corrupção. Estou estudando isso. Já vi mais de trinta projetos da Câmara. Acho muito importante que, além da reforma política, possamos avançar nesses projetos de lei, que também colocam com maior rigor a punição para as pessoas que praticam a corrupção. Felicito V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento e continuo aqui como simples aprendiz de V. Ex^a. Obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Vou encerrar, Sr. Presidente, agradecendo a sua tolerância. Mas antes gostaria de dizer que o nobre Senador argumentou de forma importante. Ou seja, a gente faz a CPI, termina os trabalhos, se há Parlamentares envolvidos a gente pode até cassá-los, mas a opinião pública nos diz: “Não foi ninguém para a cadeia! Não aconteceu nada!” A CPI trabalha com tanto vigor, com tanta garra, a televisão acompanha seus trabalhos e parece que, quando os trabalhos terminarem, vai mudar tudo. E não muda nada. A CPI não

pode dar um dia de cadeia para ninguém. Só se pode colocar na cadeia por denúncia do Promotor e decisão do Tribunal de Justiça.

Por isso, V. Ex^a tem razão, hoje estamos numa situação muito melhor, porque temos um Procurador da República, no Governo Lula – tanto o primeiro, pessoa extraordinária, quanto o atual –, que merece a nossa confiança. Ele merece a nossa confiança.

Eu propus à CPI que fossem ao Procurador-Geral da República falar do Deputado que renunciou, entregar o dossiê que temos contra ele. O Procurador da República tem de decidir. Se não há nada, mande arquivar; mas, se tem, denuncie, em primeiro lugar, para mostrar que ele não vai fugir com a renúncia e, depois, para orientar outros a que não façam o mesmo porque serão processados.

O que acontece? Justiça seja feita ao Procurador do PT. O Senador Antonio Carlos Magalhães renunciou, mas foi denunciado no Supremo e absolvido. O Jader Barbalho renunciou, mas está sendo processado no Supremo – ainda não foi decidido. O Senador Romero Jucá está sendo julgado no Supremo. O atual Procurador está cumprindo a sua parte. Por isso, acho que a Comissão deve ir ao Procurador mostrar que o Deputado renunciou, dizendo abertamente que o fez para fugir da cassação, para não perder os direitos políticos e voltar daqui a dois anos. O tribunal tem a obrigação. O Procurador pode até arquivar, por não haver nada contra ele. Se não há nada contra ele, o que vamos fazer? Ficou claro que o Procurador disse que não há nada contra ele. Mas se há, denuncie.

Aliás, tenho um projeto de lei nesse sentido. Mas acho que não precisa de projeto de lei. O Procurador pode fazer por conta dele, mas o meu projeto diz isso: se um Senador ou um Deputado renunciar enquanto estiver em andamento uma denúncia contra ele, temos que entregar o caso ao Procurador, e ele tem que decidir. Não se pode obrigar que o Procurador apresente uma denúncia se ele não quer apresentar, mas então archive. Ele tem que dar a posição dele e não deixar na gaveta.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Pedro Simon, a propósito da apresentação de proposições que acabem passando uma rasteira nessa estratégia malandra da renúncia, apresentamos, nesta semana também, a exemplo do que fez V. Ex^a, um projeto de lei que altera a Lei Complementar nº 64, acrescentando um item, tornando inelegíveis também para a eleição subsequente aqueles que renunciam. Creio que pode-

mos aprovar esse projeto em regime de urgência aqui nesta hora da investigação.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concorro plenamente. Agradeço, Sr. Presidente. Encerro, dizendo que sou favorável a que tenhamos uma pauta positiva, mas que ela seja ligada ao momento que estamos vivendo. Acho que está provado que não fazer nada, cassar, prender, criar CPI... Termina a CPI e não se fez nada, depois também não se faz. O ideal é fazer agora, quando estamos vivendo o sentimento das coisas erradas, e tenho certeza de que conseguimos aprovar na Câmara e no Senado. Essa é a minha proposta, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, por permuta com o Senador Flexa Ribeiro.

S. Ex^a dispõe de até 15 minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 5 DE AGOSTO DE 2005 QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem.) – Solicito a minha inscrição, como Líder da Minoria, após o Senador Sibá Machado – que, diga-se de passagem, está de uma elegância ímpar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a terá a palavra após o nobre Senador Sibá Machado, que tem 15 minutos, por permuta com a Senador Fátima Cleide.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador José Jorge, muito obrigado pelo reconhecimento.

Sr. Presidente, escrevi uma carta aos militantes do PT do Acre e vou estendê-la aos demais, já que estou usando da tribuna do Senado Federal. Trata-se do meu sentimento sincero neste momento que estamos vivendo.

Às companheiras e aos companheiros do Partido dos Trabalhadores.

O aniversário dos 25 anos de construção do PT, infelizmente, está marcado pelo conjunto de denúncias que envolvem dirigentes e filiados de nosso Partido. Para resguardar o exemplo de compromisso com a justiça social e a ética na política, durante esses anos, o PT terá que enfrentar esta crise com determinação e rigidez maior que a usada contra seus adversários em outros momentos da política nacional.

O compromisso com a verdade é o único caminho capaz de curar a ferida aberta no conjunto do nosso Partido. Refletir sobre esses acontecimentos e entender o que nos levou a esta crise política é tarefa urgente e coletiva.

A escolha da direção provisória, tendo à frente da Presidência o companheiro Tarso Genro, sem dúvida, trouxe a credibilidade necessária para o Partido realizar ações voltadas para uma apuração interna profunda e de esclarecimentos à sociedade.

Essa é uma responsabilidade e atribuição que cabe exclusivamente à direção do Partido. No entanto, para superarmos essa conjuntura, será necessário um amplo e sincero debate de todos em cada canto do Brasil, refletindo sem medo sobre as reais razões que levaram ao atual estágio de descrédito por que passa o PT, interna e externamente.

A simples explicação de desvio ético de algum dirigente é cômoda e não busca a raiz dos nossos problemas. Afinal, desvio ético de membros de qualquer instituição coletiva está sujeito a acontecer. O que precisamos entender é como desvios de comportamentos podem acontecer nas dimensões atuais, comprometendo a biografia de inúmeros líderes nacionais e todo o patrimônio histórico do Partido junto à sociedade brasileira.

Entre diversas explicações, podemos afirmar que a atual estrutura partidária, principalmente a de direção, não permite um efetivo controle sobre seus dirigentes. Não há mecanismos de controle dos encontros e congressos sobre a direção nacional. Da nacional sobre a direção executiva também, são poucos os instrumentos ágeis de controle. E, sobre os membros da executiva, tudo indica não haver ferramentas adequadas para um monitoramento eficaz. Por trás dessa falta de autocontrole, está a lógica de consolidação de uma maioria

partidária a todo custo, mesmo que por meios democráticos.

A formação da maioria é legítima, mas impôs ao Partido uma prática de comando que fortaleceu a obediência e a agilidade de decisão em detrimento do debate e da opinião das minorias. A certeza de uma determinada corrente ou campo político de decidir por meio de uma maioria esterilizou os mecanismos de controle, até mesmo os dos dirigentes de mesmo espectro político. Essa prática que buscava agilidade pode ter tido seus méritos no crescimento do Partido, mas abriu brechas capazes de ferir o Partido como a vivenciada atualmente. Mecanismos de renovação permanente dos dirigentes nas instâncias partidárias pode ser um caminho para diminuir essas brechas.

O Presidente atual, Tarso Genro, tem declarado a necessidade de refundarmos o PT. Sem dúvida, essa é a grande tarefa estrutural com que a conjuntura nos desafia. Para isso será fundamental uma direção fortalecida que reflita não apenas uma maioria, mas as diversas correntes do Partido. Nunca foi tão atual a palavra unidade.

No Acre, nós estamos optando por esse caminho. A nova direção refletirá já, na sua composição, as diferentes correntes e pensamentos presentes no PT do nosso Estado. Essa unidade na diversidade só foi possível com o exercício da humildade tanto da maioria quanto da minoria dentro do PT. Ninguém ou nenhum grupo é capaz de superar esta crise sozinho.

Essa unidade pode e deve ser construída e só acontecerá com muito diálogo. Por isso, propomos que a atual direção abra uma agenda nas diferentes regiões do Brasil antes mesmo de eleger a nova direção, realizando um diálogo mais próximo com as bases do PT, nos Diretórios Estaduais e Municipais, instâncias muito importantes.

As correntes internas do PT, principalmente o campo majoritário, devem, neste momento, agir com muita grandeza. Ter maioria não é relevante, nem determinante agora. Hoje, ter todos reconstruindo o PT...

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a permite um aparte, nobre Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Vou só terminar aqui este pensamento e já ouço V. Ex^a

Ter maioria não é relevante na atual conjuntura. Hoje ter todos reconstruindo o PT é a grande prioridade. As posições de cada um de nós sobre os rumos do Brasil, do Governo e do próprio Partido nesta realidade devem ser debatidas com tranqüilidade e influenciadas pela conjuntura, mas sem ser contaminada pelo imediatismo.

Humildade, diálogo e unidade na diversidade são as atitudes que conclamamos a todos os filiados do PT, para juntos realizarmos uma reconstrução partidária capaz de contribuir com os próximos 25 anos de democracia e justiça social do nosso Brasil.

Ouçõ com atenção V. Ex^a, Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Sibá Machado, eu gostaria de me solidarizar com V. Ex^a pelo discurso. Às vezes, pode dar a impressão a alguém desavisado que nós, da Oposição, queremos mal para o PT. Isso não é verdade. Fazemos oposição por nossa obrigação constitucional, legal. Mas, na verdade, sempre admiramos o PT como um grande Partido. E lamentamos essa crise por que está passando. Temos certeza que a parte boa do PT, vamos dizer assim, poderá levar a cabo a recuperação do Partido. Trabalho há muito tempo num Partido só, o PFL. Não sou daqueles que vivem mudando de Partido. E sei como é difícil montar um Partido que tenha acesso no Brasil inteiro. E o PT conseguiu, nesses 25 anos, montar um grande Partido, mas é necessário que dessa crise, que é do Governo, vamos dizer assim, mas também é do PT, o Partido possa sair fortalecido, melhor ainda do que era, para que continue a trabalhar pelo País, como os demais Partidos. Não há dúvida de que temos aqui no Brasil já uma democracia, mas não temos ainda a governabilidade de que gostaríamos. E, para melhorarmos a governabilidade, temos que ter Partidos políticos fortes, e o PT se transformou no nosso Partido político mais forte. Evidentemente, é importante que ele continue sendo, se não o mais forte, pelo menos, um dos mais importantes Partidos brasileiros. V. Ex^a tem absoluta razão no que diz, como sempre aliás. Muito obrigado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Jorge. Tenho dito reiteradas vezes, também gosto de ser sincero com as pessoas. E a impressão que me deu do trabalho de V. Ex^a como Senador nesta Casa foi muito positiva, dentro dos conceitos que V. Ex^a tem e defende. V. Ex^a chamou muito a atenção, principalmente a minha, porque não tem arredado pé de levar a cabo a defesa dos propósitos em que acredita e que defende.

Queria ainda acrescentar que nosso Partido vai se reunir neste final de semana para debater esses temas. Temos uma eleição – acho que é o único Partido brasileiro que faz uma eleição para seus cargos de direção de forma direta, com os filiados votando diretamente nas suas instâncias. A eleição está marcada para o dia 17 de setembro. Diante de tudo isso, há dúvida se devemos ou não prorrogar a data dessas eleições.

Defendo que só seria importante prorrogar a data se houvesse entendimento de todos, se fosse uma decisão coletiva, unânime; aí valeria à pena. Senão, vai parecer que alguém está querendo se dar bem em relação a outro, porque, há alguns membros do PT, com certeza, indignados, fortemente indignados, com as suas razões. Alguns têm comentado a possibilidade de deixar as fileiras do PT. Eu os respeito. Eu acho que não é saindo do PT que se resolvem problemas. Não é saindo de um cenário de disputas que também se resolvem problemas. Tudo na vida é disputa. A energia, a corrente elétrica positiva e negativa se complementam. O que faz brilhar a luz? Eu não entendo, porque não sou dessa área.

Quero dizer que com relação ao PT, a nossa história foi marcada exatamente pelas divergências. O PT foi um dos poucos Partidos que avançou nisso colocando em seus estatutos a possibilidade de o filiado e a filada se expressarem. Muitos têm dito que o PT é uma casa onde alguém manda e alguém obedece. Isso não é verdade. O direito de divergência está garantido desde a fundação do Partido.

Eu já disse, em pronunciamento anterior, que o Presidente Lula conseguiu evitar ser dominado pelas lideranças sindicais daquele momento, pelas lideranças cartoriais, pelas lideranças de cartório. Não havia lideranças de massas. Ele fugiu disso. Ele também não se entregou de vez aos ideólogos, aos intelectuais daquela época que, na luta pela redemocratização do Brasil, viam nele o grande Líder futuro. Ele não se deixou dominar, nem pelos dogmas da Igreja. Ele conseguiu trabalhar tudo isso sem se entregar. Foi isso que ele fez até agora, diferentemente do que têm dito alguns, ou seja, que o Presidente Lula está ligado a essas coisas que estão acontecendo.

Eu afirmo, com toda a minha convicção, que o Presidente Lula é isento dessas coisas, como já o foi de tantas outras na sua história de luta política. Espero que, neste final de semana, a maturidade prevaleça sobre o PT e não haja nenhuma caça às bruxas. Que os fóruns de investigação trabalhem com liberdade e não haja interferência nem por parte do Governo, nem por parte das nossas Lideranças nesta Casa, na Câmara dos Deputados, muito menos na direção do Partido. A

investigação está ocorrendo livre, leve e solta. A prova cabal é que acusaram o Senador Delcídio Amaral, Líder do PT nesta Casa, Líder do Bloco, Senador da República pelo PT, de ser um Senador e um Presidente chapa branca na CPI. Está aí a prova material de que estavam redondamente enganados. O nosso Partido quer investigação. Nós, mais do que ninguém, queremos a investigação; mais do que ninguém, estamos sofrendo com todas essas notícias; e, mais do que ninguém, queremos nos separar dessas coisas.

O que vimos ontem, Sr. Presidente, me deixou um pouco preocupado. Indaguei o Deputado Roberto Jefferson, que tem 23 anos de mandato parlamentar, foi governista durante todo esse tempo, desde o Governo do Presidente João Batista Figueiredo, como ele mesmo admitiu, e, de lá para cá, passou por todos os Governos, contribuiu com todos. Ele é um mentor, um arquiteto político, como ele se julga, e inteligente – não duvido disso, porque ele prova que é muito inteligente; quando ele quer fazer ele faz. Perguntei a ele como procedeu durante o episódio da votação da emenda constitucional que possibilitava a reeleição no Poder Executivo. Simplesmente, S. Ex^a disse que não sabe de nada, que não soube de nada. O que ouviu foram as denúncias feitas pelo PT, que foram apuradas e não deram em nada. Simplesmente isso.

Tentei aprender ontem numa aula de *show*. Não acho que é lugar para artista se apresentar, mas o Deputado Roberto Jefferson está fazendo um trabalho artístico. Vi ódio nos olhos dele, e isso impressionou. Até fiz outra pergunta: o que significou aquela frase que S. Ex^a disse durante o depoimento no Conselho de Ética da Câmara? O que significa restabelecer os princípios selvagens? Entendo isso, sinceramente, como uma ameaça, Sr. Presidente. O que é espírito selvagem? Selvagem me lembra os homens da caverna, os brucutus...

(Interrupção do som.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me concede mais um minuto, Sr. Presidente? Muito obrigado. Isso me lembra a revista em quadrinhos, **Brucutú**, cujo personagem arrastava a esposa pelo cabelo com um porrete na mão, que os índios brasileiros chamam de tacape, para ter o conflito como uma forma de exercício de poder. Princípios selvagens serão esses, Sr. Presidente? Estará impregnada aí a teoria da seleção natural segundo a qual só os mais fortes sobrevivem? É isso o que ele quer dizer? Quer a eliminação física de alguém? É isso? Acho que precisa de uma explicação melhor. Esta Casa não é palco para isso. Admito que ele pode ter raiva de quem quiser, da maneira que pode até pensar que tenha, mas

não tem o direito, na minha opinião, de fazer ameaça a quem quer que seja.

Sr. Presidente, é preciso muita serenidade neste momento. Ele mesmo admitiu ontem que não tem mais nada, absolutamente nada, a acrescentar a nenhuma das CPIs. Portanto, que fique muito claro para todas as pessoas: a CPMI não é “chapa branca”, como já foi dito desde o começo; a CPMI, seja dos Correios, seja a da compra de votos, seja a dos bingos ou qualquer outra, ela tem que ter, na minha opinião, as cores da bandeira do Brasil. O problema a ser resolvido é de interesse nacional.

Por último, Sr. Presidente, ouvindo aqui o Senador Pedro Simon, um dos Senadores que eu também muito admiro e respeito – cada vez que ele fala é uma aula, principalmente para mim, que sou de origem camponesa, de baixa escolaridade. E nos provoca para a agenda positiva do Governo com o Congresso Nacional e diz claramente – eu concordo com ele – que, dentro da agenda positiva, é preciso estabelecer agora o que pode ser avançado dentro da reforma política para se coibirem, de vez, as promiscuidades dos processos eleitorais e as facilidades do capital não contabilizado, como é a expressão que está sendo utilizada, para financiamentos desconhecidos de todos.

É preciso avançar ainda mais, Sr. Presidente. Num estudo que levanto agora dos projetos que tramitam na Câmara dos Deputados, projetos que fortalecem, no meu entendimento, o poder de justiça para coibir a ação de quem pratica a corrupção; vi uns 30 projetos, alguns mais recentes, outros mais antigos, mas dizer que o Presidente da República teria força para fazer essas medidas serem aprovadas, eu duvido. Porque aqui, no Senado, há outra dinâmica, tanto para a eleição de um Senador, que é majoritária...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – ... que tem oito anos de mandato, que tem outro perfil para chegar a esta Casa, não pode ser igual à Câmara dos Deputados. Então essas medidas avançam rapidamente aqui no Senado pela própria força das circunstâncias. Na Câmara dos Deputados é muito diferente. Portanto, uma reunião entre o Presidente Lula, entre o Presidente da Câmara, Deputado Severino Cavalcanti, e o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, no sentido de estabelecer esta proposta do Senador Pedro Simon me parece muito importante. E poder puxar não só dentro da reforma política, mas também esses projetos que considero importantíssimos para complementar o

que é a punição de uma pessoa que pratica o ato de corrupção.

Sr. Presidente, saudando todos os petista, encerro de vez, agradecendo a homenagem que recebi da Assembléia Legislativa do Estado do Acre por ter apresentado emenda parlamentar para interiorização da nossa universidade. Fui agraciado com isso, agradeço ao Deputado Moisés Diniz, que se lembrou de mim, e faço isso em nome da causa do Acre, em nome de todos.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Siba Machado, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Batista Motta.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PMDB – ES) – Concedo a palavra ao ex-Ministro, grande Senador pelo Estado de Pernambuco, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na realidade, ontem, no depoimento do Deputado Roberto Jefferson, ele citou um caso novo. Na hora, até não entendi bem a que ele estava se referindo. Foi quando ele falou dos entendimentos do que ele chamou de reestatização na área de linha de transmissão. Na verdade, mesmo como ex-Ministro de Minas e Energia que procuro acompanhar esse setor de energia no Brasil, todas as notícias referentes a ele, não tinha ainda ouvido falar nessa palavra “reestatização”. Não há previsão do que se chama de “reestatização”. Quando o Deputado Roberto Jefferson disse isso, pensei, em primeiro lugar, que ele havia se enganado, que ele queria dizer desestatização, que se referia ao Conselho Nacional de Desestatização, ou estatização. Mas, não; era “reestatização” mesmo!

Então, fui analisar e verifiquei que na verdade estava havendo um entendimento, ou uma negociação para que fossem “reestatizadas” as linhas de transmissão que foram vendidas ao setor privado durante o processo de desestatização. Basicamente, o entendimento começaria com a linha chamada Tucuruí-Vila do Conde, que, na verdade, seria da hidrelétrica de Tucuruí para Belém. Vila do Conde é uma cidadezinha que representa a entrada de Belém. Trata-se da segunda linha de transmissão.

Belém – eu me lembro, quando era Ministro – era a cidade com maior risco de “apagão” no Brasil, porque tinha somente uma linha de transmissão de entrada, que, se quebrasse, não haveria como Belém obter energia.

Então nós, naquela época, demos prioridade à construção da linha nº 2, de Tucuruí-Vila do Conde. Foi feita uma licitação ganha por um consórcio formado pelas empresas Schahin e Alusa, além da própria Eletronorte. É uma linha construída de 500 KV de tensão e 300 Km de extensão que está operando normalmente. Presta serviços evidentemente à cidade de Belém e a todo País. Agora, a Schahin estava querendo sair do processo e ofereceu a linha para ser vendida, e aí, nesse caso, a Chesf e a Eletronorte se mostraram interessadas nessa compra, e aparentemente o Sr. Marcos Valério também. O Sr. Marcos Valério pareceu interessado no sentido de fazer com que, da negociação, que seria financiada pelo Banco do Espírito Santo, em contrapartida...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Senador José Jorge, V. Ex^a me permite fazer um registro, interrompendo V. Ex^a por um minuto?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Encontram-se presentes nas galerias as crianças judocas de Irecê, na Bahia. São 35 crianças que vieram participar da competição internacional de judô aqui em Brasília. Sejam bem-vindas. A Casa agradece a presença de vocês.

Muito obrigado, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não. Agradeço também a presença das crianças judocas.

E o que acontece? A Eletrobrás, designada pelo seu então Presidente, que hoje é o atual Ministro de Minas e Energia, começou a fazer estudos no sentido de verificar a forma de serem feitas essas privatizações. A Alusa é uma das donas dessa linha, pois era sócia da Schahin, mas agora elas se separaram. Essa Alusa é aquela mesma empresa suspeita de ter fornecido o dinheiro que o secretário do PT do Ceará transportava na cueca, os US\$100 mil e mais os R\$200 mil. Sabemos que ele pegou esse dinheiro em algum lugar; isso é certo, mas até agora ninguém disse de onde. As investigações indicam que, provavelmente, tenha sido da empresa Alusa, apesar de a comprovação definitiva não ter ocorrido ainda.

Qual seria a idéia? A idéia seria reestatizar essas linhas – são muitas, essa seria a primeira – mediante um financiamento às estatais, Chesf, Eletronorte e outras empresas do setor. Isso não traria vantagem nenhuma, quer dizer, é o tipo da decisão com a qual ninguém sai ganhando porque essa linha já presta um serviço ao País.

Então, se a Eletronorte e a Chesf têm dinheiro sobrando, deviam construir novas linhas de que o Brasil precisa e até prioritariamente investir em geração de energia.

Essa foi uma acusação grave porque seria financiado pelo Banco do Espírito Santo e, em contrapartida, o depósito seria feito para o IRB. Nada disso se realizou, evidentemente, porque, como o Deputado Roberto Jefferson disse, também do entendimento que teria sido feito com a Portugal Telecom não resultou nenhuma transferência de recurso, nenhum negócio adicional. Isso mostra um caminho de negociação muito prejudicial ao País. Esse particularmente é um caso em que o setor privado venderia a linha para o setor público, e ela prestaria o mesmo serviço. Assim, o Governo gastaria o pouco dinheiro que tem para comprar uma coisa da qual não está necessitando. É como diria o ex-Ministro já falecido, Mario Henrique Simonsen, que esse era o tipo do negócio que era melhor pagar só a comissão. Seria muito melhor para o Governo pagar a comissão que ia receber, no caso o Sr. Marcos Valério, no caso o PTB e o PT, quer dizer, dar a comissão a todo mundo do que arcar com o prejuízo de comprar uma linha com a qual não se teria grandes vantagens ou nenhuma vantagem. É necessário atentar para esse tipo de negócio montado por terceiros, usando o Estado para retirar lucratividade, negócio em que o Estado gasta dinheiro e não ganha nada.

Temos que prestar atenção porque, se tentaram uma vez, podem tentar de novo, e esse é o tipo de negócio que não dá resultado algum.

Em segundo lugar, Sr. Presidente – é um tema diferente –, eu gostaria de dizer que nós do PFL – assinado por mim, pelo Líder da Minoria, pelo Senador José Agripino, Líder do Partido no Senado, e pelo Deputado Rodrigo Maia, Líder do Partido na Câmara – estamos entrando com uma representação perante o Procurador-Geral da República, Dr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, exatamente com o seguinte teor.

Eu vou ler um trecho:

Na última quarta-feira, dia 3 de agosto de 2005, os programas jornalísticos e televisivos (doc. 1) veicularam o som e imagem de eventos consubstanciados na inauguração de obras públicas, em Garanhuns, Estado de Pernambuco, como também em Teresina, Piauí, nos quais o Sr. Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva comparecer e discursou não só a propósito do evento, mas, ilegal e indistintamente, fazendo proselitismo político de sua pessoa, com a utilização de expressões apenas apropriada para os palanques eleitorais, como de fato se transformou daqueles que foram ocupados pelo Sr. Presidente nas duas cidades.

Os ilegais episódios, lamentáveis, posto que perpetrados pelo principal dirigente da Nação, apareceram estampados na primeira página dos principais jornais do país (docs. 3, 4 e 5), inclusive com a foto de S. Ex^a usando um chapéu de couro, item típico da vestimenta dos nordestinos(...)

As matérias relacionadas aos episódios são unânimes em afirmar que o Sr. Presidente da República utilizou-se dos palanques armados em praça pública para fins que não se coadunam com a postura da mais alta personalidade pública em eventos financiados com recursos públicos, em sua grande parte angariados com o suor do trabalho dos brasileiros, que carregam o pesado fardo dessa imensa carga tributária que lhe é imposta.

Milhões de reais que não só vêm financiando a aparição do Sr. Presidente nesses verdadeiros palanques eleitorais, a pretexto de inaugurar obras do Governo Federal, compra para essa gigantesca máquina de propaganda, mediante a qual estamos todos vendo que foram desviados para abastecer o caixa dois ou, como querem alguns chamar, os recursos não contabilizados de campanhas eleitorais do Partido dos Trabalhadores e de outras agremiações que formam a base de sustentação do atual governo.

O Jornal **Folha de S. Paulo**, por exemplo, sob o título **“Vão ter que me engolir, afirma Lula”**, informa que “o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sobre um palanque armado em praça pública e em clima de comício eleitoral, afirmou ontem em Pernambuco que, se for candidato à reeleição em 2006, seus opositores terão que “engoli-lo” outra vez.

Vem todo o teor da matéria de todos os jornais, que não vou ler, Sr. Presidente.

E, no final:

Ante os fatos acima informados, entendem os Representantes que V. Ex^a, munido das prerrogativas que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 75/93, tem elementos suficientes para adotar as medidas legais cabíveis. Em primeiro lugar para impedir a má utilização de recursos do tesouro em eventos que não são aproveitados para a realização de campanha eleitoral, como também para buscar o ressarcimento de tais recursos ao erário e a aplicação das demais sanções cabíveis, in-

clusive aquelas que são impostas pela legislação eleitoral.

Ante o exposto e absoluta confiança nos doutos suprimentos jurídicos de V. Ex^a, fiscal maior da lei e da ordem, pedem os representantes providências para que, como já se disse, que se apurem os fatos e se determinem as providências legais cabíveis para devolução aos cofres da União dos valores gastos para a realização dessa verdadeira campanha eleitoral exposta a todo o Brasil, bem como as necessárias para que se coíba o Sr. Presidente da República para utilizar os palanques de inauguração de obras públicas para tal finalidade.

Pede deferimento.

Brasília, em 04 de agosto de 2005.

Senadores José Jorge, José Agripino Maia e Deputado Rodrigo Maia.

Portanto, Sr. Presidente, para encerrar, eu gostaria de pedir a V. Ex^a autorização para transcrição, na íntegra, do requerimento que estamos fazendo à Procuradoria-Geral da República. Na realidade, estamos tomando essa providência não só para que se possa investigar se aquilo foi realmente um comício eleitoral, como tudo faz crer, inclusive com lançamento de *slogan* – “Vocês vão ter que me engolir novamente”. Isso é um *slogan* eleitoral. Em resumo, é um *slogan* eleitoral e uma campanha eleitoral explícita. Não só para isso, mas também para que se evite que o Presidente continue fazendo esse tipo de comício. E esse não é o papel próprio de um Presidente, porque ainda não estamos em campanha eleitoral.

Ontem ele fez um no Piauí, não sei se hoje ele vai fazer outro aqui mesmo em Brasília. O Presidente, apesar da grave crise que o Brasil atravessa, em vez de enfrentar a crise, tem aproveitado o seu tempo para fazer comícios eleitorais em diversas cidades do País.

Então, por conta disso, vamos dar entrada a esse requerimento hoje ainda, em torno de uma hora da tarde, na Procuradoria-Geral da República. Vamos entregá-lo ao Sr. Procurador.

Pedimos ao Presidente Sibá Machado que, conforme o Regimento, autorize a transcrição, na íntegra, desse requerimento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOSÉ JORGE EM SEU PRO-NUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JOSÉ JORGE

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA,
DOUTOR ANTÔNIO FERNANDO BARROS E SILVA DE SOUZA**

JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA, SENADOR JOSÉ JORGE, brasileiro, casado, senador da República pelo Estado de Pernambuco, com gabinete nº 4, Ala Senador Dinarte Mariz, Senado Federal, **JOSÉ AGRIPINO MAIA, SENADOR JOSÉ AGRIPINO**, brasileiro, casado, senador da República pelo Estado do Rio Grande do Norte, com gabinete nº 3, Ala Senador Dinarte Mariz, Senado Federal e **RODRIGO FELINTO IBARRA EPITÁCIO MAIA, DEPUTADO RODRIGO MAIA**, brasileiro, solteiro, deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro, com gabinete nº 308, anexo IV, da Câmara dos Deputados, vêm, respeitosamente, perante a honrada presença de Vossa Excelência, **REPRESENTAR** perante essa d. Procuradoria, no sentido de se solicitar as providências da lei, tendo em vista as razões de fato e de direito a seguir alinhadas:

Na última quarta-feira, dia 3 de agosto de 2005, os programas jornalísticos televisivos (doc. 1) veicularam o som e imagem de eventos consubstanciados na inauguração de obras públicas, em Garanhuns, Estado de Pernambuco, como também em Teresina, Piauí, nos quais o Sr. Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva comparecer e discursou, não só a propósito do evento, mas, ilegal e indisfarçadamente, fazendo proselitismo político de sua pessoa, com a utilização de expressões apenas apropriada para os palanques eleitorais, como de fato se transformou daqueles que foram ocupados pelo Sr. Presidente nas duas cidades.

Os ilegais episódios, lamentáveis, posto que perpetrados pelo principal dirigente da nação, apareceram estampados na primeira página dos principais jornais do país (docs. 3, 4 e 5), inclusive com a foto de S.Exa. usando um chapéu de couro, item típico da vestimenta dos nordestinos, consagrado como um dos principais símbolos daquela gente, que também figura estilizado na bandeira do Estado de Pernambuco.

As matérias relacionadas aos episódios são unânimes em afirmar que o Sr. Presidente da República utilizou-se dos palanques armados em praça pública para fins que não se coadunam com a postura da mais alta personalidade pública em eventos financiados com recursos públicos, em sua grande parte angariados com o suor do trabalho dos brasileiros, que carregam o pesado fardo dessa imensa carga tributária que lhe é imposta.

Milhões de reais que não só vêm financiando a aparição do Sr. Presidente nesses verdadeiros palanques eleitorais, a pretexto de inaugurar obras do Governo Federal, como para essa gigantesca máquina de propaganda, mediante a qual estamos todos vendo que foram desviados para abastecer o caixa dois ou, como querem alguns chamar, os recursos não contabilizados de campanhas eleitorais do Partido dos Trabalhadores e outras agremiações que formam a base de sustentação do atual governo.

O Jornal Folha de S. Paulo por exemplo, sob o título **“Vão ter que me engolir, afirma Lula”**, informa que o *“o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sobre um palanque armado em praça pública e em clima de comício eleitoral, afirmou ontem em Pernambuco que, se for candidato à reeleição em 2006, seus opositores terão que “engoli-lo” outra vez.”*

Eis o inteiro teor da matéria:

Um dia depois de ver seu nome envolvido diretamente no escândalo do “mensalão”, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sobre um palanque armado em praça pública e em clima de comício eleitoral, afirmou ontem em Pernambuco que, se for candidato à reeleição em 2006, seus opositores terão que “engoli-lo” outra vez.

Durante discurso feito em Garanhuns (a 235 km de Recife), Lula elevou o tom para falar de seus opositores políticos e da imprensa. “Se eu for [candidato], com ódio ou sem ódio, eles vão ter que me engolir outra vez, porque o povo brasileiro vai querer”, afirmou Lula, sob gritos e aplausos. Foi uma referência à frase “vocês vão ter que me engolir”, do ex-técnico da seleção brasileira Mário Jorge Lobo Zagallo.

Mais tarde, em Teresina (PI), o presidente voltou a falar sobre disputa eleitoral. Disse que não devia a sua eleição a “conchavos políticos” e que ele não “precisa de piedade”. Na vila que visitou, enfrentou duas manifestações e foi chamado de “ladrão”.

Rumo a 2006

Em Garanhuns, Lula reclamou seu direito de concorrer ao pleito e insinuou que seus adversários temem sua participação. "Eu ainda nem disse que sou candidato, mas tem gente que fala: "É preciso fazer ele sangrar, para chegar fraco nas eleições", declarou.

Foi uma referência a conversas que circularam em Brasília. Em meio à mais densa crise política em uma década, surgiram informações de que oposição e governo poderiam fechar um acordo: Lula preservaria sua biografia política e seguiria até o fim do mandato; em troca, a oposição (que desejaria um Lula enfraquecido em 2006) não pensaria em pedir o seu afastamento. Os dois lados negaram a discussão de tal idéia.

O presidente disse ontem que não foi o responsável pela aprovação da proposta de reeleição, mas que agora não vê motivos para não usar essa prerrogativa. "Na Constituinte, votei para não ter reeleição, mas, agora, dizer que eu não posso concorrer com base em quê? Com medo de que eu possa provar que em quatro anos fiz mais do que eles durante oito anos?", questionou, referindo-se aos mandatos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

O presidente vinha sendo preservado dos ataques diretos. Anteontem, porém, durante o depoimento do ex-ministro José Dirceu (Casa Civil) ao Conselho de Ética da Câmara, seu nome apareceu no escândalo. Segundo o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), o publicitário Marcos Valério e o tesoureiro do PTB, Emerson Palmieri, foram a Lisboa negociar com uma empresa privada uma operação para quitar dívidas de campanha, sob orientação do próprio Lula. Os envolvidos negaram a informação.

Animado pelas cerca de 8.000 pessoas que, segundo a Polícia Militar, acompanhavam o discurso, o presidente atacou seus opositores. Disse que aprendeu a ter "dignidade e vergonha na cara" e que respeita os outros. "Se querem respeito, me respeitem, porque eu não devo a minha eleição a favor de ninguém. Eu devo a minha eleição ao povo deste país, que acreditou e que votou. E é a ele que eu prestarei contas no momento certo", afirmou.

E comentou a crise ao dizer que era um homem "calejado" e que já havia apanhado muito na vida. "Eu nunca tive alguma coisa que não tivesse que lutar feito um desgraçado para conquistar", declarou. "Só espero que, quando terminar a CPI, os culpados sejam entregues num processo ao Ministério Público para serem processados", disse. "Espero que o Ministério Público mova uma ação, e quem deve pagar

pague, seja do PT, seja católico ou evangélico, seja do PMDB. Não tem cor, não tem raça, não tem sexo, não tem ideologia." Lula reclamou da imprensa, o que ele já havia feito anteontem, e pediu que, após as investigações, a mídia se desculpe com os eventuais inocentados.

Eventos populares

Desde a semana retrasada, Lula tem falado em eventos populares, como o organizado por sindicalistas no ABC e por taxistas em Brasília. Ontem, discursou na cidade onde nasceu, para um público formado por aliados. Duas pequenas manifestações foram registradas durante o evento, destinado ao lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar. Um grupo formado por cerca de 30 estudantes protestou contra a reforma universitária. E o produtor de eventos Genivaldo de Melo Costa fez um ato solitário: se fantasiou de palhaço e fez uma performance com uma mala "cheia de dólares e reais". Seguranças retiraram Costa do local.

Em Teresina, o presidente esteve em outro evento popular. Retornou à Vila Irmã Dulce, bairro pobre que visitou nos primeiros dias de seu mandato acompanhado de quase todos os ministros.

Na vila, enfrentou mais manifestações. Chegou a ser chamado de "ladrão" e foi acusado de ser chefe do esquema do "mensalão". Na tentativa de proteger o presidente, o cerimonial da Presidência não permitiu a entrada de faixas contrárias ao governo.

"Conchavos políticos"

Ao discursar em Teresina, Lula deu a entender que não aceita negociações sobre a sua permanência na Presidência, pois não deve sua eleição "a conchavos políticos", e criticou parlamentares que "gostam de fazer um pouco de encenação" nas CPIs do Congresso.

"Eu não devo a minha eleição a conchavos políticos, eu devo a minha eleição a 52 milhões de homens e mulheres deste país que acreditaram e que votaram."

Lula disse que é necessário "respeito" às instituições e afirmou que "não precisa de piedade".

"Este país está dizendo àqueles que já governaram: "Por favor, o presidente Lula não precisa de favor, o presidente Lula não precisa de

piedade". A única coisa que eu preciso é que não atrapalhem este país a ser uma grande nação, que o povo há de ser um povo que viva condignamente e com respeitabilidade", afirmou o presidente.

Sobre a CPI, disse: "Nós achamos que a CPI é um instrumento importante e vamos fazer com que a CPI tenha todas as facilidades para funcionar. Tem muito deputado e senador sério querendo fazer apuração. Tem outros que gostam de fazer encenação, mas também estão no seu papel, não vamos achar ruim".

A conduta perpetrada pelo Sr. Presidente da República encontra óbices na legislação pátria, tal como na que aproveitamos para transcrever em parte, bem na lei eleitoral (Lei nº 9.504/97), que proíbe a propaganda antecipada, ainda mais por parte de detentores de cargos públicos, neste caso por se configurar em abuso de poder de autoridade.

(Lei 8429/92 - Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.)

"Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;

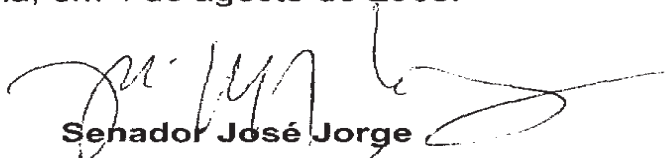
... "

Ante os fatos acima informados, entendem os Representantes que V.Exa., munido das prerrogativas que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 75/93, tem elementos suficientes para adotar as medidas legais cabíveis. Em primeiro lugar para impedir a má utilização de recursos do tesouro em eventos que são aproveitados para a realização de campanha eleitoral, como também para buscar o ressarcimento de tais recursos ao erário e a aplicação das demais sanções cabíveis, inclusive

Ante o exposto e absoluta confiança nos doutos suprimientos jurídicos de V.Exa., fiscal maior da lei e da ordem, pedem os Representantes providências para, como já se disse, que se apure os fatos e se determine as providências legais cabíveis para a devolução aos cofres da união dos valores gastos para a realização dessa verdadeira campanha eleitoral exposta a todo o Brasil, bem como as necessárias para que se coíba o Sr. Presidente da República de utilizar os palanques de inauguração de obras públicas para tal finalidade.

Pede deferimento.

Brasília, em 4 de agosto de 2005.



Senador José Jorge



Senador José Agripino Maia



Deputado Rodrigo Maia

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. João Batista Motta, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Senador José Jorge, a Presidência afirma a V. Ex^a que o atenderá na forma regimental.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o nobre Senador João Batista Motta, que dispõe de 15 minutos.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há sessenta anos, no mês de agosto, o mundo ficou aterrorizado com o lançamento de duas bombas atômicas sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki. Quase trezentas mil pessoas foram, em poucos segundos, ou precisamente em vinte segundos, eliminadas da face da Terra sem deixar nenhum vestígio. E o pior: um terço desses mortos eram crianças.

Eu queria falar ao povo brasileiro que neste momento assiste à TV Senado que, hoje, o mundo detém um estoque de 45 mil bombas atômicas. Essas bombas são sessenta vezes mais potentes do que as lançadas em 1945. Isso equivale a dizer que, se forem jogadas as 45 mil bombas, num só momento, destruiremos trinta planetas iguais à Terra de uma só vez, em alguns segundos.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a minha preocupação não é somente com esse ângulo. Vamos estudar a origem, o motivo por que o lançamento dessas bombas aconteceu. Havia naquela época, como há hoje ainda, governos tiranos, fruto de regimes equivocados. O mundo atual, países atuais não podem ser governados apenas por uma cabeça.

A Segunda Guerra Mundial, que deu origem ao lançamento dessas bombas, começou com um tirano cuja história todos conhecem, o governante alemão Hitler, que colocava mulheres e crianças em câmaras de gás, eliminava de uma só vez a todos e depois os enterrava em covas rasas.

E aí nos perguntamos: por que ainda há países governados por uma só cabeça? E essa só cabeça, e esse só governante é fruto de quê? É fruto de um regime presidencialista. E quem exporta esse regime presidencialista para o mundo, não adotado nos países mais avançados, mas que ainda persiste em países que não alcançaram o avanço desejado, como é o caso do nosso Brasil?

Gostaria de lembrar aqui ao povo brasileiro que o Iraque só foi bombardeado pelos Estados Unidos por determinação de uma só cabeça, a cabeça do Bush. Só ele quis bombardear o Iraque, só ele dizia que o Iraque tinha armas químicas. E aí o mundo viu mais essa catástrofe que perdura até hoje, porque os iraquianos não concordam com a intervenção em seu país e continuam lá perdendo suas vidas a cada dia.

Chego agora ao nosso País. Sou fundador do PSDB. Muitas vezes nós, que éramos quarenta Parlamentares aqui – Fernando Henrique, Mário Covas, José Serra, Aécio Neves, Paulo Hartung e tantos outros nomes ilustres –, íamos ao Ceará, onde tínhamos um Governador do PSDB, o Ciro Gomes, e lá discutíamos o que poderíamos fazer pelo Brasil caso chegássemos ao governo. E, naquela oportunidade, a primeira meta que tínhamos era o Parlamentarismo. Todos tínhamos convicção de que um país com a dimensão do nosso, com a beleza do nosso, com as riquezas do nosso, não poderia ser governado por uma só cabeça. Infelizmente, chegamos ao poder, e o Presidente eleito não se deteve ao assunto Parlamentarismo; pelo contrário, concentrou mais poderes na mão do governo central, e continuamos na mesma até hoje.

Estamos passando agora por essa crise terrível, que muita gente diz que é crise política, mas discordo dessa idéia, pois acho que seja uma crise policial. Não acredito que o Congresso esteja todo sendo atingido pelos escândalos que vemos todos os dias nos jornais e na televisão. Não! Tenho mais a impressão de que se trata de um grupo que resolveu ganhar dinheiro, apoderou-se da periferia do poder e fez um plano, e esse plano não está dando certo. Não acredito que o Presidente Lula tenha se envolvido nisso, como não acredito que 95% do Parlamento tenha se envolvido nisso. No entanto, todo o nosso Parlamento hoje vive enlameado com essas denúncias e essas apurações que estão acontecendo.

Acabei de apresentar um requerimento onde peço a quebra do sigilo fiscal e bancário de todos os Parlamentares federais e de todos os seus gabinetes. Gostaria que ficasse apurado, de uma vez por todas, quem foi que pegou dinheiro para votar em projeto do Presidente. Repito o que eu falei outras vezes: não acredito que o Presidente tenha dado dinheiro para pagar nenhum deputado federal ou senador, porque o Presidente Lula nunca mandou para aqui nenhum projeto que fosse desabonador, nenhum projeto de interesse pessoal dele ou de amigos. Os projetos grandes que aqui discutimos foram projetos das reformas, reformas

tímidas que não resolveram em nada os problemas do Brasil. Nós, na época, defendíamos que os projetos fossem elaborados com mais profundidade e as reformas fossem mais bem feitas. Mas isso, infelizmente, não aconteceu, e continuamos na mesma.

Presidente Lula queria fazer um apelo a Vossa Excelência, um apelo ao Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, para que pensássemos, agora, na reforma política, em implantar no País um regime parlamentarista. Lula seria um grande Chefe de Estado. O Fernando Henrique Cardoso teria sido um outro grande Chefe de Estado.

Mas o administrador, aquele que ia pôr em prática as políticas de que o povo brasileiro necessita seria talvez um empresário, um político, um médico, um advogado ou engenheiro. Seria um primeiro-ministro que poderia cair a qualquer momento, um primeiro ministro nomeado pelo Parlamento e que não saísse da algibeira desse ou daquele cidadão. Seria um primeiro ministro que, no momento que cometesse um erro, fosse demitido. E o País continuaria do mesmo jeito sem que houvesse esses escândalos. Sem que houvesse a necessidade de parar, deixando o povo morrer de fome lá na ponta. Nós não podemos permanecer nisso.

Presidente Lula, vamos acordar, vamos fazer deste País um país gerenciado por um primeiro-ministro, por um gerente, como acontece em todas as empresas. Um cidadão monta uma grande ou pequena empresa, mas contrata um gerente, uma pessoa para comandá-la. E se essa pessoa cometer um erro, o que acontece? O proprietário demite. E o proprietário desse primeiro-ministro seria o povo, seria o Congresso Nacional. E não demite só por ter cometido um erro, não. Por exemplo, demite por ter perdido a credibilidade. E pode ter perdido a credibilidade até por um engano do Congresso, por um engano do povo, até por uma denúncia infundada. Mas no momento em que perdeu a credibilidade, tem que dar o lugar para outro. E o Brasil não pode viver nesse programa de solução de continuidade. O nosso povo não suporta mais. O homem da ponta, o homem do campo, trabalhador, não tem mais como resistir.

Não adianta pensar que vamos resolver o problema com uma reforma política sem que o parlamentarismo seja implantado, porque não vamos resolver. Vamos para as eleições, vamos novamente ver um presidente no poder, fruto de suas bravatas, fruto de suas mentiras divulgadas pelos órgãos de comunicação.

Então, Sr. Presidente, faço agora, como já disse, um paralelo entre aquilo que o mundo sofreu pelas guerras, pelas cabeças malucas que ocupam o poder por este mundo afora. Não é caso do Brasil, mas podemos, no ritmo em que estamos crescendo, ocupar o primeiro, o segundo, o terceiro lugar no *ranking* mundial – não tenho dúvida disso, confio neste País.

Agora, por que chegar a esse ponto sendo governado por uma só cabeça? Hoje, se vê a todo mo-

mento na televisão dizer-se que o Brasil vive um parlamentarismo. O Presidente Lula é um Chefe de Estado: ora está dançando, dando entrevistas em Paris, representando o País pelo mundo afora; daqui a pouco, está com as criancinhas pobres do Nordeste; daqui a pouco, está recebendo alguns empresários no Palácio Alvorada. E quem está gerenciando este País? Até há poucos dias, sabíamos que o Ministro José Dirceu era o homem forte. Hoje, quem está comandando o Brasil? Não se sabe.

Os ministérios, com a crise, estão cada vez mais enfraquecidos. O Ministro Ciro Gomes, hoje, está enfraquecido; o Ministro da Agricultura, um homem com estatura de ser o Presidente deste País, pela sua competência, pela sua determinação, por ser um homem do campo, um homem que conhece os problemas do Brasil, está aí desgastado no Ministério da Agricultura, sem poder praticar nenhuma política que venha ao encontro dos interesses dos produtores deste país; está de mãos atadas. Eu, se fosse o Ministro Roberto Rodrigues, pediria demissão; ele não merece passar pelo que está passando. A mesma coisa com o Ministro Ciro Gomes; a mesma coisa vimos agora com o companheiro Romero Jucá, no Ministério da Previdência, desgastado.

Por que, Presidente Lula, não damos um murro na mesa? Por que, Presidente Renan Calheiros, não fazemos com que este País tome juízo de uma vez por todas? Esta é a oportunidade de todos sairmos consagrados daqui, nós, parlamentares, e o Presidente Lula, dando ao povo brasileiro um regime que possa nos trazer tranquilidade, felicidade, garantia de trabalho, garantia de distribuição de riqueza para os nossos filhos e netos. Este País não pode mais ficar formando cidadãos e mandando-os depois lavar pratos nos Estados Unidos ou em outros países. Não há mais lugar para esse tipo de política. Não há mais lugar para as políticas de bravata. Não há mais lugar para aventureiros. O País hoje merece, precisa, necessita de alguém que olhe para o futuro.

Ontem, por exemplo, eu denunciei aqui que estamos entregando toda a nossa riqueza para o restante do mundo, entregando de graça: 218 milhões de toneladas de ferro exportadas por quanto? Por R\$4 bilhões! Só de madeira – ninguém fala nisso – foram exportados R\$3 bilhões; de aço laminado foram exportadas apenas 6 milhões de toneladas e isso produziu na balança de pagamentos R\$4 bilhões. Por que exportar pedras ornamentais, granito, ouro **in natura**? Por que não exigimos que essas matérias-primas sejam beneficiadas no Brasil?

Com a minha proposta, não quero resolver o problema, mas apenas acender uma luz no coração dos brasileiros que pensam no futuro deste País. Nosso minério, nosso ferro acabará em trinta anos. Não podemos correr o risco de amanhã deixar os nossos ...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES)

– Agradeço, Sr. Presidente, por me conceder mais um minuto.

Encerro, dizendo que não podemos comprometer o futuro dos nossos filhos e dos nossos netos pela irresponsabilidade que a nossa geração está nos impingindo.

Por último, quero dizer ao Presidente Lula: Presidente, pense. Vamos ajudar este País. Presidente, ajude as crianças, ajude aqueles que amanhã farão a história.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Batista Motta, o Sr. Sibá Machado, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Batista Motta.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha, do Estado de Tocantins, por 15 minutos.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Batista Motta, agradeço a deferência de me ceder este tempo.

Registro, para que conste dos Anais desta Casa, a indignação do povo tocaninense e a minha indignação pessoal em razão de um prejuízo enorme que a economia do meu Estado está na iminência de sofrer, aliás, já vem sofrendo. Trata-se do negócio da carne. Já abordei essa questão em outra oportunidade. O que está ocorrendo? O Tocantins é um Estado novo, de economia incipiente, que tem basicamente sua estrutura econômica centrada no setor primário – agricultura e pecuária –, com destaque para a atividade pecuária. E seus produtores vêm fazendo um esforço hercúleo para manter a produção, principalmente do gado bovino, à altura das exigências dos mercados interno e internacional. Desde 2001, Sr. Presidente, o Estado do Tocantins já alcançou o *status* de livre de aftosa como vacinação, *status* reconhecido pela Organização Mundial de Saúde Animal. No entanto, até hoje o Tocantins esbarra nas dificuldades para conseguir colocar, principalmente para o mercado europeu, o seu produto, que é de excelente, extraordinária qualidade. Acredito que esteja sendo colocado no mercado europeu, mas por plantas frigoríficas instaladas em outras regiões do País, que buscam a carne do Tocantins, processam na sua unidade operativa em outro Estado e talvez estejam alcançando esses mercados, ganhando, tendo, auferindo os seus lucros e seus ganhos, mas impondo a toda a cadeia produtiva do Tocantins, desde a indústria à atividade de recria e engorda. A criação no Tocantins está sendo altamente penalizada.

Não quero, Sr. Presidente, eximir, de forma alguma, a responsabilidade do Governo brasileiro, de

modo especial, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Estive por mais de uma vez com o Sr. Ministro Roberto Rodrigues, fiz um apelo veemente a S. Ex^a. Estive com seu Secretário de Defesa Animal, fiz um apelo veemente a ele, o Secretário de Defesa Animal do Estado do Tocantins também o fez, o Governador também o fez, outros Líderes importantes do segmento e que têm responsabilidades para com o Estado também o fizeram, mas o Ministério não adotou as providências, no meu entendimento, necessárias para que o impasse fosse solucionado.

Estamos aguardando, desde 2001, já que a Comunidade Européia não aceita por inteiro a decisão da OIE (Organização Internacional de Epizootias) e exige e faz uma vistoria através de uma missão para exatamente aferir as condições das plantas frigoríficas instaladas no meu Estado – e o Estado de Rondônia está na mesma situação – e também para verificar o sistema de produção, e há muito tempo, desde 2001, que estamos aguardando essa visita e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento não consegue viabilizar essa visita, vindo colocar para nós, há pouco tempo, que a missão é que escolhia as regiões que queria visitar.

Custa-me crer, Sr. Presidente, que qualquer entidade econômica que queira negociar com o Brasil pautar o Brasil nos negócios que queira fazer. Ao contrário, é o Brasil que oferece as regiões que estão em condições de serem visitadas, de ser avaliadas. Portanto, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento está pecando, dando um prejuízo enorme ao Estado do Tocantins, da mesma sorte ao Estado de Rondônia, e, conseqüentemente, também tem dado prejuízo aos demais frigoríficos e aos consumidores brasileiros porque a carne vem sofrendo um determinado controle de preços por um número muito pequeno de frigoríficos que conseguem exportar para os mercados mais ricos, mais importantes. Isso, mesmo com o esforço que o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério do Desenvolvimento Econômico têm feito para ampliar as exportações do Brasil. E tem ampliado as suas exportações, inclusive as exportações de carne, têm conseguido obter ampliação nas suas exportações, mas estão, com relação ao Estado de Tocantins e ao Estado de Rondônia, por não reconhecer o *status* que os dois Estados alcançaram, livres de febre aftosa com vacinação, com a qualidade extraordinária do seu produto, estão dando um prejuízo muito grande a toda cadeia produtiva no Estado do Tocantins.

Por isso, Sr. Presidente, eu gostaria de, nesta manhã, fazer o registro da minha profunda indignação. A minha indignação se estende à indignação dos empresários do Tocantins, tanto do ramo frigorífico quanto daqueles que se dedicam à produção de carne bovina, sobretudo à população do Estado que também, por extensão, está sendo prejudicada por esta leniência do Ministério da Agricultura em não adotar as providências cabíveis e necessárias para que a missão européia

pudesse visitar o Estado, e está vindo agora no mês de agosto, vai visitar outras regiões e não visitará nem Tocantins e nem Rondônia, conseqüentemente consolidando este prejuízo. Teremos que aguardar mais um ano, porque essa missão só retornará ao Brasil daqui a um ano. E neste período é mais um ano que a população do meu Estado e os empresários do meu Estado estarão amargando enorme prejuízo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Leomar Quintanilha, o Sr. João Batista Motta, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Agradeço ao Senador.

Os Srs. Senadores Luiz Soares, Reginaldo Duarte, Flexa Ribeiro, Teotônio Vilela Filho, Leonel Pavan, Almeida Lima, Sérgio Guerra, Arthur Virgílio e Alvaro Dias enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LUIZ SOARES (S/Partido – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Dirceu faz depoimento firme, mas pouco crível”, publicado na seção Opinião do jornal **Valor Econômico**, em sua edição de 4 de agosto de 2005.

O artigo mostra que “se a defesa do ex-homem-forte do governo foi sustentável, ela, no entanto, não parece crível. É arrojada e megalômana a sua tese de que seu julgamento é político, diante das evidências cada vez maiores de desvio de recursos públicos, formação de caixa 2 e tráfico de influência”.

Depreende-se do artigo que é difícil acreditar que o Deputado José Dirceu “esteve alheio à gestação da crise, algo pouco comum em quem foi o articulador político no início do governo”.

O artigo conclui: “Dirceu, no exercício de suas funções, conviveu por muitos anos com alguns dos suspeitos atuais de tráfico de influência e enriquecimento ilícito e foi o chefe de outros. Dirceu afirmou desconhecer o que todos eles fizeram e sequer se responsabilizou por quaisquer nomeações no governo.”

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ SOARES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Dirceu faz depoimento firme, mas pouco crível

O ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, passou praticamente incólume pelo Conselho de Ética da Câmara. Ele seguiu um roteiro do mais absoluto bom senso e praticamente não foi pilhado em graves e irremediáveis contradições. Negou todas as acusações de que conhecia o mensalão, ou que o manipulava, ou que fosse, segundo o deputado Roberto Jefferson, o seu "mentor". Insistiu em colocar seu acusador como o réu que de fato é, e exigiu provas de que tenha cometido qualquer deslize — elas até agora não apareceram. Dirceu só será condenado se ficar provado que "participou, decidiu e autorizou" atos ilícitos, para usar suas próprias palavras de defesa. Só a continuidade dos trabalhos das CPIs poderá decidir a questão, contra ou a favor de Dirceu.

Se a defesa do ex-homem-forte do governo foi sustentável, ela, no entanto, não parece crível. É arrojada e megalômana a sua tese de que seu julgamento é político, diante das evidências cada vez maiores de desvio de recursos públicos, formação de caixa 2 e tráfico de influência, envolvendo dezenas de milhões de reais manipulados por partidos políticos e personagens que atuavam dentro ou à sombra do poder. Alguns dos principais suspeitos são seus companheiros de longa data. Em nenhum momento os escândalos foram qualificados como algo além de uma "tragédia" para "nós do PT".

A julgar por seu depoimento, Dirceu esteve alheio à gestação da crise, algo pouco comum em quem foi o articulador político no início do governo. E, quando ela eclodiu, Dirceu já tinha combinado com o presidente Lula que seu papel na administração federal estava esgotado. Também por suas palavras, este papel não foi lá muito relevante, o que contrasta com a impressão generalizada de que ele, ao lado de Paíocci, eram os ministros mais fortes da gestão Lula. Lula, em 2003, lhe delegou, como era sabido, a "caneta" como articulador, tarefa que parece ter desempenhado com desenvoltura, ao lado de suas funções de arregimentador da base aliada do governo. Nele, continuou a estratégia eleitoral da qual foi artífice, a de ampliar, pela direita, o apoio à candidatura Lula. Sua versão a respeito de seu próprio papel é tão modesta que dificilmente justificaria seu argumento de que estaria sendo acusado pelo que representa "para

a esquerda do país, para o governo e para o PT". Baseado em suas palavras, a Casa Civil não passava de uma tediosa repartição pública.

Um dos pontos mais relevantes de seu depoimento foi o de que não se responsabilizará pelos erros da direção do PT. Os erros do PT já foram reconhecidos no depoimento do ex-tesoureiro Delúbio Soares. O que as CPIs estão investigando agora é se membros do governo deles sabiam ou deles participaram.

Não há provas concludentes até agora contra Dirceu, só indícios. Sabe-se que o publicitário Marcos Valério já prestava serviços ao PT na campanha eleitoral, na qual Dirceu era o estrategista — foi do empresário o dinheiro para pagar advogados que defenderam o PT no caso Celso Daniel. Foi com dinheiro de Valério que parte da festa de posse do presidente Lula foi custeada. Após a posse de Lula, cerca de 14 mil cargos de confiança foram preenchidos por membros do PT. O loteamento dos cargos era feito por intermédio de Sílvio Pereira, secretário do PT, que os negociava também com a base aliada e que freqüentava a Casa Civil — fazia tudo isso sem ter qualquer cargo público ou eletivo. Delúbio Soares freqüentava o Palácio e se arvorava o poder de abrir as portas dos ministérios com poucos telefonemas. Waldomiro Diniz, motivador da CPI dos bingos, negociava acordos com a base aliada.

Dirceu, no exercício de suas funções, conviveu por muitos anos com alguns dos suspeitos atuais de tráfico de influência e enriquecimento ilícito e foi o chefe de outros. Dirceu afirmou desconhecer o que todos eles fizeram e sequer se responsabilizou por quaisquer nomeações no governo. Ele simplesmente as encaminhava aos órgãos competentes, segundo disse ao Conselho. Mas conhecia Valério e a direção dos bancos que deram crédito para que o publicitário financiasse o PT. Um desses bancos artumou emprego para sua ex-esposa e o outro financiou a compra de um apartamento para ela, mas Dirceu alega ignorar os empréstimos ao partido.

Pelo controle que exerceu sem inibições sobre o partido e a máquina do governo, José Dirceu, mesmo que seja inocente, só contou o que lhe interessava contar e não mudará seu comportamento. Só o avanço das investigações da CPI poderá dizer se a sua defesa no Conselho fez ou não jus à biografia política de que tanto se orgulha.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para, mais uma vez, tratar da atual crise política que o País enfrenta, que começou com o escândalo dos Correios e continuou com a denúncia do “mensalão”.

Os jornais e revistas desses últimos meses vêm mostrando que a tensão no ambiente político está aumentando a cada dia e que, com isso, aumenta também o imobilismo do Governo, abalando a credibilidade do Governo petista. O Presidente Lula continua afirmando que não sabia do “mensalão”, mesmo com todos os indícios de que ele sabia desde 25 de fevereiro de 2004.

Assim, Sr. Presidente, é em função da atual crise que requeiro que as matérias abaixo relacionadas sejam consideradas parte deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)*

O “MESADÃO” DO PT

**Vaúdio ganhava contratos do governo
e retribuía com depósitos para os petistas**

veja

**MENSALÃO
QUANDO
E COMO
LULA
FOI ALERTADO**

E DEPOIS DO SHOW?

A defesa do governo contra as provas de corrupção no PT e na administração federal está mais organizada, mas a dinâmica da crise é mais forte do que se acredita

► **QUANTO, O QUE E QUANDO LULA SOUBE DO MENSALÃO**

► **O "MESADÃO" QUE OS PETISTAS RECEBIAM NO BANCO**

► **POR QUE ESCONDER DÓLARES NA CUECA VIROU "QUESTÃO DE ESTADO"**

► **RIR DA CRISE SEMPRE FOI UMA SAÍDA PARA OS BRASILEIROS. AGORA NÃO É DIFERENTE**

Depois de semanas sem rumo, o governo e seus partidários retomaram pelo menos a compostura verbal. Em viagem a Paris, Tarso Genro, o novo presidente do PT, confessou que a crise do partido governista "é de fundamentos e de princípios", para logo adiante aprofundar a análise: "Nós dilapidamos nosso capital moral perante a sociedade". O presidente Lula, também em Paris, disse que o "Brasil não merece o que está acontecendo". Palmas. Ninguém pode discordar das duas afirmações oficiais acima. Mas reconhecer que se enfiou o país em um atoleiro é apenas o primeiro passo para tirá-lo dali. O segundo é entender como se pôde chegar até o ponto em que estamos.

Nas próximas páginas, o leitor vai encontrar uma série de reportagens em que VEJA desnuda com maior clareza as duas vias desse deletério processo que o Brasil "não merece" e que destruiu o "capital moral" do PT. Como se verá nas reportagens seguintes, o processo tinha duas vias. A primeira é o "mesadão". Por esse caminho, o empresário Marcos Valério fazia chegar a partidários do PT pagamentos regulares feitos por meio de saques de uma agência do Banco Rural em Brasília. A segunda é o "mensalão". Por essa segunda via seguiam os pagamentos feitos a parlamentares para que aderissem à base aliada de apoio ou para que votassem com o governo no Congresso. Uma reportagem avança uma hipótese de por que o mesadão era pago via banco e o mensalão, via malas de dinheiro.

O leitor encontrará também a reportagem que embasa a capa da presente edição. É a mais completa e exaustiva tentativa jornalística feita até agora com o objetivo de desvendar quanto Lula sabia sobre desmandos éticos que ocorriam a sua volta. Saber de um crime e nada fazer para coibi-lo e punir os culpados é condição juridicamente suficiente para a abertura de um processo de impedimento de um presidente. A reportagem deixa claro que não existem ainda provas irrefutáveis de que Lula sabia — apenas fortes evidências. Mesmo com a capitulação acima, um presidente só é submetido a processo de impeachment por falta total de apoio político. Não é o caso de Lula. Ao contrário. Os adversários conspiraram para que o governo do PT se arraste até o fim experimentando não um desfecho catastrófico mas a morte lenta das árvores.

QUANTO ELE SABIA

Depois de ouvir 29 ministros, senadores, deputados, governadores e assessores, VEJA descobriu que o presidente soube do mensalão bem mais do que admitiu oficialmente até agora. Em pelo menos cinco ocasiões — em Brasília, em Goiás e até na viagem à China —, o caso chegou aos ouvidos de Lula

1ª oportunidade

QUEM AVISOU

O deputado Miro Teixeira

QUANDO

25 de fevereiro de 2004,

quarta-feira, por volta das 16 horas

ONDE

No gabinete do presidente no Palácio do Planalto

■ Reação do presidente

Demonstrou surpresa. Disse que nunca ouvira falar do assunto, mas prometeu conversar com o então ministro José Dirceu, da Casa Civil.

■ Reação do interlocutor

Esperou que uma providência fosse tomada, mas, como nada aconteceu, voltou ao Palácio do Planalto no dia 31 de março, novamente por volta das 16 horas, e pediu para deixar o cargo de líder do governo na Câmara.

■ Testemunhas

A conversa aconteceu a sós, mas foi relatada por Miro Teixeira a cinco interlocutores ouvidos por VEJA.

O RESULTADO PRÁTICO

Nada foi investigado. Miro Teixeira deixou a liderança do governo na Câmara no dia 6 de abril.

O ambiente político

Lula vivia sua primeira crise política com a divulgação da notícia de que Waldemiro Diniz, da Casa Civil, achacara um empresário do ramo de jogos. Mas o governo, com maioria no Congresso e uma recente mudança ministerial que fortalecera sua base parlamentar, conseguiu impedir a instalação de uma CPI para investigar o caso na época.

Nas últimas quatro semanas, VEJA conversou com 29 autoridades para responder à pergunta primordial do escândalo atual: Lula sabia? Lula foi avisado de que deputados aliados receberam dinheiro para aderir à base governista? Lula foi alertado de que aliados vinham embolsando uma mesada de 30 000 reais para votar a favor das propostas do governo? VEJA entrevistou quatro ministros, cinco assessores, seis senadores, doze deputados e dois governadores, sendo que todos eles tiveram contato direto ou indireto com o assunto, e chegou a uma conclusão: o presidente Lula soube mais do que admitiu oficialmente até agora. VEJA encontrou cinco episódios nos quais o presidente estava presente quando se falou do chamado mensalão. O primeiro episódio identificado por VEJA aconteceu em 25 de fevereiro do ano passado, e o portador da notícia da existência do pagamento de mesada foi o deputado Miro Teixeira, na época líder do governo na Câmara. A quinta ocasião foi a única que já veio a público com detalhes. O alerta foi dado pelo deputado Roberto Jefferson, em 23 de março passado, no gabinete de Lula no Planalto.

O levantamento sobre o que chegou aos ouvidos do presidente tem uma evidente lacuna nas diferentes versões. O deputado Roberto Jefferson, desde a sua primeira e explosiva entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, tem dito que levou a denúncia do mensalão ao presidente Lula "em duas conversas". Na semana passada, por meio da assessoria de imprensa, o deputado confirmou a VEJA que a primeira conversa com Lula aconteceu em 5 de janeiro deste ano, no Palácio do Planalto, tendo sido testemunhada apenas pelo ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia. O tema oficial era a distribuição de cargos federais para o PTB, mas, a certa altura, Jefferson atalhou dizendo que o mensalão vinha causando problemas ao seu partido. A segunda conversa ocorreu em 23 de março deste ano, na presença de outras seis pessoas, no gabinete presidencial. Procurado por VEJA, o jornalista André Singer, secretário de Imprensa do presidente Lula, desmentiu Jefferson. Em nota, Singer repetiu a versão oficial de que Lula só ouviu falar do mensalão na conversa de 23 de março. Isso quer dizer que, na sua

versão, ninguém falou de mensalão em 5 de janeiro.

É evidente que alguém está faltando com a verdade, mas nem o Palácio do Planalto nem o deputado Roberto Jefferson parecem interessados em entrar em confronto para esclarecer peremptoriamente a confusão. Jefferson mantém sua denúncia inicial de que houve duas conversas e dá detalhes. Diz que, depois de falar do mensalão ao presidente na audiência em janeiro, a bândalheira dos pagamentos sofreu até uma certa redução, mas continuou acontecendo. Ele conta que foi só depois da segunda conversa com o presidente, em 23 de março, que o mensalão foi definitivamente suspenso. O Palácio do Planalto afirma que houve só a conversa de 23 de março, na qual Jefferson fez um "comentário genérico" sobre o mensalão. Lula, então, determinou a dois de seus auxiliares presentes à audiência — os deputados Aldo Rebelo, então ministro da Coordenação Política, e Arlindo Chinaglia, líder do governo na Câmara — que averiguassem o assunto. Os dois descobriram que, em setembro do ano passado, o caso fora investigado pela Corregedoria da Câmara e acabara arquivado por falta de provas. Diante disso, Lula desinteressou-se do tema.

Há outra lacuna relevante. O governador de Goiás, o tucano Marconi Perillo, já confirmou que falou do mensalão ao presidente. Em público, Perillo contou que recebeu Lula no dia 5 de maio de 2004, em Rio Verde, no interior do estado, e reclamou de dois problemas: do pagamento a deputados para que trocassem de partido e do pagamento de mesada para que votassem com o governo. Perillo chegou a ilustrar sua denúncia com dois casos concretos. Um deles foi a deputada tucana Raquel Teixeira, que recebeu a proposta de mudar de partido em troca de luvas de 1 milhão de reais e uma mesada posterior de 30 000 reais, podendo chegar a 50 000 reais. Raquel Teixeira, em depoimento ao Conselho de Ética da Câmara, confirmou tudo e contou que a pro-

2ª oportunidade

QUEM AVISOU

O governador
Marconi Perillo,
de Goiás

QUANDO
5 de maio de 2004,
quarta-feira,
às 10h45

ONDE

Dentro de um
Omega preto, carro
oficial do governo
goiano, durante o
trajeto de vinte
minutos entre uma cooperativa do MST
e uma fábrica da Perdigão em Rio
Verde, no interior de Goiás

■ Reação do presidente

Atribuiu a prática ao governo anterior,
mas, diante da insistência de Perillo de
que tudo estava acontecendo no
governo atual, Lula se resignou e disse
que mandaria investigar o caso

■ Reação do interlocutor

Para mostrar que falava de um fato, não
de um boato, o governador referiu-se a
dois casos concretos de deputados que
receberam oferta financeira para trocar
de partido

■ Testemunhas

O motorista que conduzia o Omega. O
governador Marconi Perillo, no entanto,
já confirmou a história publicamente no
dia 6 de junho e voltou a repeti-la dois
dias depois em entrevista ao jornal
O Estado de São Paulo

O RESULTADO PRÁTICO

Perillo não voltou a falar com
Lula depois do alerta

O ambiente político

Havia uma crise latente no Congresso.
O Senado, no mesmo dia em que Lula
conversava com Perillo, cerrubou a MP
que proibia os bingos e caca-niquéis no
país, consumando a pior derrota
parlamentar do governo até então.
A proposta de reeleição dos presidentes
da Câmara e do Senado era outro foco de
problemas, rachando a base parlamentar.
Além disso, Lula começava a perder o
apoio dos governadores da oposição

posta indecente lhe foi apresentada pelo
deputado Sandro Mabel, do PL de Goiás.
Sobre o outro caso de sedução pecuniária,
Perillo não deu detalhes: VEJA descobriu
por quê: é que o deputado assediado
aceitou a proposta. Foi Enio Tatiko, de
Goiás, que trocou o PSC pelo PL. "Mu-
dei de partido porque o líder do PL é de
Goiás e é meu amigo. Não recebi propos-
ta." É o que diz Tatiko, ao justificar a
quarta troca partidária que já fez em dois
anos e meio.

Um governador e dois senadores ou-
viram da boca de Marconi Perillo o rela-
to completo de sua conversa com o presi-
dente, em Rio Verde. Perillo, porém, não
quer mais se manifestar sobre o assunto.
Explica-se: assim que veio a público con-
firmar a denúncia de Jefferson, reforçando
que o caso do mensalão chegara aos
ouvidos de Lula, o governador
goiano foi repreendido pela cú-
pula dos tucanos. Até o ex-presi-
dente Fernando Henrique Car-
doso entrou em cena para obter
o silêncio do governador. Os tu-
canos alegaram que Perillo não
deveria jogar mais lenha na fo-
gueira, aprofundando a crise
ainda mais, e comprometendo
mortalmente a imagem do pre-
sidente Lula. Os tucanos, an-
tes como agora, preferem

que Lula permaneça no
cargo e conclua seu man-
dato de forma melancólica,
cedendo a cadeira para
algum tucano eleito nas
urnas. Eles querem evitar
um desfecho radical para
a crise pois isso faria do
presidente uma víti-
ma, um mártir. Prefe-
rem vê-lo purgar nas
urnas os pecados que deixou grassar em
seu governo. Cumprindo a determinação
da cúpula tucana, Perillo não mandou se-
gurar a carta que prometera enviar ao
Conselho de Ética relatando tudo. O que
o presidente da República tem a dizer so-
bre essa conversa com o governador
goiano no dia 5 de maio do ano passado?
A nota do Planalto não desmente nem
confirma. "O presidente não se recorda
de nenhum comentário a esse respeito",
diz o comunicado oficial.

O mensalão não chegou aos ouvidos
de Lula apenas como solução para arre-

3ª oportunidade

QUEM AVISOU

Não houve aviso

QUANDO

25 de maio de 2004,
terça-feira, durante um jantar
com deputados

ONDE

No restaurante Leonardo's, que serve
comida ocidental, no hotel Hilton
Shanghai, em Xangai, no leste
da China

■ Reação do presidente

Dirigiu-se ao deputado Paulo Rocha, do
PT do Pará, e perguntou: "Paulinho,
você já ouviu falar em pagamento de
mesada para deputados da base?
Me falaram isso, mas eu não
consigo acreditar"

■ Reação do interlocutor

O deputado Paulo Rocha
disse que desconhecia o
assunto, mas afirmou que
iria apurar

■ Testemunhas

Havia dez deputados
presentes, de cinco
partidos, à mesa.
Sentado à esquerda do
presidente estava o
deputado Paulo
Rocha e, à direita,
a primeira-dama
Marina

O RESULTADO PRÁTICO

Rocha não voltou a falar com
Lula sobre o assunto

O ambiente político

Passado o turbilhão provocado por
Waldomiro Diniz e pela derrota da MP
dos bingos, Lula voltou a dispor de
um clima de tranquilidade para
governar. O aumento do salário
mínimo, para 260 reais, gerou
reclamações da bancada do PT, mas
o problema foi facilmente contornado

banhar apoio no Congresso, mas também como problema. No dia 25 de fevereiro do ano passado, duas semanas depois da queda de Waldomiro Diniz, o assessor da Casa Civil flagrado achacando um empresário, Miro Teixeira foi ao Palácio do Planalto reclamar para o presidente do mensalão. Waldomiro Diniz, na condição de braço-direito de José Dirceu, era quem cuidava da relação do governo com o Congresso e, com sua demissão, os credores do mensalão entraram em polvorosa. Miro Teixeira, que havia apenas três semanas assumido a liderança do governo na Câmara, começou a ser procurado pela tropa interessada em saber como seria paga a mesada dali em diante. O deputado ficou estupefato. Não sabia o que era mensalão. Entre os dias 17 e 19 de fevereiro, Miro Teixeira recebeu várias sondagens. Numa delas, na manhã do dia 17, a pressão veio em comitiva. Eram três deputados juntos, querendo saber do futuro financeiro: Valdemar Costa Neto, presidente do PL, Sandro Mabel, líder do PL, e Pedro Henry, do PP.

O deputado Miro Teixeira foi então reclamar para o presidente Lula. Esteve numa reunião da coordenação do governo no dia 25 de fevereiro e, ao fim do encontro, pediu para conversar reservadamente com o presidente. Disse que deixaria o cargo por causa do mensalão. Lula demonstrou surpresa, disse que nunca ouvira falar naquilo e prometeu conversar com o então ministro José Dirceu para apurar a denúncia — mas não voltou a tocar no assunto. No dia 31 de março, Miro voltou ao Palácio do Planalto e, diante do fato de que nada fora feito a respeito do mensalão, pediu para deixar a liderança. Saiu no dia 6 de abril, sendo substituído pelo Professor Luizinho. Até hoje, ninguém entendera por que Miro ficou apenas alguns dias como líder. O deputado jura que deixou o cargo porque discordou do número excessivo de medidas provisórias, o que não deixa de ser curioso porque as

MPs eram excessivas antes, durante e depois de sua passagem pela liderança — e, nos dias

em que foi líder, o governo manteve sua média de despachar ao Congresso Nacional quase uma MP por semana, sem nenhuma alteração no padrão histórico.

Miro Teixeira contou o motivo real de sua demissão da liderança de governo para pelo menos cinco interlocutores, que relataram o caso a VEJA. Ele, no entanto, nega que tenha conversado sobre mensalão com o presidente. Negava veementemente. "Jamais falei sobre esse assunto com o presidente da República", diz. A palavra de Miro Teixeira, porém, precisa ser tomada por seu valor de mercado. Em setembro do ano passado, o *Jornal do Brasil* publicou uma reportagem informando que Miro Teixeira dissera que havia deputados recebendo mesada na Câmara. Assim que a notícia foi impressa, Miro desmentiu-a categoricamente. Agora, depois que Jefferson resolveu contar o que sabe, Miro veio candidamente a público confirmar que a notícia publicada pelo *JB* em setembro de 2004 era mesmo verdadeira... O Palácio do Planalto, em nota oficial, nega que o mensalão tenha sido o motivo da saída de Miro da liderança e que o pagamento de mesada tenha sido mencionado ao presidente. "Quando o líder Miro Teixeira entregou o cargo, ele se referiu apenas à sua discordância em relação à MP dos inativos", diz a nota.

O problema do pagamento a deputados acompanhou Lula na sua viagem à China, em maio do ano passado. Na noite do dia 25, os deputados da comitiva ofereceram um jantar ao presidente e sua mulher, Marisa. O jantar foi no restaurante Leonardo's, do Hilton Shanghai, um cinco-estrelas de Xangai, cuja diária pode chegar a 1 000 dólares. Havia treze pessoas à mesa, onde foi servida comida ocidental e vinho tinto. Lula sentou-se entre Marisa e o deputado Paulo Rocha, do PT do Pará, para quem, já servida a sobremesa, se virou para fazer uma pergunta: queria saber se Paulo Rocha já ouvira falar de mesada a parlamentares. Rocha disse que não, mas prometeu investigar o assunto. Na mesma noite, sondou deputados que estavam presentes

4ª oportunidade

QUEM AVISOU

O deputado Roberto Jefferson

QUANDO

5 de janeiro deste ano, quarta-feira, por volta das 16h30

ONDE

No gabinete do presidente no Palácio do Planalto

■ Reação do presidente

Demonstrou surpresa, perguntou detalhes e, por fim, disse que falaria com o então ministro José Dirceu, da Casa Civil, para resolver a questão

■ Reação do interlocutor

Insistiu que o problema era sério, que, pelas suas contas, envolvia mais de 100 deputados aliados e a cúpula do PT

■ Testemunhas

O ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia

O deputado Jefferson

no entanto, em entrevista ao jornal

Folha de São Paulo, publicada em 6 de

junho passado, conta que

levou o assunto ao

presidente em janeiro

deste ano

O RESULTADO PRÁTICO

Jefferson informou a VEJA por meio de sua assessoria, que o problema do mensalão foi reduzido, mas não houve uma solução

O ambiente político

O governo andava bem, mas começava a ser contaminado pela crise do PT, que ainda lambia as fendas criadas pelas derrotas eleitorais, especialmente em São Paulo e Salvador. Na mesma época, o deputado Virgílio Guimarães, do PT mineiro, lançava seu nome para a presidência da Câmara numa disputa que até então se dava em clima sereno, mas que, um mês depois, seria coroada com a desastrosa eleição de Severino Cavalcanti

ao jantar sobre o assunto. Três deputados contaram a VEJA o relato que ouviram de Rocha sobre sua conversa com Lula. Dos três, dois estavam à mesa do jantar em Xangai. Rocha nega. "O presidente não me falou nada sobre o mensalão naquele jantar. Era uma mesa com deputados de vários partidos, não havia intimidade para isso", diz. O Palácio do Planalto também nega. "Não houve nenhum diálogo sobre esse assunto", diz nota oficial da Presidência.

O grau de conhecimento que Lula teve sobre o mensalão é um dado altamente relevante. Se soube do assunto e não tomou providências, Lula pode ser acusado de crime de responsabilidade, previsto nos artigos 84 e 85 da Constituição e, também, na Lei nº 1079, editada em 1950, conhecida como Lei do Impeachment.

Pela lei, o presidente, se soube do mensalão, tinha de ter mandado apurar. "Se o presidente teve ciência disso, caracteriza-se uma omissão, que é um caso típico de crime de responsabilidade", afirma o jurista Miguel Reale Júnior, que redigiu a petição que resultou no impeachment de Fernando Collor, em 1992. Um impeachment, no entanto, não é um processo meramente jurídico. É, sobretudo, um julgamento político. Num processo de caráter político, a prova da omissão não basta — é preciso que haja vontade política de punir o presidente. E, no caso de Lula, o cenário não é esse. "Para ser condenado no julgamento político, o presidente tem de estar sem nenhuma base política ou social. Foi o que acon-

teceu com Collor, mas não é esse o caso de Lula", afirma o jurista Luiz Flávio Gomes, ex-professor de direito da Universidade de São Paulo (USP). A reportagem de VEJA mostra que o presidente Lula soube mais do que admitiu oficialmente até agora. Mostra também que há um interesse explícito no mundo político — e nisso governo e oposição estão de acordo — em evitar um desfecho catastrófico para a crise atual. Para isso é vital não se aprofundar em descobrir o quanto Lula sabia dos desmandos a sua volta, mesmo que não seja crível que ele possa ter estado alheio a tudo. Quando a verdade for revelada, biografias vão ficar mais pobres, mas a história vai se enriquecer.

veja
ON-LINE

A cronologia dos escândalos em
www.veja.com.br

5ª oportunidade

QUEM AVISOU

O deputado Roberto Jefferson

QUANDO

23 de março deste ano,
quarta-feira, por volta das 16h30

ONDE

No gabinete do presidente no Palácio do Planalto

Reação do presidente

Demonstrou desconhecer o assunto. "Que mensalão?", perguntou. Jefferson explicou novamente. Lula ficou irritado e disse que iria mandar Dirceu resolver o problema

Reação do interlocutor

Fez questão de frisar que o mensalão iria destruir a base do governo se não fosse extinto

Testemunhas

O chefe de gabinete de Lula, Gilberto Carvalho; os ministros da Coordenação Política, Aldo Rebelo, da Casa Civil, José Dirceu, e do Turismo, Walfrido Mares Guia; o deputado José Múcio, do PTB de Pernambuco, e o líder do governo na Câmara, Arindo Chinaglia

O RESULTADO PRÁTICO

Jefferson já disse publicamente que, tempos depois dessa conversa, o mensalão foi finalmente suspenso

O ambiente político

Havia uma crise política de razoável dimensão. A base do governo no Congresso estava em frangalhos com a vitória de Severino Cavalcanti na eleição para a presidência da Câmara. No dia anterior a reunião com Jefferson, Lula engavetara a reforma ministerial por causa das pressões de Severino, trocando apenas dois ministros e fechando as portas ao PP e ao PTB

OPERAÇÃO URUGUAI II

Depois de dizer que sacava dinheiro vivo para comprar gado e negar que tinha avalizado empréstimos ao PT, Valério inventa uma história que lembra um dos piores momentos da era Collor

O governo vinha enfrentando problemas para fornecer à opinião pública uma resposta coerente às denúncias de corrupção que corroem dia-a-dia sua credibilidade. A última delas revelou que não apenas deputados de outros partidos, mas também do próprio PT, sacavam dinheiro vivo das contas do empresário mineiro Marcos Valério na agência do Banco Rural em Brasília. Seria uma espécie de "mesadão", uma variação do mensalão, só que pago como um mimo para custear as despesas pessoais dos próprios integrantes do partido. Na se-

mana passada, pela primeira vez desde o início dos escândalos, notou-se uma resistência organizada do petismo às provas que se avolumam contra ele. Peça central desse movimento de resistência, Marcos Valério ofereceu espontaneamente na quinta-feira ao procurador-geral da República, Antônio Fernando Souza, "colaboração" nas investigações em troca de benefícios numa eventual condenação criminal. Até então, Valério limitava-se a negar a existência do mensalão. Protegida pelo sigilo, sua conversa com o procurador motivou especulações de que, arrependido e disposto a colaborar com as investigações, Valério teria admitido todos os crimes dos quais vem sendo acusado e, ainda, apontado o ex-tesoureiro Delúbio Soares como o mentor intelectual do processo de compra de deputados em troca de apoio político e de locupletação descarada de parlamentares do próprio PT — o recém-desvendado "ciclo Valério" de apropriação de recursos públicos, em que o dinheiro sai do governo para as agências de Valério por meio de contratos de publicidade e, sacado na boca dos caixas do Banco Rural e do Banco do Brasil, volta a parlamentares pelo mensalão e pelo mesadão.

Os rumores de que Valério enfim te-

ria se arrependido duraram pouco. Num indicação de que não confiou na conversa do empresário, o procurador Antônio Fernando Souza recusou o acordo por suspeitar das reais intenções dele. Na sexta-feira, a hipótese de que o operador do mensalão — e do mesadão do PT — teria aberto o bico virou pó. O próprio empresário, em entrevista ao *Jornal Nacional*, contou uma história da carochinha. Sua nova versão é basicamente a seguinte: a pedido de Delúbio, Valério teria contraído vários empréstimos bancários em nome de suas agências de publicidade no período de 2003 a 2005; esses empréstimos serviriam para saldar dívidas relacionadas a campanhas eleitorais e teriam sido transferidos para o PT e para pessoas e empresas indicadas por Delúbio; esses empréstimos seriam a única fonte dos monumentais saques em dinheiro feitos das contas de suas agências de publicidade. Valério continuou negando a existência do "mensalão" e não quis responder a duas das mais óbvias dúvidas advindas de sua entrevista. Como Valério esperava cobrar do PT os empréstimos que contraiu em nome de suas empresas a pedido do partido? Resposta: "Vamos tentar negociar com a nova direção do Par-

A CONVERSA FIADA DE VALÉRIO

"O EMPRÉSTIMO FOI UM PEDIDO DO DOUTOR DELÚBIO. O PARTIDO DOS TRABALHADORES ESTAVA COM DIFICULDADE DE HONRAR COMPROMISSOS. ESSA PESSOA NUNCA, EM MOMENTO NENHUM, NOS BENEFICIOU EM NADA"

tido dos Trabalhadores. Foram empréstimos legais". Quais os nomes das pessoas autorizadas por Delúbio a retirar o dinheiro dos empréstimos? Resposta: "Não posso responder, prometi sigilo absoluto (ao procurador)".

De concreto, a nova versão de Valério tem pouco arrependimento e muita estratégia. Dois objetivos são claros. Com a menção aos empréstimos ("foram vários"), Valério aponta finalmente uma explicação para a frenética movimentação de recursos e para os vultosos saques em contas de suas empresas. Não é a primeira vez que políticos e empresários pegos com a mão na massa recorrem a empréstimos fantásticos para justificar a origem de dinheiro que mais parece produto de corrupção. Em meio às denúncias que brotaram durante a CPI do PC, o então presidente Fernando Collor de Mello se viu diante de um problema aparentemente insolúvel: explicar de onde vinha o dinheiro com que sustentava seu altíssimo padrão de vida. Como não podia admitir que estava sendo financiado por um esquema de corrupção, Collor criou uma enorme farsa que foi batizada por seu secretário, Cláudio Vieira, de Operação Uruguai. O ex-presidente disse que havia conseguido um empréstimo de 5 milhões de dólares, em valores da época, com uma empresa de Montevideu — e assim obteve o dinheiro com que pagava suas contas nababescas. O plano só não deu certo graças a Sandra Oliveira, secretária da empresa ASD, do empresário Alcides Diniz, que declarou na CPI

QUANDO SÃO PEGOS, ELES CHORAM

Lágrimas não resolvem. É preciso apurar e punir os culpados

JOSÉ DIRCEU

Deputado federal e ex-ministro-chefe da Casa Civil

QUANDO CAIU: 16 de junho

POR QUE CAIU

Não resistiu às declarações do deputado Roberto Jefferson, que o acusou de ser o mentor do esquema do mensalão.

O QUE DISSE ANTES DE CAIR

"Esse é um governo que não rouba e não deixa roubar".

CHORÔMETRO

Limitou-se a fazer o discurso de despedida com a voz embargada

SILVIO PEREIRA

Ex-secretário-geral do PT

QUANDO CAIU: 4 de julho

POR QUE CAIU

Foi acusado por Jefferson de ser o "gerente" do mensalão.

O QUE DISSE ANTES DE CAIR

"Sei que o que fiz já não era saudável (referindo-se à distribuição de cargos públicos). Mas nunca ouvi falar em mensalão".

CHORÔMETRO

Verteu lágrimas em diversas ocasiões desde que passou a ser alvo de denúncias, mas apenas diante de amigos. Não chorou em público.

DELÚBIO SOARES

Ex-tesoureiro do PT

QUANDO CAIU: 5 de julho

POR QUE CAIU

Apontado como o principal operador do mensalão, caiu depois da revelação, publicada por VEJA, de que havia assinado um empréstimo de 2,4 milhões de reais para o PT, tendo Marcos Valério como avalista.

O QUE DISSE ANTES DE CAIR

"Não temo. Tenho a plena consciência de nunca haver transgredido os princípios éticos da prática política".

CHORÔMETRO

Do sair, emocionou-se, mas sem lágrimas. Na semana anterior, em Goiás, correu se derramando em pranto. Chorou também na reunião da diretoria do PT em São Paulo.

ERA SÓ PARA O PT — E SAUDAÇÕES

"ESSES SAQUES FORAM A PEDIDO DO TESOUREIRO, SEMPRE INDICANDO AS PESSOAS QUE IRIAM SACAR OU A EMPRESA PARA A QUAL IRIA SER TRANSFERIDO O RECURSO. ERA UM EMPRÉSTIMO EXCLUSIVAMENTE PARA O PARTIDO DOS TRABALHADORES"

MENSALÃO, QUE MENSALÃO?

"O EMPRÉSTIMO NUNCA FOI RELACIONADO, PELO QUE TENHO CONHECIMENTO, PELO QUE ASSISTI, PELO QUE CONVERSEI COM O TESOUREIRO, A NENHUM MENSALÃO. ERAM DÍVIDAS QUE VINHAM DO PASSADO E PREPARAÇÃO PARA CAMPANHAS ELEITORAIS DE 2004"

JOSÉ GENOÍNO

Ex-presidente do partido

QUANDO CAIU: 9 de julho**POR QUE CAIU:**

VEJA revelou que o empréstimo contraído pelo PT e avalizado por Marcos Valério levava sua assinatura. A prisão do assessor de seu irmão, com dólares na cueca, foi a gota d'água para o petista.

O QUE DISSE ANTES DE CAIR

"Assinei (o empréstimo) em confiança ao Delúbio".

ENTREVISTA

Desde que se tornaram os filhos das antigas, Valério também se programou para não cair da flutuação.

JOSÉ NOBRE GUIMARÃES

Deputado estadual; ex-líder do PT na Assembleia Legislativa do Ceará e ex-membro da executiva estadual do partido

QUANDO CAIU: 12 de julho**POR QUE CAIU:**

Seu assessor foi flagrado em São Paulo com 100.000 dólares na cueca e 200.000 reais em uma mala.

O QUE DISSE ANTES DE CAIR

"Não tenho nenhuma responsabilidade sobre o que ele estava fazendo. Nem sabia que ele estava em São Paulo".

ENTREVISTA

O deputado não costuma se ligar para as notícias fora da entrevista coletiva, em Fortaleza. Na imprensa, ele tem desligamento da executiva estadual do partido.

ter presenciado reuniões nas quais os documentos apresentados por Collor em sua defesa haviam sido forjados.

Há diferenças importantes entre a Operação Uruguai I e a de número II, de Valério, Delúbio e cia. Na primeira, os empréstimos não existiram. Na segunda, eles provavelmente existem. Aliás, não só existem como, segundo especialistas em crimes financeiros, podem ter sido feitos com o único propósito de esquentar parte do dinheiro de corrupção ou do caixa dois do PT. O esquema funcionaria assim: bancos emprestam dinheiro a Marcos Valério ou ao PT, com o aval do empresário; o PT nunca devolve o dinheiro; apesar disso, Valério não fica com o prejuízo — ao contrário, recursos vindos de origem suspeita (paraíso fiscal, malas de dinheiro ou contas de laranjas) ingressam nas contas de suas empresas e são usados para quitar os empréstimos. Com esse mecanismo, o PT justifica recursos que, aparentemente, saem do céu. Os bancos são pagos e Valério nunca cobra o partido.

O segundo objetivo do empresário com sua entrevista ao *Jornal Nacional* foi antecipar-se ao inevitável. Mais cedo ou mais tarde aparecerão provas definitivas de que parlamentares e dirigentes do PT foram beneficiados com o mesadão. Com a afirmação de que ele contraiu empréstimos legais para ajudar o PT, a pedido de Delúbio, pode-se justificar o esquema da seguinte maneira: o partido pega um empréstimo bancário, mesmo que indireto, e o repassa a seus parlamentares. O problema nessa estratégia é que ela tenta eliminar uma pergunta básica: o que Valério teria como retribuição de tanto desprendimento? Ele disse, na entrevista ao *Jornal Nacional*, que "Delúbio nunca, em momento nenhum, nos beneficiou em nada". Só que a agência SMPB, de Valério, foi agraciada com 144,4 milhões de reais em contratos de publicidade com o governo. Se isso não é retribuição, Valério não é caequinha. E ninguém garante que uma boa parte desses recursos não tenha voltado para quem os concedeu. ■

(*) Original ilegível fornecido pelo autor.

ESCONDEU MAS APA RECEU

O petista João Paulo, que andava silencioso, enrola-se com três visitas de sua mulher ao Rural e gastos com o publicitário-lobista

Alexandre Oltramari

Depois de José Dirceu, José Genoíno, Delúbio Soares, Silvio Pereira, Marcelo Sereino, Luiz Gushiken — ufa! —, chegou a vez de outro petista de primeira grandeza fazer sua estréia no escândalo da hora. João Paulo Cunha, o ex-metalúrgico que virou presidente da Câmara em seu terceiro mandato como deputado por São Paulo, está enrolado. A CPI dos Correios descobriu que sua mulher, a jornalista Márcia Regina Milanésio Cunha, esteve na suspeitíssima agência do Banco Rural, em Brasília, a mesma da qual jorrava a dinheirama do publicitário-lobista Marcos Valério para o bolso dos parlamentares brindados com o mensalão petista. Conforme os registros da portaria do prédio, revelados pelo *Jornal Nacional*, da Rede Globo, Márcia Cunha esteve três vezes na agência do Rural, todas no dia 4 de setembro de 2003. Na primeira vez, às 14h01, ela permaneceu oito minutos no banco. Na segunda, às 15h05, demorou exatamente dezenove minutos. Por fim, na terceira vez, entrou às 16h46 e por lá ficou doze minutos.

O que a mulher do deputado foi fazer no Banco Rural? Márcia Cunha conta que foi resolver o problema de

uma conta de sua empresa de TV a cabo, a TVA. O boleto, que vencia no dia 13 de setembro, trazia o valor duplicado — a conta do mês em questão mais a do mês anterior, que, no entanto, já tinha sido paga. Para evitar o pagamento em dobro, a mulher do deputado recorreu ao Rural, instituição encarregada de receber as contas da TVA. “Ela foi ao banco reclamar dessa conta, que estava errada”, diz João Paulo. “A conta foi paga alguns dias depois pela minha secretária, a Silvana Japiassú, lá no Banco Rural”, arremata. De fato, conforme o registro de ingresso na portaria do prédio onde funciona a agência, a secretária esteve mesmo no banco. Mas não “alguns dias depois”, e sim sete meses depois. João Paulo talvez tenha confundido “uns dias” com “uns meses”. A secretária Silvana Japiassú fez duas visitas ao Rural. A primeira ocorreu no dia 2 de

abril de 2004, às 13h16, e durou seis minutos. A outra foi dias depois, em 16 de abril, às 15h19, e também durou seis minutos.

A explicação da conta com valor errado é verossímil, mas há outras mais comprometedoras. Até a semana passada, o deputado João Paulo conseguiu manter em descrição absoluta o fato de que sua mulher aparecia na lista dos clientes do Rural em Brasília. A informação, porém, acabou vindo a público. Agora, além de a visita ter sido noticiada, existe a suspeita de que a mulher do deputa-

do foi à agência para fazer um saque. A suspeita se dissipará ou se confirmará em breve. Na semana passada, a 4ª Vara da Justiça Federal recebeu docu-

mentos do Banco Rural em obediência à quebra do sigilo bancário de Marcos Valério. A CPI dos Correios vai receber também cópias da mesma papelada acrescida de mais documentos. Os papéis cobrem os saques e depósitos de Valério e suas empresas nos períodos em que se investiga o favorecimento de petistas em retribuição a contratos de publicidade com órgãos do governo.

Desde que estourou o escândalo do mensalão, João Paulo foi o primeiro, entre os petistas mais estrelados, a reconhecer que tinha relações profissio-

nais com Marcos Valério. Uma agência de publicidade do empresário, a SMPB, fez sua campanha vitoriosa à presidência da Câmara. Depois da eleição, a SMPB ganhou um contrato inicialmente de 9 milhões de reais com a Câmara — contrato que recebeu dois aditivos que, juntos, engordaram a conta em mais 4,6 milhões de reais. Um naco desse dinheiro, 750 000 reais, foi usado por João Paulo para pagar uma pesquisa de opinião encomendada pela agência de Valério ao Instituto Vox Populi, de Belo Horizonte. A pesquisa — paga com dinheiro público — traz pergun-

tas que revelam um evidente interesse no futuro político de João Paulo. Algumas indagam se o eleitor se lembra de seu nome, e, também, se é a favor

ou contra a reeleição do presidente da Câmara. Além disso, há um nítido descompasso técnico na mostra da pesquisa: quase a metade dos entre-

vistados mora em São Paulo, recudo eleitoral do deputado. São Paulo, porém, tem 22% dos eleitores do país, e não 50% deles.

OS FUROS NA BLINDAGEM DE LULA

Os parlamentares governistas animaram-se com a divulgação de uma pesquisa da CNI/Sensus. Os dados mostram que houve ligeira melhora na avaliação do governo Lula e na do desempenho pessoal do presidente, apesar das denúncias de corrupção. A capacidade de apenas 10% dos entrevistados em melhorar a situação segundo a avaliação de voto da pesquisa, mas foram suficientes para que o governo continuasse a ser avaliado como o melhor da atualidade. Embora de ruim, a conclusão é que a maioria dos dados são positivos. A pesquisa foi feita de 20 a 24 de julho de 2005, com 1.000 entrevistados. O questionário foi aplicado em domicílios e em locais públicos, com a participação de pessoas que não tinham sido entrevistadas anteriormente. A pesquisa foi feita em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Salvador e Brasília.

Para a credibilidade do governo, o instituto apontou também qual será o critério mais importante na escolha do próximo presidente. O mais citado foi a moralidade pública, mas também o calcanhar de Aquiles do governo. Lula também teve pontos positivos nos resultados dos senadores eleitos pela CNI/Sensus para as eleições de 2006. Os números não são tão otimistas quanto os da pesquisa de opinião. São Paulo, assim, foi o ponto de partida para a conclusão de que o governo Lula não é o melhor da atualidade. A pesquisa também apontou que a maioria dos dados são positivos. A pesquisa foi feita de 20 a 24 de julho de 2005, com 1.000 entrevistados. O questionário foi aplicado em domicílios e em locais públicos, com a participação de pessoas que não tinham sido entrevistadas anteriormente. A pesquisa foi feita em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Salvador e Brasília.

Outra pesquisa ruim para Lula

A CNI/Sensus traz números preocupantes para o presidente

A CORRUPÇÃO NO GOVERNO LULA

	Maio/05	Julho/05
Corrupção no governo Lula	18,0%	20,2%
Corrupção no governo FHC	18,2%	20,1%
Corrupção no governo Collor	45,4%	44,8%
Corrupção no governo Sarney	14,8%	11,2%
Corrupção no governo Tanzi	2,6%	1,8%
Corrupção no governo Média	16,1%	15,1%

O PRINCIPAL CRITÉRIO DE ESCOLHA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA É

	Julho/05
Moralidade pública	32,2%
Segurança	26,4%
Qualidade de vida	24,0%
Desenvolvimento econômico	18,1%
Outros	9,4%

A pesquisa também apontou que a maioria dos dados são positivos. A pesquisa foi feita de 20 a 24 de julho de 2005, com 1.000 entrevistados. O questionário foi aplicado em domicílios e em locais públicos, com a participação de pessoas que não tinham sido entrevistadas anteriormente. A pesquisa foi feita em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Salvador e Brasília.

DIOGO MAINARDI

Lula desconhece o que é certo e errado

"Eu acredito no presidente Lula". É o nome de uma comunidade no Orkut. Luís Cláudio, um dos filhos de Lula, é membro dessa comunidade. Ele é membro também da comunidade "Sou orelhudo porém feliz". Lula tem cinco filhos. Luís Cláudio é o caçula. Não foi Luís Cláudio quem abocanhou 625 000 reais da Telemar. Não. Foi outro filho de Lula, chamado Fábio Luís. Luís Cláudio é recordado apenas por ter viajado com um bando de amigos ao Palácio da Alvorada, com tudo pago, num avião da FAB. Não surpreende que a namorada de Luís Cláudio, Talita, pertença à comunidade "Eu amo viajar com meu namorado". Luís Cláudio deve ter feito alguma bobagem recentemente. Talita deixou o seguinte recado no caderno de anotações dele no Orkut: "Oh, num eh q ti dexando isso aki que diz q eu esqueci o q vc fez viu... to brava ainda!!".

Marcos Cláudio é o filho mais velho de Lula. No Orkut, ele participa da comunidade "Viva Lula". Além disso, é o fundador da comunidade dos "admiradores do Shopping Metrô de São Bernardo do Campo". Marcos Cláudio era do departamento de marketing do Sindicato dos Metalúrgicos. Sua mulher, Carla Ariane, que pertence à comunidade orkutiana "Orgulho de ser PT", tinha um cargo comissionado na prefeitura petista de Mauá, que está sendo acusada de desvio de dinheiro. Foi justamente pelo departamento de marketing das estatais e pelos cargos comissionados na administração pública que passou grande parte da roubalheira petista. O casal Marcos Cláudio e Carla Ariane representa uma espécie de síntese do petismo.

"Lula declarou que não se mete nos negócios do filho. Ele teria a obrigação de se meter, já que os negócios do filho envolvem dinheiro público. Lula deveria mandar desfazer a sociedade entre Fábio Luís e a Telemar"

Outro filho de Lula, Sandro Luís, recebia um salário de 1 522 reais do PT para não comparecer ao emprego. É aproximadamente o mesmo salário que Delúbio Soares recebia para não comparecer ao emprego como professor em Goiás. Sandro Luís usa nomes de fantasia no Orkut. Seu irmão Fábio Luís, o da Telemar, também prefere o anonimato. Sua empresa, através de um funcionário, acaba de abrir uma comunidade no Orkut: a "GameTv". Na última quinta-feira, a "GameTv" já podia contar com 97 membros. Estavam todos lá: Luís Cláudio, Talita, Marcos Cláudio, Carla Ariane. O tema predominante da comunidade era o grupo de rock Iron Maiden. Não havia um único comentário sobre o caso de favorecimento político à empresa de Fábio Luís. Lula declarou que não se mete nos negócios do filho. Ele teria a obrigação de se meter, já que os negócios do filho envolvem dinheiro público. Primeiro: Lula deveria mandar desfazer a sociedade entre Fábio Luís e a Telemar. Segundo: Jacob Bittar deveria ser afastado do cargo de conselheiro da Petros.

Jacob Bittar é pai de dois sócios de Fábio Luís. A Petros é sócia da Telemar. Na prática, Jacob Bittar comprou com dinheiro público a empresa dos filhos — e do filho do presidente.

Lula qualificou as reportagens sobre seus filhos como um "golpe baixo", uma "baixaria". Muita gente ainda se pergunta se Lula sabia ou não da corrupção no governo. Na verdade, a questão é mais grave: Lula simplesmente desconhece o que é certo e errado. Eu não acredito no presidente Lula.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “As duas faces da moeda”, de autoria do jornalista e ex-presidente do Citibank S.A., Alcides Amaral, publicado pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 25 de julho de 2005.

Segundo o autor, faz-se necessário que se discorde do Presidente quando ele diz: “o Brasil não merece tudo isso que está acontecendo”, pois merece, sim. Merece porque fomos nós, brasileiros, que o elegemos juntamente com o seu partido (PT). E é ele e a sua

equipe que são os responsáveis pelo destino do nosso País, que hoje nos envergonha e nos humilha.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O ESTADO DE S. PAULO

As duas faces da moeda

“O PT vai ter de ser reinventado. O PT vive a pior crise da sua história e esse é o fim de uma fase”
Tarso Genro, novo presidente do partido

Tendo a discordar do presidente Lula quando ele afirma que “o Brasil não merece tudo isso que está acontecendo”. Merece, sim, pois fomos nós, mais de 52 milhões de brasileiros, que o elegemos, a ele e ao Partido dos Trabalhadores (PT), para nos governar. Embora essa afirmação seja injusta para com todos aqueles que não votaram nos companheiros do PT, assim é a vida. Como, de acordo com o velho ditado, cada povo tem o governo que merece, o presidente Lula é o presidente dos 170 milhões de brasileiros, queira ou não. Ele e sua equipe são responsáveis pelo destino deste pobre país, que hoje nos envergonha e nos humilha. A imprensa internacional já per-

MILHÕES DE BRASILEIROS FORAM ILUDIDOS PELO DISCURSO DA ÉTICA

cebeu a gravidade da crise por que estamos passando e o Brasil passa a ser olhado com desconfiança. E, quando a senadora Heloisa Helena afirma na CPI dos Correios que agradece “a Deus por ter sido expulsa do PT”, nada mais precisa ser dito.

A verdade é que a eleição do PT para governar o Brasil foi uma decisão de risco, uma vez que todos sabiam que lhe faltavam equipe e experiência administrativa para conduzir um país como o nosso. Administrar Estados e municípios fornece alguns subsídios importantes, mas a Presidência do País é algo muito mais complexo e fica ainda mais difícil quando o próprio presidente eleito não tem experiência administrativa alguma. O presidente Lula tinha – e ainda tem – uma bela história de vida. Foi um grande líder metalúrgico, mas daí a ser um bom e eficiente presidente da República vai uma diferença muito grande. Isso tudo não era novidade para a grande maioria, mas o povo brasileiro deixou que 52 milhões de “petistas” o colocassem no cargo mais alto da nossa hierarquia política. Portanto, estamos colhendo aquilo que plantamos.

O que, entretanto, causa mais revolta é que o PT construiu duas décadas de história dizendo ser o defensor de um país mais justo, mais de-

que estamos vendo é que, na primeira oportunidade, a ética foi jogada para o espaço e Brasília se transformou num verdadeiro lamaçal. Filhos de brasileiros foram iludidos por esse discurso que parecia ser genuíno e sincero, e que nos deixa a todos revoltados e, em certas circunstâncias, chejados.

O presidente Lula, devidamente blindado e aparentemente alheio a tudo o que acontece no Congresso Nacional envolvendo o seu PT, ainda vem a público como o fez na última viagem a Paris – para afirmar: “Tenho o PT como filho. Porque sou um dos fundadores. Em 20 anos, o PT chegou à Presidência, coisa que muitos partidos demoraram cem anos para conseguir.”

As últimas pesquisas do Ibope mostram, entretanto, que o afeto dos “filhos” não é mais o mesmo, pois, se em março de 2005 cerca de 60% dos brasileiros confiavam no presidente e apenas 34% tinham restrições, agora, em julho de 2005, aqueles que ainda confiam no presidente reduziram para 53% e os brasileiros que não confiam já alcançam 42% da população. O aumento da corrupção é visto pela população como o maior dos males atuais do Brasil, um país em que não há segurança e onde muitos brasileiros ainda morrem de frio e de fome.

Há os mais exaltados, como o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio, que afirmou recentemente: “Vamos acabar com essa história de que Lula não sabia de nada. Ou ele é um completo idiota ou sabia, sim, de toda a corrupção que se passou embaixo do seu nariz.” Não chegamos a esse extremo, mas não podemos ignorar o mal-estar existente pelo fato de o presidente dizer não saber nada do que se passa na cúpula do PT, seu filho.

Entretanto, como toda moeda tem duas faces, há os mais otimistas, que vêem o lado positivo desta bandalheira tortuosa. Se a crise que estamos atravessando não tomar proporções tais que venham a afetar os rumos da nossa economia (a única coisa de bom que ainda nos resta), tudo bem. O custo será pequeno para nos vermos livres do PT. É uma experiência por que tínhamos de passar, os custos aí estão, mas a longo prazo isso deve ser bom para o País. Como o PT, segundo ainda o seu novo presidente, Tarso Genro, “vive crise moral e devastadora”, é de esperar que nas novas eleições tudo venha a ser diferente.

Esse é, pelo menos, o meu desejo. Depois desse escândalo todo que empoalha a Nação, chegou a hora de termos a nossa reforma política. Mas

da pelos políticos, e sim aquela realizada pelo povo brasileiro. Em não havendo candidato ou candidatos que nos deem a segurança de que teremos dirigentes à altura deste país, vamos dizer um sonoro “não” nas urnas. Quando tivermos um presidente eleito pelo povo com menos votos do que os nulos e em branco, a história pode mudar.

Ao invés de assumir o poder e “começar a gastar” os milhões de votos conseguidos nas urnas, o novo mandatário terá de trabalhar para conquistar a confiança da população. Sem isso mal poderá governar, não terá “trunfos” para gastar. Terá, pois, de obter o respaldo popular para poder, efetivamente, administrar o País.

Se, entretanto, continuarmos a agir como temos feito até agora, colocando, com votação significativa, o “menos pior” no poder, nada mudará neste país. E teremos de continuar ouvindo que “o Brasil não merece tudo isso que está acontecendo”. Merece, sim!.

Alcides Amaral, jornalista, ex-presidente do Citibank S.A., é autor do livro *Os Limites da Minha Limonada* (Editora Cultural). E-mail: alcides.amaral@uol.com.br

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Erro tático”, de autoria do articulista Tales Alvarenga, publicado na revista **Veja**, em sua edição de 3 de agosto do corrente.

O Presidente Lula está fazendo papel de bobo recorrendo a truques que desonram sua inteligência e seu senso de realidade. Essa tática de acusar a elite de ser a responsável pela crise que o Brasil está passando, não passa de um discurso fraco para tentar colocar a burguesia contra o que ele chama de elite.

Contudo, a elite quer mais que o Presidente cumpra o seu mandato até o fim, sem interrupções.

Sr. Presidente, requiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TALES ALVARENGA

ERRO TÁTICO

O presidente Lula faria bem a sua biografia e à tranquilidade do país se parasse de tentar fazer os brasileiros de bobos. É tão caricata sua iniciativa de culpar a elite pela crise que enfrenta, são tão patéticos seus discursos diante de sindicalistas, fingindo que tem o proletariado a seu lado contra a burguesia, tudo isso é tão simplório, tão anacrônico que quem está no papel de bobo é ele mesmo — Luiz Inácio Lula da Silva. Desorientado, Lula se encaminha para um campo minado, olhando para cima, para as nuvens.

A tentativa de instigar os humores da massa sindicalizada contra os imaginários venenosos destilados pela elite refletida, em escala menor, as táticas aplicadas na Venezuela por seu amigo, o coronel Hugo Chávez. Se existe alguma inspiração desse tipo, ela não é nem um pouco aconselhável.

Só nos faltava essa. Depois da descoberta da quadrilha mafiosa de petistas que assaltava o Estado para garantir sua permanência no poder, isso debaixo das barbas e das vistas do presidente da República, o Brasil tem de conviver com um Lula que recorre a truques que desonram sua inteligência e seu senso de realidade.

Diz Lula que a elite brasileira quer fazê-lo baixar a cabeça e tenta dar-lhe lição de moral. A elite brasileira tem dado provas de que fará o que estiver a seu alcance para que o mandato do presidente não corra nenhum risco de interrupção fora da data prevista para seu encerramento. A elite é, neste momento, uma aliada do bom senso e, por isso, não quer contribuir para alimentar a cri-

se política que está aí — e uma potencial crise econômica, que poderá vir se as fronteiras da razão ficarem sob ameaça de rompimento.

O assalto ao Estado não é uma exclusividade petista. Viu-se, nos últimos dias, um desfile de denunciados que conta também com estrelas do PSDB, do PFL e, principalmente, dos partidos menores que constituem a chamada base de apoio do governo. Essa base, conforme o que já ficou claro na CPI dos Correios, era comprada com o dinheiro desviado pelo PT dos cofres de empresas públicas e particulares. Políticos de outros partidos também receberam as “doações” realizadas por meio de empréstimos ilícitos e pagamentos por serviços de publicidade com valores inflados. No entanto, nessa fabulosa rapinagem, a maior já vista na história do país, o PT é o principal ator. Ele é o responsável pela existência do aparelho delinqüente.

A garrafa da crise está desenvolvida e não é mais possível voltar a fechá-la. A pressão criada no interior da garrafa pela fermentação da ganância, rivalidades, inveja de classe, fome de poder, ódio, culpa e pânico parece destinada a expelir tudo o que existe dentro dela, até a última gota. A análise do que vier à tona é que se tornará decisiva. E, nesse ponto, a interpretação até agora feita pela elite é muito cuidadosa em relação ao papel do presidente Lula nas ocorrências investigadas pela CPI. O presidente deve ser convidado a baixar a cabeça, sim. Para ver melhor onde está pisando.

**“A garrafa da
crise está
desenvolvida
e não é mais
possível voltar
a fechá-la.
O presidente
Lula deve ser
convidado a
baixar a cabeça,
sim. Para ver
melhor onde
está pisando”**

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo publicado no jornal **Zero Hora**, em sua edição do dia 25 de julho do corrente, intitulado “A estrela desce”.

O autor, Alexandre Elmi, mostra como a pesquisa Datafolha divulgada no último final de semana assusta o Presidente Lula. O resultado preocupa. A reprovação subiu quatro pontos e é a mais alta desde o início do mandato.

“Hoje, mais brasileiros avaliam o presidente como um homem indeciso, falso, preguiçoso e desonesto do que há 35 dias”.

Pela oportunidade do assunto, requiero que o artigo acima citado seja dado como lido e considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ANAL	DIA: 25	MES/ANO: JUL/05	EDITORIA: <i>Leonel Pavan</i> POLÍTICA	CADERNO: 1º	PAGINA: <i>250 11</i> 11
------	---------	-----------------	---	-------------	-----------------------------

ZERO HORA

PÁGINA 10

Alexandre Elmi (interino)

A estrela desce

Por todos os ângulos que se olhe, a pesquisa Datafolha divulgada no final de semana aterroriza o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Imaginava-se que ele pudesse estar blindado, imune à torrente de denúncias, mas, à medida que as revelações se avolumam, a crise adere irremediavelmente a figura de Lula.

Segundo o Datafolha, a reprovação subiu quatro pontos e é a maior desde o início do mandato. A nota média do governo ficou em 5,8, a menor entre os 11 levantamentos feitos pelo instituto desde que o PT chegou ao Planalto.

Preocupação ainda mais dramática brota de perguntas sobre a imagem presidencial. Hoje, mais brasileiros avaliam o presidente como um homem indeciso, falso, preguiçoso e desonesto do que há 35 dias. Contrariando o que tenta vender como suas principais virtudes, os pesquisados passaram a enxergar o presidente como uma pessoa mais preocupada com os ricos do que com os pobres, mas antipático e menos humilde.

São golpes no figurino popular que Lula cultiva em suas metáforas e discursos. Ele segue líder na intenção de voto para 2006 mas a folga se comprime. Já figurou com 44%, no final de 2004, o ápice da popularidade, mas agora não pára de perder o fôlego. A simulação com José Serra (PSDB), por exemplo, já prevê empate técnico no segundo turno, se considerada a margem de erro.

Como o projeto de chegar ao poder sempre esteve grudado à figura de Lula – e era com o ex-metalúrgico que o partido embalava o plano de ficar por mais quatro anos no Palácio do Planalto –, o desmoronamento da imagem do presidente desmorteia o PT.

A um ano e dois meses da eleição, a pesquisa do Datafolha mostra que o ministro da Fazenda Antonio Palocci, não decola como substituto de Lula, no caso de o projeto de reeleição naufragar pela pressão das denúncias. No máximo, Palocci, responsável pela área mais vistosa do governo, teria 6% da preferência do eleitorado.

E cedo para projeções eleitorais e há tempo para reverter tendências, mas o PT não pode descuidar da tarefa mediana de imaginar um plano B para 2006.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Senhor Presidente”, do jornalista e ex-deputado federal João Mellão Neto, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 29 de julho do corrente.

O autor escreve uma carta ao Presidente Lula, conversando de elite para elite, já que todos que ganham mais de dez salários mínimos por mês e lêem pelo menos um jornal por dia são considerados elite no Brasil. Na carta ele revela que, ao contrário do que o Presidente pensa, a elite, o que significa milhões de brasileiros, não quer derrubá-lo ou desmoralizar o seu Governo. Quer, na verdade, vê-lo governar até o último

dia de seu mandato. Tudo que o povo brasileiro quer é a confissão de que ele sabia de tudo e vai tomar alguma providência para tentar acabar com a crise.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALMEIDA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Senhor presidente

João Mellão Neto

Bom dia, sr. presidente. Permite que me apresente. Sou um membro da elite, um daqueles que o senhor acredita que querem fazê-lo baixar a cabeça. Pertencem à elite, sim, já que ganho mais de dez salários mínimos, possuo automóvel, tenho curso superior e leio jornais diariamente. No Brasil é o que basta para um cidadão pertencer aos 10% de topo da pirâmide social. O senhor, todos os seus auxiliares e parlamentares de seu partido e de sua base de apoio também são da elite. Mas ainda do que eu, visto que os senhores estão investidos de poder, o que não é o meu caso. Tomei a liberdade de escrever esta carta para lhe dizer que, ao contrário do discurso predominante entre os seus, nem eu nem milhões de brasileiros na minha condição de “elite” temos a menor intenção de derrubá-lo, ou mesmo de desestabilizar o seu governo. Aconteça o que acontecer, não importa que coisas revelações apareçam, o nosso sincero desejo, a benção do País, é que o senhor siga governando até o último dia de seu mandato.

A maioria de nós não o apóia, é verdade. E o senhor tem pesquisas em mãos que atestam que, nas assim chamadas classes A e B, a sua popularidade está em baixa. Há uma grave crise se desentolando. E mesmo entre aqueles que antes o aprovavam o desencanto é muito grande. Também, pudera! O senhor e seu partido passaram anos e anos se arvorando em campeões da ética e da transparência e, agora, todo esse patrimônio moral está desmoronando, mais e mais, a cada novo fato que vem à público. Caixa 2, mensalão, mesadão, financiamentos ilegais, formação de quadrilha, o que mais falta para que desacreditemos de vez do senhor e de seus correligionários?

Se Vossa Excelência me permite a liberdade, eu, pessoalmente, não acredito que o senhor não estivesse a par de tudo isso que agora está aparecendo. Não duvido de sua honestidade pessoal, longe disso! Mas me custa a crer que um presidente da República, com todos os instrumentos de informação de que dispõe, ignorasse totalmente o gigantesco es-

quema de compra de consciências que os seus mais próximos auxiliares operavam de dentro do próprio palácio onde o senhor trabalha. São muitos milhões de reais envolvidos e quase uma centena de parlamentares aliçados. Todos no Congresso sabiam. Quase todos na imprensa ouviram dizer. Não é crível que logo o senhor – que como chefe do governo era justamente o maior beneficiário dessa compra de votos – fosse o único a não ter conhecimento de nada. Se isso, por acaso, for verdade, o senhor deve imediatamente trocar toda a sua equipe. Não há nela uma só pessoa merecedora de sua confiança...

Não creio, sinceramente, que tenha sido o senhor, pessoalmente, o idealizador de toda essa sordidez. O mais provável é que o seu pecado tenha sido o da omissão. “Política é assim mesmo”, deve ter pensado. E, mostra a História, “aqueles que têm nojo da política serão sempre oprimidos por aqueles que não têm...”

O importante, para o senhor, era o seu projeto maior. E, se a causa é nobre, todos os expedientes são legítimos para levá-la a termo. Nesse aspecto eu me atrevo a discordar do senhor. Nas democracias, nos Estados de Direito, há valores permanentes que pairam acima de qualquer ideologia. O século passado foi marcado pelo fato de que os homens se permitiram seduzir pelos dois extremos opostos. Foi necessário que dezenas de milhões de pessoas morressem para que a humanidade descartasse tanto o nazismo quanto o comunismo como atalhos viáveis para a criação da sociedade perfeita. A democracia, sr. presidente, não é um dom ou mesmo uma vocação. É apenas o estuário natural onde desembocam todos os povos que se desencantaram das soluções radicais. E não único, é o de que “a justiça só é justa quando alcançada por meios justos”.

Nesse aspecto, perdoo-me o atrevimento, tanto o senhor como seus seguidores falharam. Eles, pelo que fizeram; o senhor, pelo que os deixou fazer.

Mas, apesar de tudo, sr. presidente, nós, da “elite”, não pretendemos derrubá-lo. Temos consciência de que sua pessoa, sua figura, sua história amalgamam todos os sonhos e anseios

de um povo sofrido, um povo que vê no senhor tudo o que ainda lhe resta de um sentimento chamado esperança. Nós não pretendemos desconstituir o seu fôlego, mesmo porque não temos outro ícone para colocar em seu lugar.

Acontece, sr. presidente, que o senhor não nos ajuda a ajudá-lo. Bate forte na elite, que somos todos nós, e condescende com a outra “elite”, a dos seus compadres, que é justamente quem o está forçando a baixar a cabeça. Foi essa gente que se comprometeu com os Marcos Valérios, foram eles que arquitetaram toda essa su-

APESAR DE TUDO, NÓS, DA “ELITE”, NÃO PRETENDAMOS DERRUBÁ-LO

jeira, é por causa deles que a sua imagem se conspurcou.

Nós, os alguns milhões de brasileiros estudados e esclarecidos; nós, que representamos a “boa elite” desta Nação, não ansiamos por cargos nem posições. Queremos apenas um governo honesto, ético, honrado e eficiente. O nosso único desejo é de que o senhor estenda ao governo inteiro o mesmo padrão de excelência e racionalidade que já existe no campo isolado da economia.

Solte as amarras, sr. presidente. Desate os nós que ainda o prendem aos seus maus companheiros do passado. O poder não comporta amigos, o senhor bem sabe. Ele é cruel, ingrato, impiedoso, fútil e terrivelmente solitário. O senhor agora está só, no alto da colina, com os ventos da História lhe assoprando o rosto. Coloque-se à altura do que a sua posição exige.

Lembre-se de De Gaulle. Quando Pompeidu, seu sucessor, lhe confessou temer não ser grande o suficiente para governar a França, o marechal o tranquilizou, dizendo: “Não tema, meu cher, a França o engrandecerá...”

João Mellão Neto, jornalista, foi deputado federal, secretário e ministro de Estado.
E-mail: j.mellao@uol.com.br
Fax: (11) 3845-1794.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar artigo de autoria da escritora Lya Luft, intitulado “É hora de agir”, publicado na revista **Veja**, edição de 27 de julho do corrente.

Ela escreve: “Estamos no meio de um vendaval desconcertante: numa mistura entre o público e o privado como nunca se viu, correntes inimagináveis de dinheiro sem origem ou destino declarados jorram sobre nós levando embora confiança, ética e ilusões”.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ponto de vista

Lya Luft

É hora de agir

Enquanto um misto de tragédia e pantomima se desenrola aos nossos olhos atônitos, escrevo esta coluna meio ressabiada: como estará o Brasil quando ela for publicada, isto é, em um, dois dias? Estamos no meio de um vendaval desconcertante: numa mistura entre público e privado como nunca se viu, correntes inimagináveis de dinheiro sem origem ou destino declarados jorram sobre nós levando embora confiança, ética e ilusões.

O drama é que não somos arrastados por “forças ocultas” ou ventos inesperados. Devíamos ter sabido. Muitos sabiam e vários participaram — embora apontem o dedo uns para os outros feito meninos de colégio: “Foi ele, foi ele. eu não fiz nada, eu nem sabia de nada, ele fez muito pior”. Espetáculo deprimente, que desaloja de seu acomodamento até os mais crédulos.

Se mais bem informados, poderíamos ter optado diferentemente em várias eleições — mas nos entregamos a miragens sedutoras e idéias sem fundamento. Agimos como cidadãos assim como fazemos na vida: omissos por covardia ou fragilidade, por fugir da realidade que assume tantos disfarces. Deixamos de pegar nas mãos as rédeas da nossa condição de indivíduos ou de brasileiros, e isso pode não ter volta. Fica ali feito um fantasma pífido: anos depois salta da fresta, mostra a língua, faz careta, ri da nossa impotência. Não dá para voltar, nem sempre há como corrigir o que se fez de errado, ou que deixou de ser feito e causou graves mazelas.

É tão mais fácil bancar a vítima — do universo, que faz mil armações para nos ferrar, dos outros, que querem nos prejudicar, e assim por diante. Usamos o eterno “fui enganado, estava distraído, estou fora, não tenho nada com isso”. Nossas desculpas nem ao menos variam, mas a omissão é sempre o mesmo crime.

Quando o desalento ou a decepção expõem nossos enganos, se tivermos boa vontade havemos de reconhecer: “Pessoas em quem confiei foram cúmplices e, se eu não sabia, devia ter

me informado”. Aqui e ali eu podia ter ~~feito diferente~~: agir, mudar minha atitude, assumir algumas coisas, dar uma guinada em minha vida ou na vida do meu país, da minha cidade, da minha casa. Escolher, em lugar de me conformar. Mas escolhemos não escolher, decidimos pela indecisão, aceitamos a fantasia que nos apresentavam. Outros, ou “a vida”, optaram por nós — nem sempre a nosso favor.

A verdadeira tragédia moral que nestes dias se abate sobre nós, com personagens que deviam estar presos defendendo teses patéticas porque obviamente mentirosas, nos dá oportunidade de rever muitos mitos e adquirir mais lucidez e mais coragem.

Mesmo optando por “ficar de fora”, um dia pagaremos (já pagamos bastante) o alto preço da omissão, de não agirmos conforme uma justa indignação movida pela clareza e pela fé. Se é que temos alguma, pois é bom indagar: ainda acreditamos em algo, e em que acreditamos?

Fica difícil ter esperança, porém, em certos momentos, é preciso ser guerreiro. Nem guerrilheiro nem terrorista: um dos heróis do cotidiano que querem informação, querem a verdade. Não para se lamentar e choramingar, mas para agir com coragem e honradez. A começar, digo sempre, pela postura pessoal.

O tempo voa. Vamos perseguir a verdade sem desviar a atenção quando algo nos desagrade ou acusa. Vamos encarar os problemas em lugar de apontar para o vizinho ou o adversário, como fazem agora os pusilânimes. Vamos preparar um terreno melhor para as novas eleições, se chegarmos intactos a elas, na busca de uma democracia em que impere a integridade e nossa confiança não seja burlada. Como disse a personagem real de um filme recente, referindo-se à sua participação na tragédia de seu país: “Eu não sabia, ou não queria acreditar. Mais tarde entendi que não havia desculpa para não ter me informado melhor. E assim acabei cúmplice de tão grandes males”.

Que este terremoto brasileiro tenha um fim positivo, e depois dele poucos de nós precisem fazer a mesma terrível afirmação.

*“Poderíamos ter
optado diferentemente
em várias eleições —
mas nos entregamos a
miragens sedutoras e
idéias sem fundamento.
Deixamos de pegar nas
mãos as rédeas da
nossa condição de
brasileiros, e isso
pode não ter volta”*

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para continuar fazendo o registro das matérias publicadas pelas revistas de grande circulação no País, revistas essas que acrescentam, a cada edição, novas denúncias e fatos à crise política que estamos enfrentando nos últimos meses. As matérias mostram, também, os desmembramentos da crise e suas implicações para a economia e para a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, é nesse contexto que requiero que as matérias abaixo relacionadas sejam consideradas como parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A CASA DA SOGRA

Dividido e endividado, o PT procura juntar os seus cacos

FLORÊNCIA COSTA

Não há personagem que escape das piadinhas diárias que se multiplicam a partir dos escândalos também diários envolvendo políticos e empresários. No olho do furacão, o PT não poderia sair ileso das línguas ferinas: já foi apelidado de “Perda Total”. Com a escolha do ex-ministro da Educação Tarso Genro para dirigir o partido, outra pilhéria vem fazendo sucesso: “Colocaram um genro para tomar conta da casa da sogra.” Tão abundantes quanto as malas cheias de dinheiro que voam pelo País, as anedotas têm sempre

um quê de verdade. No caso do PT, a brincadeira não poderia ser mais realista. No imaginário popular, a casa da sogra é um lugar onde tudo é permitido: tirar os sapatos, colocar os pés na mesa, assistir à tevê, tomando uma cervejinha. Quando a nova direção se deparou com a terra arrasada das finanças, percebeu que também nos cofres petistas tudo era permitido. A desorganização era total e o rombo financeiro, estratosférico: chega a mais de R\$ 200 milhões, pelos cálculos feitos até agora, incluindo o dinheiro fruto de caixa 2. A nova cúpula insiste que não pagará as dívidas não oficiais,

a despeito das cobranças do publicitário Marcos Valério.

Discórdia – Atolados em dívidas, os petistas ainda se dão ao luxo de se engalfinharem. Na sede do partido e nas bancadas da Câmara e do Senado, disputas, desconfianças, brigas, ameaças, cobrança, apodrecem o ambiente interno. O nó da discórdia é: quem vai para o sacrifício em nome da salvação da imagem do PT? Quem vai pagar pelos erros, irregularidades e dívidas? Os petistas cujos nomes vieram à tona nos escândalos? Ou deve haver uma socialização dos prejuízos? Essas questões incendeiam o PT. No meio do tiroteio está o ex-ministro e deputado José Dirceu, que voltou ao foco das acusações. Acusado e cada vez mais isolado dentro do partido, Dirceu não aceita ir para o sacrifício, nem se explicar dentro do partido que dirigiu com mão de ferro de 1995 a 2002. “O Zé quer que o PT assuma coletivamente todos os erros. Mas, se for o caso, ele terá que aceitar ir para o sacrifício”, comentou um parlamentar. Quem o visitou nos últimos dias percebeu que o ex-ministro parece

Poderoso chefe do PT durante oito anos, José Dirceu está

conturbado, ciclotímico.

Dias antes de depor no Conselho de Ética da Câmara, na terça-feira 2, Dirceu mandou recados em várias direções. Avisou que poderá desovar mais munição sobre os tucanos, que já se misturam no lamaçal das denúncias.

Aos petistas mais exaltados, o re-

cado partiu de Delúbio, quando admitiu os empréstimos "não contabilizados": ressaltou que o dinheiro foi usado em todas as campanhas de petistas, com exceção da do presidente Lula. No sábado 23, durante reunião do Campo Majoritário – que domina 70% da direção do PT –, Dirceu advertiu: "Ninguém vai se salvar sozinho." O ex-ministro se irritou com o prefeito de Guarulhos, Elói Pietá, que fez duras críticas à cúpula anterior: "Quem permitiu terceirizar nossas finanças, colocando-as nas mãos de um aventureiro de fora do partido, desconhecido de nós, e sem nenhum compromisso com a história e os objetivos do PT?"

Frigideira – Dirceu avisa que não aceita que a nova direção divida o partido em "éticos e não éticos". Mas a maior parte das correntes de esquerda do PT ameaça propor que o ex-ministro e outros petistas acusados nos escândalos se afastem temporariamente do partido e peçam a convocação da comissão de ética para esclarecer tudo. Vários deputados sentem o calor do óleo na frigideira, depois de ver seus nomes vinculados aos saques feitos nas contas de Marcos Valério no Banco Rural: João Paulo Cunha, Paulo Rocha, José

Mentor, Professor Luizinho e Josias Gomes. O ex-tesoureiro Delúbio Soares começa a ser julgado na Comissão de Ética do PT no domingo 31 e tem sua expulsão dada como certa. Mas há quem aposte que não saia como o ex-secretário Silvío Pereira, que pediu a sua desfiliação.

"O isolamento de Dirceu está crescendo dentro do partido. Hoje há um sentimento geral de que a cúpula que atuou nos últimos anos deve sair. E José Dirceu encarna esse rumo errado que o PT tomou", afirmou Chico Alencar (RJ). "O conjunto do partido não sabe nada sobre as contas do partido. Dirceu deve satisfazer ao PT", cobrou o deputado Antônio Carlos Biscainha (RJ). "Todos sabem da participação do ex-chefe da Casa Civil para aumentar as bancadas dos partidos da base. É pouco convincente que Delúbio tenha feito tudo sozinho", atacou Paulo Rubem Santiago (PE). No fio da navalha, Tarso tem medido cada palavra. Garante a opinião pública que o PT não irá proteger ninguém: afirma que todos os envolvidos em escândalos deverão en-

viar ao partido explicações por escrito. Ao mesmo tempo, diz que "não temos motivos para duvidar da palavra de Dirceu".

Mas Tarso terá muita dor de cabeça pela frente. Uma delas é o processo de eleição direta do partido, no dia 18 de setembro. O ex-ministro, a pedido do presidente Lula, anunciou na quinta-feira 28 que será candidato a presidente da legenda. Com a desilusão da militância, a esquerda do partido aposta na vitória, após dez anos de hegemonia dos moderados. Um dos sete candidatos a presidente, Valter Pomar, da corrente Articulação de Esquerda, não poupa o presidente do PT: "Tarso não significa mudança nenhuma. Ele não reconhece os erros cometidos pelo Campo Majoritário, que promoveu e apoiou uma política de alianças que gerou Roberto Jefferson, uma política econômica que gerou Henrique Meirelles, uma política de financiamento de campanha que gerou Marcos Valério", criticou Pomar, terceiro vice-presidente do PT. Será difícil juntar os cacos da estrela. ■

Indignados e perplexos

Nos 30 meses de seu governo, o presidente Lula manteve uma relação tensa com os movimentos sociais e as correntes de esquerda do PT. Mas, nos últimos dias, o Planalto percebeu que há fumaça no ar. É o sinal de que está em processo de erupção o vulcão dessas bases organizadas e intelectuais, que historicamente apoiaram Lula. Com exceção, é claro, dos setores sindicais, satisfeitos com a ida do ex-presidente da CUT, Luis Marinho, para o Ministério do Trabalho. Já havia descontentamento com a política econômica do ministro Antônio Pallocci. O clima azedou mais com as denúncias de corrupção contra o PT, que deixou a esquerda constrangida, tendo que dar explicações nas ruas,

apesar de não controlar o partido há dez anos. Mas a gota d'água foi a troca de Olívio Dutra por um afilhado do PP de Severino Cavalcanti no Ministério das Cidades. O descontentamento é enorme. Setores do PT, ligados ao ex-deputado Plínio de Arruda Sampaio, ameaçam até deixar o partido após as eleições internas, em setembro. Plínio é um dos sete candidatos a presidente da legenda.

As bases prometem barulho no dia 5 de agosto, véspera da primeira reunião do Diretório Nacional dirigida por Tarso Genro. O bloco de esquerda composto por 22 deputados federais organiza o ato "Pela Mudança Social, pela ética na política e pelo socialismo", a ser realizado em um clube a

sendo questionado internamente e ainda pode acabar cassado

poucos metros da sede nacional do PT, no centro de São Paulo. Um dos organizadores, o deputado Ivan Valente (PT-SP) cobra que a nova cúpula abra espaço para a esquerda na direção do partido: "Será um ato de

petistas indignados e perplexos. Vamos cobrar que a comissão de ética do partido apure as denúncias contra os petistas, inclusive José Dirceu. Vamos exigir que o partido seja uma voz crítica à política de juros e superávit primário altos. Nós vamos

votar contra a proposta do déficit nominal zero e contra a reforma sindical. E o Campo Majoritário não terá moral para nos punir. Eles é que têm de ser punidos pelo que fizeram com o nosso partido."

ENTREVISTA OLÍVIO DUTRA

- Fundador do PT, chegou a presidente do partido.
- Foi prefeito de Porto Alegre e governador do Rio Grande do Sul.
- Assumiu o Ministério das Cidades e resistiu a todas as mudanças do governo. Até ser tragado pela crise.
- Bancário, torcedor da Intercontinental, casado, dois filhos, devoto da chimarrão.

OS ERROS DE LULA

Ex-ministro critica declarações do presidente, afirma que ele é prisioneiro dos conservadores, mas acredita que houve traição

LUÍZ CLÁUDIO CUNHA

A crise é grave. Tão grave que derrubou até mesmo o imexível, o imbatível amigo do presidente Lula: o gaúcho Olívio Dutra, 64 anos, perdeu dias atrás a pasta das Cidades, jóia da coroa petista, na dura negociação em que o Planalto precisou entregar os anéis no PP para não perder os dedos que lhe restam no Congresso. Bancário, formado em letras, Olívio é um dos fundadores do PT, junto com Lula, com quem dividiu um apartamento em Brasília, quando ambos eram deputados. Crítico do PT e até de atitudes recentes de Lula, Olívio rebate o consolo de ser o candidato do PT ao governo gaúcho em 2006: "Vou

militar na base, em Porto Alegre, e fazer minhas leituras. Com gosto, não por obrigação."

ISTOÉ – Como o PT velho de guerra embarcou nessa confusão?

Olívio Dutra – Desde que começou a ganhar pelo voto espaço na máquina do Estado, Congresso e Executivo, o PT reduziu a importância das instâncias de base. A democracia interna passou a ser uma coisa meio pirotécnica. Como é o caso das prévias.

ISTOÉ – As prévias atrapalharam?

Olívio – As prévias surgiram no PT depois que foram instituídas máquinas de parlamentares – das Câmaras Municipais ao Congresso. Os cargos e as estruturas dos gabinetes passa-

ram a ter uma importância que se sobrepôs aos núcleos de base. Nós propúnhamos uma escola política permanente, onde professores e alunos não eram distinguidos pelos cargos ou funções.

ISTOÉ – As prévias tornaram o dinheiro importante no PT?

Olívio – Passaram a ser importantes as máquinas ligadas a figuras do partido, a seus gabinetes, o que reduziu enormemente o debate político. Já não se discutia política, programa, conteúdo. Passou a contar quem era mais popular, mais bem relacionado com este ou aquele setor. E isso foi minando o PT, de fora para dentro, num processo que levou o partido a desvios.

ISTOÉ – O PT perdeu suas origens?

Olívio – A chegada ao poder trouxe para dentro do partido os costumes, hábitos e condutas da política mais tradicional. Houve acomodação e, aí, até um aproveitamento destas estruturas para desfrutar melhor da máquina do partido.

ISTOÉ – Não havia mecanismos de controle mais rigorosos no PT?

Olívio – No início havia os núcleos de base, que tinham uma relação direta com o PT e não eram ligados a mandatos de parlamentares. Eles não atrelavam os movimentos sociais, mas eram muito ligados à comunidade. Foram aos poucos sendo desativados, transformados em coletivos com nomes de figuras, detentores de aparelhos, de estrutura de poder. O PT não discutiu isso suficientemente.

ISTOÉ – Quando é que começou o desvio do PT?

Olívio – Começamos a ter problemas com o crescimento não qualitativo, quando se abriram filiações partidárias sem maiores critérios, para disputar espaços no partido, para disputar convenções. Isso se acirrou com as prévias.

ISTOÉ – Era um projeto de aparelhamento do Estado?

Olívio – Não, a idéia era o aparelhamento do partido, ter o PT sob controle de uma corrente majoritária. Eu fui integrante de uma corrente originária, os 113 que fundaram o PT e que vinham dos movimentos sociais, sindicais, populares. Nos articulamos porque havia gente que entendia que o PT era um partido tático. A estratégia devia ser um projeto para o País, para a Nação.

ISTOÉ – Lula diz que, ao assumir, o governo tirou os melhores quadros do PT e o partido se enfraqueceu.

Olívio – Não concordo integralmente. Quem era, até há pouco, a direção nacional do PT? Não eram neófitos. Eram quadros caldeados nas grandes lutas democráticas do PT. Nos 25 anos de PT houve um processo rápido de acesso aos espaços institucionais, cargos, funções.

ISTOÉ – O homem-chave desta ascensão meteórica do PT, José Dirceu, é hoje o pivô do escândalo.

Olívio – Retomo a discussão de estrutura, de processos, de definição política, sem pessoalizar nem personalizar...

ISTOÉ – Mas são pessoas que colocaram o PT nesta situação...

Olívio – Nunca foi meu estilo fazer isso. Volto a dizer: houve um processo que gerou distorções e flexibilizou condutas que eram da natureza e do rigor petista, possibilitando contaminação de procedimentos que se assemelharam aos de outros partidos.

ISTOÉ – São condutas de pessoas.

Olívio – Claro, porque as instâncias coletivas do PT foram sendo aos poucos superadas pelos aparelhos dos cargos de poder, no Legislativo e no Executivo. O PT tem que repensar esta relação.

agiram como se a venalidade dos outros pudesse ser usada em benefício do partido do governo. E, aí, houve condutas de venalidades, de desrespeito à coisa pública, de aproveitamento dos cargos, de tráfico de influências. E isso não tem nada a ver com a história do PT. É corrupção e roubalheira que nós sempre combatemos. Não podemos, de forma alguma, nos explicar dizendo que a maioria dos partidos já fazia. Isso não se justifica. Não vale o argumento de que isso é meio que costumeiro...

ISTOÉ – Lula disse isso em Paris...

Olívio – Acho que o presidente Lula errou ao fazer este tipo de consideração, porque dá idéia de que nós nascemos para nos conduzir da mesma forma, no senso médio da política tradicional. Temos que condenar. Alegar isso significa que rebaixamos nossa conduta política, ao ficar num patamar em que nos asse-

“As instâncias coletivas do PT foram sendo superadas pelos aparelhos dos cargos de poder, no Legislativo e no Executivo”

ISTOÉ – Sem personalizar, não se consegue separar o partido dos responsáveis pela corrupção.

Olívio – Eu discordo. Nossa situação é séria pela conduta de pessoas, pela articulação de campos políticos que esposaram uma conduta e uma visão política baseada no pragmatismo e na flexibilização de relações com forças que nada tinham a ver conosco. Por conta da necessidade de governabilidade, fizeram esta flexibilização e, nesta contingência, o PT se confundiu com o que há de mais tradicional e viciado na política brasileira. Isso é ação de um campo, não de todos. Não preciso nominar ninguém.

ISTOÉ – O sr. diz flexibilização e pragmatismo para disfarçar roubalheira e quadrilha?

Olívio – Não, estou dizendo que a flexibilização e o pragmatismo abriram a guarda do PT. Os que praticaram isso

melhamos aos outros. Não há como dizer que, como existe roubalheira e corrupção também nos outros partidos, dá para ficar mais tranqüilo. Coisa nenhuma! O PT não pode jamais ter este tipo de argumento! Milhares de pessoas, entre os mais de 800 mil filiados e outros milhares de simpatizantes, têm uma verdadeira ojeriza com este tipo de coisa. Não se contemporiza com a corrupção, com desmando, com desvio do dinheiro público. O PT não é isso! Essa é uma conduta que não perpassou o partido. Foi decisão de cúpula, não das instâncias partidárias. Sou integrante do diretório nacional e nunca ouvi falar nisso...

ISTOÉ – Nem de mensalão, mesada?

Olívio – Não mostraram a estrutura das finanças nas reuniões do diretório.

ISTOÉ – O sr. não tinha ouvido falar de Marcos Valério?

Olívio – Nunca, em nenhuma reunião do diretório. Devíamos ter cobrado mais. Havia confiança muito grande nas pessoas. Nós, petistas, fomos perdendo um pouco desta coisa instigante, provocativa, de procurar saber bem das coisas. Isso não pode servir para acobertar erros. A maioria esmagadora dos petistas não veio para o PT para fazer carreira solo, buscar cargos, ascensão social e pessoal.

ISTOÉ – *O sr. desconfia de quem possam ser os chefões dessa quadrilha que roçou os cofres públicos?*

Olívio – Não especulo, isso não ajuda. Para isso tem o Ministério Público, a Justiça, a Polícia Federal...

ISTOÉ – *O deputado Roberto Jefferson diz que é José Dirceu, junto com Delúbio Soares e Sílvia Pereira.*

Olívio – Este cidadão a que tu te referes como fonte não é autoridade para

justa. Isso faz parte de uma forma de assessorar o presidente: não levavam nunca a Lula um quadro completo, com suas realidades e complexidades, com detalhes importantes.

ISTOÉ – *Sem querer personalizar: o denunciante é o líder de um partido da base que José Dirceu cooptou.*

Olívio – Essa política de flexibilização, de alianças do centro para a direita, sob a alegação de que Lula não foi eleito com maioria e precisava de governabilidade, é errada. Poderíamos ter constituído maiorias eventuais, até pontuais, sobre projetos de interesse do partido e da Nação, e trabalhar sobre eles. Criar a idéia de maioria permanente num Congresso é ter que se submeter a uma chantagem constante, de interesses particulares, grupais, ocasionais. E isso nos levou ao despenhadeiro, a uma confusão pela qual estamos pagando um preço caríssimo.

na imprensa coisas como se ele as tivesse dito. E ele não tinha falado nada!

ISTOÉ – *O ex-tesoureiro Delúbio diz que todas as campanhas de 2002, exceto a de Lula, tinham caixa 2. O sr. sabia?*

Olívio – Não sabia de nada. Isso merece ser investigado, a fundo. Não é argumento para o PT dizer que os outros também tinham caixa 2. Já tivemos crises de crescimento, mas esta crise agora é de rebaixamento das bandeiras, do relaxamento das relações internas do partido com suas instâncias de deliberação coletiva.

ISTOÉ – *O sr. teme o impeachment?*

Olívio – Não acredito nisso. A conduta do companheiro Lula não se confundiu com isso. Imagino como tem sido dolorido para Lula viver esta situação.

ISTOÉ – *E a decisão de Lula de tirar o Ministério das Cidades do PT?*

Olívio – Essa crise criou uma situação em que Lula não tinha como trazer para o governo uma força social, que precisa dentro do Congresso, sem entregar as Cidades. Diante deste quadro, sai tranquilo do Planalto, porque o presidente até o último dia estava entendendo que, junto com as Secretarias da Igualdade Ra-

“Não há como dizer que, como existe roubalheira e corrupção nos outros partidos, dá para ficar mais tranquilo. Coisa nenhuma!”

fazer qualquer coisa que incrimine outros para aliviar o seu envolvimento.

ISTOÉ – *Mas tudo que Jefferson denunciou está se confirmando.*

Olívio – Toda e qualquer denúncia, desconfiança ou suposição – pode ser a mais estapafúrdia – tem que ser averiguada. Não queiramos que, de repente, um corrupto seja original só porque se declarou corrupto.

ISTOÉ – *Lula deu um cheque em branco a ele.*

Olívio – Não compactuo com isso. Um corrupto passou a ser herói porque se assumiu como corrupto.

ISTOÉ – *E o cheque em branco de Lula?*

Olívio – Acho que foi um erro crasso. Fui um dos que estranharam como é que se criou uma situação dessas para o presidente, deixando-o naquela saia-

ISTOÉ – *Uma pergunta que o País todo se faz: o Lula sabia?*

Olívio – Não sabia, assim como eu nunca soube. Não acompanho o cotidiano do Planalto, mas em todas as ocasiões em que tive oportunidade de conversar com Lula percebi, com o coração e a razão, que ele estava ignorando o processo, que nem eu conhecia.

ISTOÉ – *Lula foi traído?*

Olívio – Todos nós fomos traídos. Por esta conduta, por este processo que nos levou a esta situação de crise.

ISTOÉ – *E os relatos de gente que disse que informou Lula sobre o mensalão?*

Olívio – Ai tem muito oportunismo, muito interesse em se aproveitar das circunstâncias, até para dizer que esteve perto do Lula, que tem acesso fácil ao presidente... Lula me contou que recebia pessoas, só ouvia, e no dia seguinte saiam

cial e de Política para a Mulher, a pasta das Cidades era um espaço de conquista de nosso governo, que não devia ser mexido nem alterado. Mas, desta conversa até o dia seguinte, pela manhã, houve pressões e contrapressões das quais o presidente não pôde se desvencilhar. Lula sabe que o argumento para fazer a substituição vinha desta necessidade política: a de incorporar um campo do centro-direita, num governo mergulhado numa crise, que precisa de trânsito no Congresso para aprovar seus projetos.

ISTOÉ – *Mas não deixa de ser frustrante, não?*

Olívio – Quem de nós não gostaria de fazer mais e melhor, de um jeito que fosse marcante para o campo popular, progressista, democrático-popular. Nosso governo, infelizmente, está prisioneiro de um conjunto de forças do centro-conservador ao centro-direita. ■

BRASIL



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
SETOR DE PESQUISA, ANÁLISE E INFORMAÇÃO - SPAI

JUSTIÇA FEDERAL - DF
03369621
Fls. 631
R/Nº 041/05

Banco Itaú S.A, cujo sigilo bancário foi decretado nos autos do Processo nº 00.34.00.036621.

As ordens de pagamento efetuadas pela Gtech através do SISPAAG (sistema de pagamento) foram encaminhadas, em meio magnético, ao MPF por intermédio do ofício nº DREGO-OFI-98695/2004-LRA, de 15/03/05.

A análise dos dados bancários revelou os seguintes pagamentos efetuados pela Gtech à firma MM Consultoria Jurídica Administrativa Ltda (CNPJ 00.066.027/0001-21):

BOC	AG/FAV	DTA/FAV	NOME FAVORECIDO	CPF/FAV	AG/PAG	DTA/PAG	VL. PAGO	DTA
237	03417	8028	MM CONSULTORIA JURIDICA ADMIN	0066028000121	1145	03397418	177.200,00	27-dez-02
237	03417	8028	MM CONSULTORIA JURIDICA ADMIN	0066028000121	1145	03397418	248.250,00	20-fev-03
237	03417	8028	MM CONSULTORIA JURIDICA ADMIN	0066028000121	1145	03397418	1.674.500,00	25-jun-03
TOTAL							2.098.950,00	

Os créditos no valor total de R\$ 2.098.950,00 ocorreram diretamente na conta corrente nº 8028-4, da agência 0341-7, do Banco Bradesco S.A, titulada pela MM Consultoria.

GTECH
BRASIL

A Gtech fez três depósitos na conta da MM. O primeiro dias antes da posse de Lula e o último em 26 de junho de 2003

Até agora não foi possível identificar o quadro societário completo da empresa MM CONSULTORIA, porquanto o sistema CNPJ, da Receita Federal, encontra-se incompleto. A única informação disponível é que MARCELO COELHO DE AGUIAR (CPF 522.992.106-44) é o sócio-administrador da empresa.

Em pesquisas ao SIAPF (Sistema de Administração de Pessoal do Governo Federal), identificou-se que o Sr. Marcelo Aguiar atualmente é Assessor (DAS 102.4) da Presidência da República, com lotação na Subsecretaria de

EXCLUSIVO

PROPINA NO PLANALTO

AMAURI RIBEIRO JR.

O advogado Marcelo Coelho de Aguiar, que até o mês passado despachava numa sala do quinto andar da Secretaria de Comunicação Social, é a nova sombra que ameaça o Palácio do Planalto. É que documentos entregues pelo Ministério Público Federal à CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) dos Bingos mostram que a MM Consultoria Ltda. – empresa aberta pelo advogado em Belo Horizonte (MG) – recebeu R\$ 2.098.050 da Gtech do Brasil, de dezembro de 2002 a junho de 2003. A Gtech, uma multinacional de base americana, renovou, em março de 2003, um polêmico contrato de R\$ 260 milhões anuais com a Caixa Econômica Federal para gerenciar o sistema de informática e de tecnologia das loterias federais. Em julho de 2003, ISTOÉ revelou que Waldomiro Diniz, então assessor do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, mantivera secretas reuniões com diretores da Gtech visando à renovação do milionário contrato. No final do governo de Fernando Henrique Cardoso, a Gtech chegou a oferecer um desconto de 8% para que o contrato fosse renovado, mas não houve entendimento. No terceiro mês do governo Lula, com um desconto de apenas 15%, o negócio foi feito.

Os membros da CPMI admitem que os depósitos feitos na conta da empresa do advogado Aguiar correspondem a uma parte da contrapartida dada pela Gtech para a renovação do contrato com a caixa. As suspeitas da CPMI se devem principalmente ao fato de transferências bancárias terem sido realizadas justamente nas

**Gtech pagou mais de R\$ 2 milhões a empresa de
advogado que trabalhou na Secretária de Comunicação**

O que dizem os envolvidos

O repasse dos R\$ 2 milhões da Gtech está levando a Receita Federal a fazer uma devassa na MM Consultoria. A informação é de Walter Santos Neto, um dos sócios da empresa. Segundo ele, a MM Consultoria foi subcontratada pelo advogado Henrique Geanelli para entrar em 2002 com uma medida cautelar contra a Caixa Econômica Federal no Superior Tribunal de Justiça (STJ). "O dinheiro depositado se refere a esse serviço", diz Santos Neto. Geanelli

também está no foco das investigações da CPMI dos Bingos, do Ministério Público e da Polícia Federal. A quebra de sigilo telefônico do advogado revelou que Geanelli fez várias ligações para Waldomiro Diniz e diretores da Caixa Econômica.

Procurado por ISTOÉ, o secretário-adjunto da Secretaria de Comunicação do Governo, Jafete Abrahão, disse que desconhece o pagamento da Gtech para a empresa de Aguiar. "Estou surpreso porque, pelo que eu saiba, Aguiar vive sem dinheiro e

não tem onde cair morto", afirma Abrahão. O secretário considera absurdo envolver a Secretaria de Comunicação no escândalo da Gtech. "Aqui na Secretaria somente eu conheço o Aguiar e nunca tivemos negócios com a Gtech", diz. Por intermédio de sua assessoria de imprensa, a Gtech informou que a empresa não tem nenhum contrato com o escritório de advocacia de Santos Neto.

ESCRITÓRIO No endereço da MM, um escritório de advocacia

datas dos principais episódios já descobertos pelo Ministério Público e pela Polícia Federal nas investigações sobre o envolvimento da Gtech com Waldomiro Diniz e demais membros do governo.

Cronologia suspeita – O primeiro depósito, no valor de R\$ 177,3 mil, foi feito em 27 de dezembro de 2002, quando Waldomiro Diniz, na condição de membro do governo de transição, teria iniciado os contatos com os dirigentes da multinacional. "Tudo indica que esse valor foi o sinal da negociação", afirma um

membro da CPMI. O dinheiro saiu de uma conta da Gtech no Banco Itaú, em São Paulo, para a conta número 8028-4, aberta pela MM Consultoria na agência do Bradesco localizada na avenida Barbacena em Belo Horizonte. O segundo repasse, no valor de R\$ 246.250, depositado em 20 de fevereiro de 2003 na mesma conta, foi transferido para a conta da MM Consultoria às vésperas da renovação do contrato.

Nesse período, segundo revelaram à Polícia Federal alguns diretores da Gtech, Waldomiro Diniz

teria pedido R\$ 20 milhões para que a empresa tivesse a negociação facilitada. Marcelo Rovai, diretor de marketing da multinacional, disse que a proposta de Waldomiro foi feita em uma reunião no hotel Blue Tree, em Brasília. Rovai nega que a empresa tenha pago a propina. Na avaliação do Ministério Público Federal, porém, toda a dinheirama acabou sendo distribuída em contas da



ISTOÉ revista revelou as reuniões secretas

Família Ortiz.

Assessor palaciano – No mercado do Rio de Janeiro, os irmãos Ortiz encontraram um aliado de peso. Trata-se de Waldomiro Diniz, assessor de José Dirceu, o ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República. Entre junho de 2001 e abril do ano passado, Waldomiro foi o presidente da Loterj – Loterias do Rio de Janeiro. No início deste ano, foi acusado de participar de um esquema de desvio de

recursos da verba publicitária da Loterj. Ele nega a denúncia e garante que em sua gestão nada foi feito de irregular. Agora, será investigado também por causa de relações com a máfia do jogo clandestino. Essas, porém, não são as únicas sombras que o acompanham. Waldomiro foi um dos principais defensores da renovação de um contrato da Caixa Econômica Federal com a Gtech do Brasil, empresa responsável pelo sistema operacional de todas as casas lotéricas do País. O contrato tem

MM Consultoria e de outras empresas laranjas, cujas contas ainda estão sendo rastreadas.

A última e maior parcela, de R\$ 1,64 milhão, foi depositada na conta da MM Consultoria em 26 de junho de 2003. Logo após o pagamento, o advogado Aguiar, que até então ocupava um cargo de nível médio numa empreiteira que presta serviços ao Ministério da Justiça, foi presenteado com um salário de R\$ 5 mil mensais na Secretaria de Comunicação, no Palácio do Planalto. Ele foi nomeado assessor especial do subsecretário de Publicações e Patrocínio e Normas, Jafete Abrahão. No governo, Aguiar é conhecido como afilhado político do secretário executivo da Secretaria de Comunicação do Palácio do Planalto, Marcos Flora.

Patrimônio acanhado

— Apesar de ter recebido mais de R\$ 2 milhões da Gtech, no ano passado Aguiar declarou à Receita um patrimônio avaliado em apenas R\$ 28 mil. Também a empresa de consultoria aberta em 1994 — em sociedade com o

advogado Walter Santos Neto —, não tem como justificar as remessas de dinheiro da Gtech. Fora o dinheiro repassado pela Gtech, a conta da MM Consultoria no Banco Bradesco recebeu aportes de recursos insignificantes nos últimos anos. De acordo com documentos da Junta Comercial de Belo Horizonte e da Receita Federal, a empresa de Aguiar funciona até hoje no 14º andar de um edifício no bairro Belvedere, onde Santos Neto divide uma sala de advocacia com outros três advogados. No entanto, nem mesmo os sócios de Santos Neto no escritório de advocacia sabem da existência da empresa de consultoria.

“Nunca ouvi falar dessa empresa MM. Para mim, ela não existe”, disse a ISTOÉ o advogado Fernando Lyra, um dos sócios do escritório.

Laranjas — Além das movimentações financeiras, o balanço contábil da empresa mostra que Aguiar e a MM Consultoria foram utilizados como laranjas na transação. Para os membros do Ministério Público

e analistas da CPMI dos Bingos, a prova disso é que toda a dinheirama não foi integralizada como forma de capital nem distribuída para o sócio Aguiar como lucro ou pró-labore. Em 2003, Aguiar teve como rendimentos seus salários na Secretaria de Comunicação e na empresa Conserve Brasília Serviços Técnicos, que presta serviços ao Ministério da Justiça. Nenhum tostão proveniente da MM Consultoria. Até 2002, Aguiar respondia como sócio responsável pela empresa e somente se desligou da função burocrática ao assumir o cargo público em 2003, quando passou a gerência da empresa para o sócio. Para complicar ainda mais a situação do advogado, dados do Sistema de Acompanhamento Financeiro do governo federal (Siaf) apontam que em maio de 2004 a MM consultoria recebeu R\$ 7.588 do governo federal. Nessa época, Aguiar já trabalhava para o governo.

Os membros da CPMI dos Bingos acreditam que os verdadeiros beneficiados do dinheiro da Gtech serão conhecidos somente após a quebra do sigilo bancário da MM Consultoria e de Marcelo Aguiar, o que deverá acontecer nos próximos dias. ■

Colaborou Sônia Filgueiras

O PROER

MINO PEDROSA

O Ministério da Fazenda abriu as portas para o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares viabilizar uma operação bilionária que beneficiou uma penca de bancos públicos e privados. Foi pelas mãos de Delúbio que a Fazenda negociou e pagou uma dívida de R\$ 1,4 bilhão, acumulada desde o governo Fernando Henrique Cardoso junto aos bancos responsáveis pela arrecadação de contribuições e pagamento de aposentadorias da Previdência Social. O acordo foi costurado pelo ex-tesoureiro com a Febraban – a poderosa associação que reúne os maiores bancos do País – e posto em prática à revelia do Ministério da Previdência e do INSS. O pagamento foi feito de uma só tacada, em abril deste ano, em forma de títulos públicos federais e, dentro do governo, acabou ganhando o apelido de “Proer do PT”, numa referência ao bilionário programa de socorro aos bancos empreendido por FHC. As bandeiras da esquerda petista, que tremularam contra o socorro aos banqueiros na gestão de Fernando Henrique, não tiveram chance de agir desta vez. O negócio foi feito discretamente.

Sob a justificativa de que a Previdência não tinha dinheiro para pagar a dívida, o negócio bilionário foi transferido para a alçada do Ministério da Fazenda. Mas, nos bastidores, o que se passava era bem diferente. Uma grande briga partidária estava sendo travada. O PT, através

DO PT

Apesar de vários pareceres contrários, Delúbio Soares intermediou o pagamento de uma dívida de mais de R\$ 1,3 bilhão do INSS com os bancos

de Delúbio, e o PMDB governista, dos poderosos senadores José Sarney (AM) e Renan Calheiros (AL), que tinha o controle do Ministério da Previdência, disputavam a solução do crédito junto aos banqueiros. Delúbio ganhou a parada. O PMDB esperneou, mas não fez alarde. O negócio, que estava antes em discussão dentro do Ministério da Previdência, foi isolado e resolvido na Fazenda. Para viabilizar a legalidade do pagamento pelo Tesouro Nacional e não pelo INSS, como seria a praxe, o governo incluiu no texto de uma medida provisória que tratava de importantes assuntos tributários um artigo sob medida, autorizando a União a assumir dívidas de autarquias (no caso, o INSS), “a exclusivo critério do ministro de Estado da Fazenda”. Com a manobra, o PMDB perdeu a ingerência sobre o assunto.

O curioso é que, embora a operação envolvesse valores formidáveis que acabaram engordando a dívida pública, não contou com a chancela do superministro titular da pasta, Antônio Palocci. Quem assinou a portaria que regulamentou esse tipo de pagamento e viabilizou a operação foi o então secretário executivo do Ministério, Bernard Appy, na qualidade de ministro interino. Para driblar as resistências do lado da Previdência, também foi um segundo escalão do INSS quem avalizou o valor do débito em R\$ 1,4 bilhão. Coube ao atual presidente do órgão, Samir de Castro Hatem, na época substituto, colocar o jamegão no ofício que detalhava e aferia o valor da dívida. Toda a pa-



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Assessoria Jurídica

LEI Nº 11.051, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2004.

Mensagem de veto

Dispõe sobre o desconto de crédito na apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL e da Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins não cumulativas e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real poderão utilizar crédito relativo à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à razão de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a depreciação contábil de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, relacionados em ato do Poder Executivo, adquiridos entre 1º de outubro de 2004 e 31 de dezembro de 2005, destinados ao ativo imobilizado e empregados em processo industrial de adquirente.

§ 1º O crédito de que trata o caput do art. 1º desta Lei será calculado sobre a CSLL apurada, no regime trimestral relativo às contribuições do setor agropecuario.

Art. 31. Fica a União autorizada, a exclusivo critério do Ministro de Estado da Fazenda, a assumir, mediante novação contratual, obrigações de responsabilidade de autarquias federais, desde que registradas pelo Banco Central do Brasil na Dívida Líquida do Setor Público na data de publicação desta Lei.

Art. 32. Para efeito de determinação da base de cálculo de impostos sobre as pessoas jurídicas e de

PORTARIA Nº 441, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004

Regula, no âmbito do Ministério da Fazenda, os procedimentos concernentes à realização de novação, pela União, de dívidas de responsabilidade de autarquias federais.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, INTERINO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal e considerando o disposto no art. 31 da Lei nº 11.051 de 29 de dezembro de 2004, resolve:

Art. 1º Definir, no âmbito do Ministério da Fazenda, as condições para a realização de novação contratual a ser realizada entre a União e entidades credoras de autarquias federais, na forma prevista no art. 31 da Lei nº 11.051, de 29 de dezembro de 2004.

Art. 2º A novação contratual referida no art. 1º será realizada a exclusivo critério do Ministro de Estado da Fazenda, no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

Art. 3º Para os fins do disposto no art. 2º, serão encaminhadas ao Ministério de Estado da Fazenda os seguintes documentos:

I - declaração expressa do presidente da autarquia federal reconhecendo a titularidade, a certeza, a liquidez e a exatidão do montante das obrigações;

II - manifestação do Ministério

RAPIDEZ

Em três dias,
a Presidência, o
Ministério da Fazenda
e o INSS resolveram
a pendência em favor
dos banqueiros

BERNARD APPY

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 29 de dezembro de 2004



PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
DIRETORIA COMISSÃO
PRESIDÊNCIA

OFÍCIO/INSS/GAB/PRES/nº 1374

Brasília, 31 de dezembro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
AMIR LANDO
Ministro de Estado da Previdência Social
Nesta

Assunto: Dívida do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS com os agentes contratados

Senhor Ministro

I. Nos termos da autorização contida no Art. 31, da Lei nº 11.051, de 29 de dezembro de 2004, regulamentada pela Portaria nº 441, de 30 de dezembro de 2004, atesto que o passivo de Remuneração com os agentes contratados do INSS, perfaz o montante certo, líquido e exigível de R\$ 1.379.694.649,22 (Um bilhão, trezentos e setenta e nove milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, seiscentos e quarenta e nove reais e vinte e dois centavos), na forma dos relatórios discriminativos de valores, anexos, sendo:

Respeitosamente,

Samir de Castro Hatem
Diretor-Presidente, Substituto

pelada foi assinada às pressas, no dia 31 de dezembro de 2004. A bolada de títulos foi distribuída a 36 instituições financeiras.

A dívida começou a se formar em setembro de 2000, ainda no governo passado, quando o Ministério da Previdência passou a atrasar o pagamento das tarifas bancárias referentes ao serviço de arrecadação das contribuições previdenciárias e o crédito dos benefícios. O pagamento de tarifas em troca dos serviços foi uma criação do próprio tucanato em 1997, quando a inflação caiu. A Febraban,

que reúne importantes financiadores de campanhas eleitorais, reclamava com frequência dos atrasos e aplicou grande pressão sobre o governo Lula no ano passado, chegando a ameaçar com a suspensão dos serviços. O intrigante é que uma questão financeira acabou merecendo uma ginástica legal e a intervenção do ex-tesoureiro do PT. No meio da briga política surgiu uma série de obstáculos técnicos que vinham sendo usados para continuar protelando o pagamento da despesa. Foram produzidos pareceres contrários da Previdência e da Advocacia Geral da União, que não concordavam com os critérios de correção do valor das tarifas atrasadas, previstos no contrato de prestação de serviços fechado pelo governo FHC com os bancos. No INSS, argumentava-se que os bancos ganhavam com a aplicação do dinheiro das aposentadorias enquanto os segurados não iam retirá-lo.

Parte dos recursos

Ministro interino da Fazenda, Bernard Appy foi quem assinou a portaria para viabilizar o pagamento feito em uma parcela em abril de 2005

não é sacada de imediato. Mui-

tos aposentados e pensio-

nistas preferem aguardar alguns dias antes de retirar o dinheiro. Além disso, o número de óbitos é grande, o que adia saques. O INSS dizia que esse ganho deveria ser calculado e abatido do valor da dívida. A área jurídica também não concordava com a cobrança de juros adicionais de 3% ao ano sobre o valor corrigido, fixados no contrato, considerados uma verdadeira aberração. A cobrança extra, junto com outras penalidades, acabou sendo excluída do pagamento da dívida.

O ex-tesoureiro do PT e Marcos Valério desenvolveram uma parceria no mundo financeiro que acabou credenciando o publicitário a buscar negócios dentro do governo. Os empréstimos do Rural para o PT não foram à toa. O banco tinha interesse em concluir um negócio que havia iniciado anos antes, ao comprar uma parte do Banco Mercantil de Pernambuco. O Rural queria ficar com todo o banco, inclusive com a sua parte podre, que, depois da desvalorização cambial de 1999, já não era tão podre assim. As dívidas do Mercantil falido, ainda nas mãos do governo, estavam garantidas por títulos corrigidos pelo dólar, que,

com a desvalorização, aumentaram de valor.

Intermediário - O Banco Econômico estava em situação parecida. Marcos Valério, que chegou a ir ao Banco Central para tentar defender os interesses do Rural, tratou de se apresentar ao ex-banqueiro Ângelo Calmon de Sá para intermediar solução semelhante. Por isso, o nome do ex-banqueiro aparece com frequência na agenda da ex-secretária de Marcos Valério, Fernanda Karina Somaggio, peça-chave nas investigações da CPI dos Correios a respeito do pagamento do mensalão. Mas Marcos Valério já fazia suas investidas no mundo fi-

nanceiro antes mesmo do governo petista. Também foi com um empréstimo do Rural que o publicitário se aliou ao ex-governador de Minas Gerais e presidente do PSDB, Eduardo Azeredo. Há um detalhe no contrato de empréstimo entre as empresas de Marcos Valério e o Rural que complica muito a vida de Azeredo. Um dos avalistas é o seu ex-secretário de Fazenda João Heráldo Lima, hoje diretor do Banco Rural. Com isso, a digital do tucanato mineiro ficou impressa no negócio. ■

OS MERCADOS ESTREMECEM

Com seu novo discurso contra as elites, o presidente Lula assusta os investidores e mostra que a economia não está tão blindada

Carlos Alberto Sardenberg

DEMOROU, MAS CAIU A FICHA NO mercado financeiro. Cerca de dois meses depois de iniciada a crise política, investidores locais e internacionais agiram com o cacoete típico dos momentos de instabilidade — compraram dólares e venderam ações. O movimento mais forte ocorreu na última semana de julho, curiosamente depois de um fim de semana sem nenhuma grande novidade no farto noticiário da corrupção. O que teria havido?

A súbita mudança de humor se relaciona com a participação dos estrangeiros. Durante as três primeiras semanas de julho, esses investidores continuaram trazendo dólares para comprar ações, ignorando a onda de denúncias, por entender que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a política econômica do ministro Antonio Palocci passavam ao largo da crise. De repente, e é sempre assim, prevalece a desconfiança de que algo pode dar errado. Inicia-se um movimento no mercado e logo a manada o segue. Investidores institucionais têm um sistema de defesa que limita quanto se pode perder dinheiro em determinado país emergente. Depois desse valor, a ordem é sair da posição a qualquer custo, o que leva, por exemplo, a vender ações na baixa e comprar dólares na alta. Aconteceu mais uma vez.

A ironia é que o noticiário econômico tem estado positivo: inflação em baixa, expectativa de queda dos juros, superávit forte no comércio externo, desemprego em queda. Há, é verdade, sinais de acomodação da atividade, mas com indicações de que o crescimento já é maior do que no primeiro trimestre. E o mundo lá fora continua com sobra de investimentos, atraídos pela estabilidade e, claro, pelo elevado patamar dos juros brasileiros.

Apesar disso, o mercado financeiro reagiu à crise política, com motivos. Primeiro porque ela vem piorando semana a semana. Segundo porque, com a impor-

tante exceção do ministro Palocci, o governo não consegue responder às denúncias ou colocar a administração para funcionar. E, finalmente, porque o presidente Lula foi buscar apoio diretamente nos movimentos sociais, estratégia que exigiu um ataque às elites. Elas estariam de olho no impeachment de Lula, segundo a versão que dirigentes do PT e lideranças sindicais passaram a espalhar.

A versão, entretanto, não é verossímil. De que elites se trata? Os empresários certamente não gostam dos juros do Banco Central, mas aprovam a combinação básica da política econômica. Querem mais Palocci com menos juros. As lideranças internacionais simplesmente adoram Lula, um líder da esquerda que administra a economia conforme os padrões do Fundo Monetário Internacional. Das elites políticas brasileiras, boa parte participa do governo. Idem para as lideranças trabalhistas e sindicais, também elas integrantes das elites. Os partidos de oposição, PSDB e PFL, dizem não querer o impeachment. Assim, quem quer derrubar Lula? As freguesas da Dasha? É provável, mas, convenhamos, não dá para ir muito longe com tal base.

Por isso, o discurso antielites foi recebido com desconfiança. Seria desespero do governo? Falta de percepção? Estaria o PT, sentindo-se acuado, partindo para um tudo ou nada? Essas perguntas estão na origem da instabilidade nos meios econômicos. Uma relação direta com os movimentos sociais, se for para valer, exige mudanças radicais na política econômica. Eis um ponto interessante: a conspiração mais provável no momento é das esquerdas, que nunca gostaram de Palocci e querem aproveitar o momento para fragilizá-lo.

Ocorre que o presidente Lula sabe que economia é o seu pilar de sustentação mais sólido. Inflação baixa, comida barata e desemprego em queda vêm sustentando sua popularidade. O pior momento do

ranjo macroeconômico, com a escalada dos juros, parece ter ficado para trás. Melhor agora? Parece, assim, que Lula está se acostando ao comércio. Precisa atacar as elites para reforçar sua base popular, mas precisa também manter a atual política econômica, um movimento claramente conditório. Não cola.

Por enquanto, a reação dos mercados foi relativamente discreta. Ainda não há crise de confiança. Os investidores observam o ministro Palocci tomando uma série de medidas coerentes e oportunas. As mais externas foram as respostas à corrupção e às críticas encontradas em empresas de sua área, o Instituto de Resseguros do Brasil e o Banco do Brasil (BB). No primeiro caso, mudou toda a diretoria, antes loteada politicamente, agora técnica e promovendo reformas. No caso do BB, providenciou rápida substituição de diretores.

E seguiu a rotina. Fixou meta de inflação adequada para os dois próximos anos, definiu a Lei de Diretrizes Orçamentárias com limites ao crescimento da receita e dos gastos, trocou títulos da dívida externa (alongando o prazo dos papéis), manteve o superávit primário das contas públicas, criou a Super-Receita (reunindo a Receita Federal e o órgão arrecadador do INSS), lançou medidas provisórias com redução de impostos, e por aí foi.

Eis por que a crise demorou a chegar ao mercado financeiro. E chegou pela mão do presidente Lula, ao embarcar em um discurso que procura colocar nas elites e na oposição a responsabilidade por uma crise que começou e cresceu no governo e no PT. Como esse discurso é só isso mesmo — discurso —, o impacto sobre os meios econômicos é limitado. Gera desânimo, baixa confiança, mas não um desastre. Por enquanto, a expectativa dominante é que, nessa linha, o governo Lula se arraste até o final. Dependendo, é claro, da distância entre Lula e a máquina de corrupção. Quanto mais a distância encurtar, maior a crise de confiança. ■

A PUBLICIDADE OFICIAL ESTÁ NO CENTRO DA CRISE

A centralização das verbas públicas de propaganda acabou por transformar-se numa espetacular matriz de corrupção

J.R. Guzzo

DUAS PERGUNTAS QUE PODEM AJUDAR este governo — ou o próximo, se já for tarde demais para o atual — a livrar-se de um monte de problemas em matéria de corrupção.

Primeira: para que centralizar todas as decisões sobre as verbas que o governo gasta em publicidade num órgão só, diretamente ligado à Presidência da República — no caso do governo Lula, a Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica (Secom)? Adendo: qual seria a razão de dar ao funcionário encarregado de cuidar disso os poderes de ministro de Estado?

Segunda: para que, pensando bem, o governo deveria gastar dinheiro do contribuinte em publicidade?

As respostas, para quem estiver realmente interessado num governo mais limpo, são muito simples. Não, não existe nenhum motivo válido para centralizar as verbas oficiais de publicidade, e muito menos inventar um cargo de ministro para o cidadão encarregado de distribuí-las. Não, não existe nenhum motivo válido para o Erário gastar em publicidade. Nem o 1,5 bilhão de reais que gastou em 2003 e 2004, os dois primeiros anos do governo Lula, nem metade disso — nem, na verdade, 1 real que seja, salvo, obviamente, na comunicação de interesse público. A centralização da publicidade acabou por transformar-se, como todo mundo está vendo diariamente e com absoluta clareza, numa espetacular matriz de corrupção, assumindo o lugar ocupado tradicionalmente pelas empreiteiras de obras públicas: E o gasto público com publicidade, em si, não re-

sulta em benefício algum para o público — serve, apenas, para fazer propaganda do próprio governo. Por que diabos o brasileiro deveria pagar por isso?

Para quem não quer enrolar as coisas nem ser enrolado, a verdade primária é a seguinte: o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu partido não estariam passando pelo pavoroso desmanche que vivem no momento se não tivessem se metido com verbas de publicidade. Sem Secom não há Marcos Valério, e sem Marcos Valério — bem, dá para imaginar como a vida, a obra e a reputação de Lula estariam melhores hoje em dia se o seu governo e o PT nunca tivessem cruzado com esse Marcos Valério. Por sua natureza, uma Secom, nos moldes adotados pelo governo Lula, é um barril de pólvora à espera de um fósforo. O cacique petista escalado para seu comando, o companheiro Luiz Gushiken, perdeu primeiro a carteirinha de ministro (por que teve, então?) e depois o cargo — foi substituído por outro companheiro, Luiz Dulci —, mas o pecado está na idéia de montar um guichê único para fazer publicidade com verbas públicas. Trata-se de uma atividade de alto risco para a moral de qualquer governo. Há margem para firmar contratos sem licitação, é inevitável a utilização de critérios subjetivos na escolha de quem será o prestador dos serviços, abre-se um

campo minado para o superfaturamento, fica difícil controlar descontos, bonificações e outros componentes de remuneração — enfim, é um perigo.

Como se verifica no caso de Marcos Valério e suas relações com o

PT, o governo Lula e a “base de apoio”, é muito fácil instalar um processo de metastase na corrupção originada pela publicidade oficial. A coisa começa com verbas publicitárias e depois vai se espalhando: contratos servem como garantia para certos bancos levantarem empréstimos na casa das dezenas de milhões de reais, dinheiro esse que acaba repassado para o PT e daí vai para políticos fazerem retiradas na boca do caixa, e assim por diante. Pode acabar, também, nos bolsos da mulher do ex-presidente da Câmara dos Deputados, ajudar gente do PT nas despesas que tiveram para assumir seus cargos em Brasília ou, ainda, aliviar problemas financeiros do ex-ministro dos Transportes. Enfim, e para ficar num caso de compreensão imediata: a Secom tem uma diretoria de eventos; a mulher do diretor de eventos trabalha numa empresa de promoção de eventos; essa empresa pertence ao publicitário Marcos Valério, que recebe dinheiro da Secom. O que mais seria preciso para mostrar por que um esquema desses não pode dar certo nunca?

A publicidade oficial tem um vasto coro de defensores, que vai muito além do PT. “Ou o governo utiliza os meios de comunicação ou não faz nada”, dizia, em 2002, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em defesa dos gastos publicitários do governo que então chefiava. “Não adianta criticar, todo ano, que o governo vai gastar 500 milhões. Deve gastar mais. Só precisa perguntar se está gastando bem ou mal.” A questão real não está aí. Está no fato de que não é possível, simplesmente, “gastar bem” com propaganda de governo. Isso não tem nada a ver com a necessidade de divulgar campanhas de vacinação ou publicar editais de concorrência; pode-se gastar nisso todo o dinheiro que for preciso. Também

não tem nada a ver com a publicidade que empresas estatais precisam fazer para disputar clientes no mercado; que gastem cada uma com o próprio caixa, e não com um cofre que está na ante-sala do presidente da República — e depois prestem contas aos acionistas sobre os resultados que obtiveram. O resto é torrar dinheiro para falar bem de quem está no governo, e confusão em estado puro.

A questão não se esgota no amplo leque de facilidades que as verbas de publicidade oferecem para gerar propinas. Por trás disso também está a visão que a esquerda brasileira em geral, e o PT em particular, tem da imprensa. Segundo o entendimento do ex-ministro Gushiken e de diversos outros formuladores da estratégia de comunicação do governo Lula, jornais, revistas, emissoras de televisão e rádios têm como única função publicar material que sirva aos interesses comerciais de seus proprietários. Como a receita obtida por meio das verbas de publicidade é uma peça-chave desses interesses, reservam uma montanha de dinheiro para gastar em “comunicação”, imaginando que isso lhes dá um poder decisivo sobre a imprensa — o poder de conquistar seu apoio e controlar seu conteúdo em troca de anúncios do governo e de empresas estatais.

A idéia é ao mesmo tempo falsa e inútil. Sem dúvida, há casos de veículos que aceitam apoiar governos porque recebem publicidade ou outros favores — mas a credibilidade desse apoio, em geral, é nula. Quanto aos principais órgãos de imprensa, o que ocorre é muito simples: aceitam os anúncios do governo, recebem o pagamento devido e depois publicam e transmitem o que bem entendem, como mostra, aliás, a cobertura sobre a onda atual de corrupção. Fazem isso porque podem, perfeitamente, viver sem verbas publicitárias do governo, mesmo porque elas formam apenas uma fração de seu faturamento total, mas não podem viver sem leitores e sem audiência — e a única maneira de manter o interesse do público, num ambiente de livre concorrência entre os veículos, é fornecer o que ele procura (e paga para receber) num ór-

ção de imprensa: informações. O governo federal gastou bilhões em publicidade de 2002 para cá. Está colhendo o que se lê, vê e ouve todos os dias nos meios de comunicação.

Os governos, do PT ou de qualquer outra natureza, deveriam se lembrar de algo muito simples: a única forma comprovadamente eficaz de controlar o que a imprensa publica é a censura prévia, e esse é um instrumento que só está disponível para as ditaduras. Deveriam observar, também, que há poucos países no mundo, hoje em dia, com uma imprensa tão independente do governo como o Brasil. Se prestassem atenção nessas duas realidades, os homens que estão no governo veriam quanto é tolo o seu sonho de mandar

no noticiário — e talvez passassem a utilizar a Secom e outros órgãos do gênero para prestar serviços reais ao público. Isso, hoje, é exatamente o que não fazem, porque seu objetivo não é servir ao interesse público facilitando o acesso às informações oficiais, e sim fazer propaganda do governo. Desde o início da presente crise, a Secom e os demais órgãos de comunicação do governo federal não comunicaram uma única informação que prestas-

se para esclarecer o que quer que seja. Em dois anos e meio de governo Lula, conseguiram organizar apenas uma entrevista coletiva do presidente da República. Jamais foi possível, para a imprensa, obter uma informação séria da Secom sobre o episódio Waldomiro Diniz, os gastos dos ocupantes do Palácio do Planalto com cartões de crédito ou fatos nos quais a secretaria tinha de cumprir sua obrigação de prestar contas ao público. O coroamento da obra foi a grotesca “entrevista” que Lula deu a uma cinegrafista que presta serviços eventuais a uma emissora francesa de televisão

— monólogo sem perguntas, sem respostas e, sobretudo, sem pé nem cabeça.

Não existe o menor sinal de que Lula ou o seu governo estejam percebendo que possa haver alguma coisa errada nisso tudo. Nem com a funesta queima de dinheiro público em propaganda do governo, nem com os Marcos Valérios, nem com os companheiros da máquina de comunicação oficial. No máximo há algum probleminha bobo com “gastos eleitorais”, coisa pouca que não deve tirar o sono de ninguém, mesmo porque todo mundo faz igual. Breve aqui, portanto, mais do mesmo — pelo menos enquanto o ibope não mudar. ■

**O GASTO TOTAL
DE PUBLICIDADE
DO GOVERNO
FEDERAL EM 2003
E 2004 FOI DE**

1,5

BILHÃO DE REAIS

ARQUIVO VIVO

Dirceu se arma com memória do governo e da campanha para fugir à cassação desejada também pelo Planalto

O esquema clandestino de arrecadação de dinheiro e repasse a parlamentares aliados do PT, que ficou conhecido como mensalaço, ganhou na semana passada um rosto de comando: o do ex-todo-poderoso ministro-chefe da Casa Civil, deputado José Dirceu. Desde que estourou o escândalo de corrupção no governo, em maio, o ex-ministro jurava desconhecer a estrutura milionária montada por seus colegas petistas para comprar apoio político e financiar campanhas eleitorais. Em depoimento à CFI dos Correios, Renilda Santiago Fernandes de Souza, mulher do publicitário Marcos Valério, o operador do esquema, disse que José Dirceu não só sabia de tudo como ainda se reuniu com representantes dos bancos envolvidos no caso, Rural e BMG, para tratar do assunto. Se confirmadas, as informações de Renilda comprovam o que havia muito se suspeitava: José Dirceu era o mandachuva do mais surpreendente escândalo de corrupção descoberto desde o impeachment do presidente Fernando Collor. Depois da revelação, a oposição e petistas importan-

ELE ASSUSTA O GOVERNO

No olho do furacão, às vésperas de seu duelo com Roberto Jefferson, o ex-ministro José Dirceu manda recados ameaçadores, inclusive a Lula, para evitar que sua cabeça seja dada como prêmio à oposição

Otávio Cabral e Julia Duailibi

tes passaram a enxergar na cassação do mandato do deputado a melhor alternativa para abreviar a crise. Disposição que deverá aumentar com a revelação de que o sujeito que cuidava da agenda e despesas pessoais do ex-ministro estava na lista dos sacadores de uma conta da agência SMPB, de Marcos Valério, no Banco Rural (veja reportagem na pág. 64). O problema é que José Dirceu aviscou que não vai aceitar assumir o papel de chefe de quadrilha — e ameaça envolver o presidente Lula.

O ex-ministro é um arquivo dos acontecimentos recentes da política brasileira. Ele foi o responsável pela construção do PT nos moldes que se conhece, promovendo a chafes figuras virtuosas como José Genofre, Delúbio Soares, Sílvio Pereira e Marcelo Sereno...

Foi também o arquiteto da bem-sucedida campanha eleitoral de 2002, quando conseguiu atrair empresários e costurar alianças com outros partidos. Viu-se incumbido, ainda, da montagem do governo em todas as esferas, atendendo a interesses políticos legítimos e também aos inconfessáveis. Como chefe da Casa Civil, comandou a máquina administrativa e conhece como ninguém as áreas de interesse. José Dirceu tem a memória boa e a ruim do governo Lula. "Ele nunca dividiu com ninguém o mapa político dos cargos na administração", conta um ministro. "Fiz tudo com o conhecimento e o aval do presidente", repete Dirceu, dando a entender que, para se salvar, não hesitará em chantagear o presidente Lula.

Os recados enviados pelo ex-ministro são inequívocos. Peça-chave no escândalo, o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares confessou ser o responsável pela máquina clandestina de arrecadação de recursos para campanhas políticas. Delúbio, enfatize-se, foi transformado em dirigente do partido pelas mãos de José Dirceu. Desde o início do governo, transitava livremente pelos principais gabinetes de Brasília como se fosse autoridade. O ex-tesoureiro era visto com frequência no 4º andar do Palácio do Planalto, onde funciona a Casa Civil, e chegou a integrar a comitiva presidencial em viagens ao exterior. Nos últimos dias, porém, Dirceu tem dito a interlocutores que suas relações com Delúbio não eram tão boas como se apregoa. Aliás, seriam até muito ruins. "O Delúbio estava descolado, agindo por conta própria, falando diretamente com o presidente", disse o ex-ministro. O afastamento teria acontecido por divergências políticas. O ex-tesoureiro queria ser candidato ao governo de Goiás, mas Dirceu considerava a idéia imprópria. Delúbio, então, teria ido buscar apoio para a empreitada com o presidente Lula, seu velho amigo. "Se forem conferir quem o Delúbio visitou mais vezes

no Palácio, vocês vão ver que o presidente ganha de longe", diz uma assessora do ex-ministro.

O curioso é que, ainda assim, Delúbio fez questão de preservar Dirceu em seu depoimento à CPI, dizendo que o ex-ministro não sabia nada de nada dos empréstimos bancários malandros contraídos pelo PT e avalizados por Marcos Valério. Em outra demonstração um tanto peculiar de relação estrelecida, Delúbio acrescentou um lance ao jogo de chantagem de Dirceu, mandando um torpedão contra Lula — o ex-tesoureiro fez vazar uma parte do depoimento que deu ao procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza. No depoimento, Delúbio afirma que usou recursos do caixa dois do PT para financiar a festa da posse de Lula. Por último, ninguém consegue expulsar Delúbio do PT, apesar de todos os seus trambiques, com medo da reação do ex-ministro. Isso que é inimizade.

Delúbio não é o único personagem da crise que o ex-ministro José Dirceu e sua turma tentam aproximar perigosamente do presidente Lula. Eles andam espalhando por Brasília que o presidente esteve reunido com o publicitário Marcos Valério em pelo menos duas situações: num encontro formal na Granja do Torto e num desprezioso cafezinho no gabinete palaciano. Ambos teriam sido encerrados com o presidente agradecendo a Valério pela ajuda que vinha dando ao PT. "Lula conversa com Deus e com todo o mundo. É impossível fazer a averiguação prévia de todo mundo que entra lá. Vocês deveriam verificar", insinuou na semana passada um dos mais próximos assessores de Dirceu, ao ser indagado sobre as tais visitas. A Presidência da República informou oficialmente que Lula nunca se encontrou com Marcos Valério, seja no Palá-

cio do Planalto, na Granja do Torto ou no Palácio da Alvorada. Embora negada peremptoriamente, a história é explosiva, se comprovada, e prospera como rastilho de pólvora, como desejam os amigos do ex-ministro.

Dirceu também fustiga Lula por outro lado. Comenta que o presidente tinha ciúmes de sua capacidade administrativa. Todas as vezes que apareciam notícias de que ele deixaria o governo, contou o ex-ministro a um amigo, havia uma fieira de pedidos a seu favor. Isso irritava o presidente, que se sentia menor do que seu ministro da Casa Civil. A situação, de acordo com relatos de Dirceu, chegou a tal ponto que o presidente passou a não convidá-lo para eventos e encontros importantes. O ex-ministro se considerava o sucessor natural de Lula. Antes da campanha de 2002, a quarta do PT, queria ser o candidato do partido, mas, como Lula não abriu mão, ele o apoiou e ajudou a construir sua vitória. Esperava, como sinal de gratidão, que Lula fizesse dele candidato à sua sucessão, em 2006 ou 2010. Em lugar disso, na sua opinião, foi traído. O ex-ministro diz que, por culpa de Lula, saiu do governo de maneira humilhante. Afirma que decidiu deixar o cargo logo depois das primeiras acusações do deputado Roberto Jefferson de que ele seria o chefe do mensalão. A disposição, porém, durou pouco. Dirceu diz que foi convidado para um jantar com o presidente na Granja do Torto. Na ocasião, comunicou a Lula que pretendia deixar o governo para não criar constrangimentos, e que também precisava de tempo para se defender. Lula teria pedido para que ele ficasse. O então ministro saiu do Torto se sentindo prestigiado e decidido a enfrentar a crise ainda como homem poderoso. Dois dias depois do jantar e horas após o famoso discurso de Jefferson em que ele

aconselha Dirceu a deixar o governo, foi chamado ao gabinete do presidente. "Acho melhor você sair", disse Lula, de maneira brusca. Devido ao comportamento errático do presidente, segundo Dirceu, ele e o governo se transformaram em reféns de Roberto Jefferson. Ao narrar esse episódio aos seus assessores, Dirceu se referiu a Lula com os mesmos termos que um torcedor de futebol costuma dedicar ao juiz que marcou um pênalti injusto contra seu time.

Dirceu não tem dúvidas de que ele é uma espécie de troféu para a oposição e que pode ser vítima de uma conspiração de ex-aliados. Ele sabe que tem gente no governo que gostaria de ver sua cabeça numa bandeja. E tem mesmo. O Palácio do Planalto não duvida de que o escândalo do mensalão resultará em baixas de todos os lados e negocia com a oposição uma saída que atenda aos interesses políticos dos dois lados. Em alguns gabinetes palacianos, correu na semana passada uma lista com os nomes dos parlamentares que deverão perder o mandato. O governo até nomeou um interlocutor para discutir com a oposição a fila da guilhotina. José Dirceu é o primeiro nome da lista oficial. O algoz petista é o secretário-geral do PT e ex-ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini. Em conversas recentes com líderes da oposição, entre eles os pefelistas Jorge Bornhausen e José Agripino e os tucanos Tasso Jereissati e Arthur Virgílio, Berzoini ofereceu a cassação dos petistas Dirceu, João Paulo Cunha, Paulo Rocha e José Mentor, além da de outros líderes aliados, como Valdemar Costa Neto e Sandro Mabel, do PL, José Janene, do PP, José Borja, do PMDB, e Roberto Jefferson. Em troca, quer a pre-

servação de Lula e a entrega de alguns opositores, como o presidente do PSDB, Eduardo Azeredo, que usou o valerioduto em sua campanha ao governo de Minas Gerais, em 1998, e o pefelista Roberto Brant, que se beneficiou do esquema em 2002. A oposição topou.

Ao tomar conhecimento da tal lista, Dirceu contra-atacou com mais uma ameaça. Recluiu em seu apartamento e preparando a defesa que apresentará nesta terça-feira ao Conselho de Ética da Câmara, o ex-ministro recebeu uma comitiva de três deputados petistas, não por acaso todos pilhados sacando dinheiro das contas de Marcos Valério no Banco Rural — Paulo Rocha (470 000 reais); José Mentor (120 000 reais) e Professor Luizinho (20 000 reais). Dirceu também conversou com o ex-presidente da Câmara deputado João Paulo Cunha (50 000 reais), que pensou em renunciar ao ser descoberto, mas mudou de ideia diante da nova estratégia do ex-ministro. O recado embutido nesses encontros: eles estão unidos, o que significa dizer que, se preciso, vão emparedar o governo. A turma de Dirceu considera equivocada a manobra para proteger o presidente, atribuída ao ministro Márcio Thomaz Bastos. Por trás dela, haveria, inclusive, reflexos de uma rixa antiga entre Dirceu e o ministro da Justiça, a quem sempre criticou por não ter o mínimo controle sobre a Polícia Federal. A divergência entre os dois chegou ao ápice com a prisão do

publicitário Duda Mendonça no ano passado. Dirceu soube do fato e telefonou para o ministro Márcio Thomaz para perguntar se era verdade. O ministro foi verificar e disse que a notícia não procedia. Dirceu, que estava num jantar, viu pela televisão o amigo Duda sair preso de uma rinha de galo. "É muita incompetência", esbravejou.

O problema de Dirceu é que, embora repita que nada sabia sobre o esquema ilícito de arrecadação, ninguém acredita. Renilda disse, sem ser perguntada, que ouviu de Marcos Valério, que por sua vez teria ouvido de Delúbio Soares, a informação de que o ex-ministro sabia do caixa dois e até se encontrou com representantes dos bancos envolvidos no escândalo. Após a denúncia, Dirceu primeiro se calou e depois afirmou que não se lembrava do encontro. Só após o Banco Rural ter emitido uma nota confirmando a reunião é que sua memória, sempre muito boa, funcionou. Mas o tema da reunião nada teria a ver com empréstimos ou pagamentos de campanhas. A versão oficial, anunciada pelo Rural e confirmada por Dirceu, é que os banqueiros estariam interessados em comprar o Banco Mercantil de Pernambuco, que está em processo de liquidação. Nada mais. Na reunião, Dirceu teria falado muito sobre economia e, só no finalzinho, um pouco sobre o que interessava, e ainda assim para dizer que trataria do assunto após as eleições municipais. Por que o ministro-chefe da Casa Civil trataria de um tema financeiro completamente fora das atribuições de seu cargo? Talvez pelos milhares de razões que levaram seu "secretário particular", Roberto Marques, a constatar da lista de pessoas autorizadas a sacar dinheiro de uma conta de Marcos Valério no Banco Rural, como se verá nas páginas seguintes. ■

AONDE DIRCEU VAI...

Documento em poder da CPI mostra que ajudante e amigo do ex-chefe da Casa Civil foi autorizado por Marcos Valério a sacar 50 000 reais no Rural

Julia Duailibi e Victor Martino


Não foi só o depoimento de Renilda Santiago que colocou o ex-ministro José Dirceu no epicentro do escândalo do mensalão. Um documento, apreendido pela Polícia Federal na agência do Banco Rural em Belo Horizonte, revela que, entre as pessoas autorizadas a sacar dinheiro das contas do publicitário Marcos Valério, estava um dos principais ajudantes de Dirceu, Roberto Marques, conhecido como "Bob"; que cuida da agenda e das contas do ex-chefe da Casa Civil. A descoberta surpreendeu a bancada petista na CPI dos Correios e provocou frisson entre os oposicionistas, que vêem no documento em poder da comissão o mais forte indício até agora da ligação de Dirceu com o esquema irregular de arrecadação de fundos. O documento, um fax com papel timbrado do Banco Rural, foi enviado à agência de São Paulo no dia 15 de junho do ano passado. Nele, um funcionário da agência mineira encaminhava ao colega da Avenida Paulista uma autorização para o "sr. Roberto Marques receber a quantia de 50 000, referente ao cheque 414270, da empresa SMPB Comunicação".

Os membros da CPI já sabem que, apesar da autorização dada ao ajudante de Dirceu, o saque foi feito no dia seguinte por Luiz Carlos Mazano, contador da corretora Bonus-Banval, que também estava autorizado a realizá-lo. A corretora informou que realmente tem um funcionário com esse nome, mas que o saque teria sido feito por um homônimo. O advogado da corretora, Antônio Sérgio Pitombo, vê armadilha. "Quando se associa o homônimo à corretora, o que se quer é agir de má-fé e desviar o foco das investigações da CPI", diz. Não é a primeira vez que o nome da Bonus-Banval aparece na investigação do escândalo do mensalão. Em Brasília, as investigações identificaram saques no valor de 225 000 reais cujo autor é Benoni Nascimento de Moura, funcionário da Banval. A corretora diz que está realizando uma auditoria interna para descobrir se houve alguma irregularidade cometida pelo funcionário Benoni. Quanto a Roberto Marques, a Bonus-Banval diz que não conhece nem nunca ouviu falar do ajudante de Dirceu. Pouco se sabe ainda sobre as atividades da cor-

retora paulista, exceto que ela empregou até o fim do ano passado como estagiária Michele Janene, filha do deputado José Janene, suspeito de ser um dos chefes do mensalão. Talvez um bônus do tipo banval.

O aparecimento de Roberto Marques deve pautar os debates da CPI dos Correios, que vai ouvir nesta semana a diretora financeira da SMPB, Simone Vasconcelos. Bob é uma espécie de secretário particular de Dirceu. Faz as vezes de motorista, de despachante e de carregador de bagagem. Funcionário da Assembleia Legislativa de São Paulo, ninguém sabe direito o que ele é realmente — só que está sempre na companhia de Dirceu. Em muitas ocasiões, foi visto circulando por gabinetes do Palácio do Planalto. Em março deste ano, Bob, sob o comando de Dirceu, foi um dos mais ativos operadores na campanha para a presidência da Assembleia Legislativa de São Paulo. A parceria entre Bob e Dirceu é tão intensa que o assessor chegou a representar oficialmente o então ministro da Casa Civil em solenidades, como a organizada pela Associação para Prevenção e Tratamento da Aids, realizada

...BOB VAI ATRÁS

Banco Rural		ENCAMINHAMENTO DE FAC-SÍMIL	
DATA	TIPO	DEPARTAMENTO (CÓDIGO DE DESTINO)	Nº DE ORIGEM
18/08/2004			
REMETENTE: Nome: MARCUS ANTONIO Empresa: BANCO RURAL S/A Setor: AGASSEMBLÉIA Cidade: BELO HORIZONTE - MG Nº Fax (031) 3335.7690		DESTINATÁRIO: Nome: GUANABARA Empresa: BANCO RURAL Setor: AG. AV. PAULISTA Cidade: SÃO PAULO - SP Nº Fax (11) 30.66.9990	
ASSUNTO: SAQUE Autorizamos a Sr. Roberto Marques a receber a quantia de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), ref. ao cheque nº 414270, da Empresa SMP B Comunicação Ltda. que se encontra em nosso poder. Favor colher assinatura.			
ATENCIOSAMENTE, 			

em 2003, em São Paulo. "Sou amigo do Zé há vinte anos. Faço companhia a ele nos fins de semana e ajudo no que for possível", afirma Bob. Dinheiro de Valério? Ele garante que nada tem a ver com isso. É, segundo ele, coincidência ou armação. "Só em São Paulo existem 5 000 pessoas com o mesmo nome", diz o amigo-secretário de Dirceu. "Nunca estive no Rural, não saquei dinheiro nenhum e se usaram meu nome foi indevidamente", garante ele.


O problema é que a CPI resolveu investigar e descobriu que a autorização foi, sim, dada ao assessor legislativo, embora ele não tenha sido o autor do saque. "Só pode ser então uma armação para complicar a vida do Zé Dirceu", afirma. Esse Bob é mesmo esponja.

A confirmação de que o Roberto Marques do documento do Rural é o mesmo Bob ajudante de Dirceu foi dada a VEJA na última sexta-feira pelo deputado Carlos Abicalil, do

PT de Mato Grosso. Sub-relator da CPI dos Correios, o parlamentar contou que foi procurado pelo próprio Marques na semana retrasada para tentar esclarecer o aparecimento de seu nome nos documentos contábeis do Banco Rural. Segundo o deputado, o assessor repassou o número de sua

identidade e de seu CPF, para que ele pudesse conferir com os documentos em poder da CPI. O resultado da pesquisa, nas palavras do próprio deputado, foi o seguinte: "O número do RG conferia. Só não conferia o saque", diz.

Dirceu sabia que o documento com o nome do ajudante apareceria cedo ou tarde. O próprio Roberto Marques contou ter conversado com o ex-mi-

Banco Rural		ENCAMINHAMENTO DE FAC-SÍMIL	
DATA	TIPO	DEPARTAMENTO (CÓDIGO DE DESTINO)	Nº DE ORIGEM
18/08/2004			
REMETENTE: Nome: MARCUS ANTONIO Empresa: BANCO RURAL S/A Setor: AGASSEMBLÉIA Cidade: BELO HORIZONTE - MG Nº Fax (031) 3335.7690		DESTINATÁRIO: Nome: GUANABARA Empresa: BANCO RURAL Setor: AG. AV. PAULISTA Cidade: SÃO PAULO - SP Nº Fax (11) 30.66.9990	
ASSUNTO: SAQUE Autorizamos a Sr. LUIZ C. MAZANO CI 8.942453-0, a receber a quantia de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), ref. ao cheque nº 414270, da Empresa SMP B Comunicação Ltda que se encontra em nosso poder. Favor colher assinatura.			
ATENCIOSAMENTE, 			

nistro sobre o assunto muito antes de surgirem os rumores de que o papel existia. "Eu disse que não tinha nada a ver com isso." Desde o início da semana passada, Dirceu procurava insistentemente falar com o presidente da CPI, o senador Delcídio Amaral. Na terça-feira, Delcídio foi à casa do ex-ministro, onde passou meia hora. Os dois tiveram uma conversa dura, segundo relatos ouvidos por membros da CPI. Oficialmente, discutiram sobre o andamento dos trabalhos da comissão. O ex-ministro demonstrou grande preocupação com a velocidade da investi-

gação e, principalmente, com o vazamento de documentos — um estranho incômodo para quem, em tese, nada tem a ver com o assunto. Dirceu também defendeu que seu depoimento era desnecessário. Por fim, fez uma proposta indecorosa ao presidente da CPI. Sugeriu a Delcídio que barganhasse seu depoimento em troca da não-convocação do presidente do PSDB, Eduardo Azeredo, cujo nome também apareceu como beneficiário do dinheiro de Marcos Valério. Delcídio desconversou. Ou-

tros parlamentares afirmam que Dirceu queria sumir ainda com a autorização de saque para Bob, sob a alegação de que era um papel avulso, sem validade jurídica. Sobre o aparecimento do nome de seu secretário particular, ajudante, amigo e, agora se sabe, pau para toda a obra, Dirceu mandou dizer que tudo indica tratar-se de uma "plantação" para prejudicá-lo. A convocação do ex-ministro para a CPI deverá ser aprovada nesta semana. ■

A BOMBA DA VERDADE

Os fatos trataram de demonstrar que Roberto Jefferson não estava mentindo quando falou em mensalão, Delúbio, Valério...

No início de junho, em entrevista à *Folha de S. Paulo*, o deputado Roberto Jefferson falou pela primeira vez na existência do mensalão, um esquema clandestino de pagamento de suborno a deputados da base aliada. A operação, segundo Jefferson, tinha o comando do então ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, e era organizada pelo tesoureiro do PT, Delúbio Soares. O pagamento ficava a cargo de um obscuro publicitário mineiro, Marcos Valério. De lá para cá, quase todas as denúncias do deputado do PTB acabaram se confirmando e, mesmo entre parlamentares do PT, já não há dúvida de que o mensalão existiu. Jefferson ainda prestou dois depoimentos para a Câmara dos Deputados e, a cada nova denúncia que fazia, surgiam fatos que comprovavam as acusações. Nesta semana, o deputado terá finalmente o momento que espera desde o início do escândalo do mensalão. Jefferson promete estar na primeira fila do Conselho de Ética da Câmara, onde o ex-ministro e deputado federal José Dirceu também prestará depoimento. São esperadas novas emoções.

O QUE JEFFERSON DISSE...

...FOI CONFIRMADO

"O mensalão é um repasse de recursos feito pelo PT para deputados da base aliada, em especial o PP e o PL. São 30 000 reais por mês para cada deputado"

Deputados e assessores de parlamentares do PT, PP e PL fizeram saques milionários em uma agência do Banco Rural, em Brasília

"Esse dinheiro chega a Brasília, pelo que sei, em malas"

No último mês, a Polícia Federal apreendeu, nos aeroportos de Brasília, Congonhas e Belo Horizonte, malas carregadas de reais e dólares. O dinheiro estava em poder de políticos

"O Delúbio tem como pombo-correio o Marcos Valério, um carequinha que é publicitário lá de Minas Gerais e repassa o dinheiro aos partidos"

A movimentação bancária de Valério e de suas empresas mostrou que o dinheiro sacado pelos políticos saía da conta de suas agências

"No princípio deste ano, em duas conversas com o presidente Lula, eu disse: 'O Delúbio continua dando mensalão'. 'Que mensalão?', perguntou o presidente. Aí, eu expliquei"

A Secretaria de Coordenação Política confirma uma das reuniões. VEJA apurou que, em outros quatro momentos, Lula foi informado do mensalão

"José Janene vai na fonte, paga, vem, é um dos operadores do mensalão"

João Cláudio Genu, chefe-de-gabinete do deputado José Janene, líder do PP na Câmara, sacou 900 000 reais das contas bancárias de Marcos Valério

"O Silvinho possuía uma sala, no Planalto, ao lado do gabinete de José Dirceu"

Em depoimento à CPI dos Correios, o ex-secretário-geral do PT Silvío Pereira admitiu que participava de reuniões em uma sala no Palácio do Planalto

"As prestações de contas das campanhas de deputado, senador, governador e presidente estão muito aquém do que realmente é gasto"

O ex-tesoureiro Delúbio Soares assumiu que o PT usou caixa dois em suas campanhas e o presidente Lula disse que o que seu partido fez é "o que é feito no Brasil sistematicamente"

"Nas eleições, a gente estabeleceu com o PT uma troca de apoio e pediu financiamento para candidaturas"

Delúbio Soares admitiu que o PT pagou dívidas de partidos aliados

"Em julho, recebi 4 milhões de reais. O dinheiro foi levado ao partido pelo senhor Marcos Valério. Primeiro, foram 2,2 milhões. As notas eram etiquetadas: 'Banco Rural' e 'Banco do Brasil'"

O Banco Rural era usado por Marcos Valério para repassar recursos aos parlamentares e o PT obteve empréstimos no Banco do Brasil

"Sai daí, Zé, sai rápido"

Cinquenta horas após a declaração de Jefferson, o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, apontado pelo deputado do PTB como "mentor" do esquema do mensalão, apresentou sua carta de demissão a Lula, que a aceitou imediatamente

O PT DE CASO COM A MÁFIA

Delúbio Soares mantinha estreitas ligações com integrantes de quadrilhas que desviavam dinheiro público

Fábio Portela

Já se sabia que o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares havia montado um caixa dois para o seu partido, com contribuições ilegais e

empréstimos bancários fajutos. Na semana passada, VEJA descobriu que o polivalente esquema de Delúbio arrecadou dinheiro também entre bandidos. Sim, bandidos. O ex-tesoureiro do PT pode ter recebido dinheiro desviado do Orçamento da União pela máfia dos vampiros, aquela que sugou 2 bilhões de reais dos recursos reservados pelo Ministério da Saúde para a compra de produtos derivados do sangue. Seu contato com os vampiros era feito pelo lobista Laerte Correa Junior, um dos integrantes da máfia, que foi preso pela Polícia Federal. Escutas telefônicas autorizadas pela Justiça revelaram que Delúbio mantinha relações com integrantes de mais uma quadrilha, a máfia do lixo. Ela era composta de empreiteiras que faziam conchavos para fraudar licitações municipais pa-

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

1.ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo
7.ª Vara Criminal

autos da carta processória n.º 2004.61.81.004579-0

dia 13 de julho de 2004

interrogatório de LAERTE DE ARRUDA CORREIA JUNIOR

TERMO DE INTERROGATÓRIO

...casualmente, numa conversa que havia tido no dia anterior com o Sr. REGINALDO, funcionário do Ministério da Saúde. O interrogando conheceu o Sr. REGINALDO em um dos cerca de seis encontros que teve com DELÚBIO SOARES, um dirigente do PT. REGINALDO também era membro do partido. O interrogando teve as reuniões com DELÚBIO SOARES para

conversar sobre assuntos conjunturais a respeito da administração do PT e sobre alguns aspectos do relacionamento entre a indústria farmacêutica e o Governo. No dia 30 de dezembro de 2003, o interrogando telefonou ao

O TESOUREIRO E OS VAMPIROS

O lobista Laerte Correa Junior, um dos integrantes da máfia dos vampiros, arrecadou 1,5 milhão de reais com empresas farmacêuticas para a campanha de Lula. Depois disso, virou amigo de Delúbio e nas eleições de 2004 pagou fornecedores do PT a pedido do ex-tesoureiro


ra a coleta e o tratamento de lixo.

A ligação da máfia do lixo com Delúbio se fazia por intermédio de Rogério Buratti, um antigo quadro petista. Buratti foi assessor do ex-ministro José Dirceu e do ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha, ambos envolvidos nas denúncias do mensalão. Sua relação mais estreita, no entanto, era com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Buratti foi o secretário de Governo de Ribeirão Preto em 1993, quando Palocci era prefeito. Acabou demitido depois que foi flagrado pedindo propina para um empreiteiro. Fora do governo, foi contratado para presidir a empreiteira Leão Leão, que passou a atuar na coleta e no tratamento de lixo em diversas cidades no estado de São Paulo. De lá, Buratti passou a comandar a distribuição de obras entre as empreiteiras. As investigações conduzidas pelo promotor Sebastião Sérgio da Silveira envolvem também outros três diretores da Leão Leão: São Fernando Fischer, Wilney Barquete, Marcelo Franzine e Luiz Cláudio Leão, o dono da empresa.


Nos grampos telefônicos, a turma ensina como eram divididas as licitações do lixo no estado de São Paulo e mostra relação próxima com estrelas do petismo. Numa das gravações, um dos diretores da Leão Leão conta que recebeu um telefonema da secretária

do ex-tesoureiro Delúbio para marcar um encontro do petista com a diretoria da empreiteira. As investigações

foram ampliadas depois de alguns meses de escuta. Descobriu-se, então, que os mesmos diretores telefonaram para funcionários do governo federal. Num dos telefonemas, Wilney Barquete conta que havia pedido ajuda do então deputado Paulo Bernardo, hoje ministro do Planejamento, para resolver umas tais "pendências" em Brasília. Procurado pela reportagem, o ministro negou ter dado qualquer tipo de ajuda à empreiteira, mas admitiu ter relações com Buratti. O empresário Buratti também tinha contatos frequentes com Valdemir Garreta, o homem forte da ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy. Muito material ainda se encontra sob sigilo. Em especial, provas de que a quadrilha se encontrava periodicamente com Delúbio. A suspeita mais forte é a de que a máfia do lixo obtinha favores do governo e repassava ao ex-tesoureiro do PT uma comissão. "Apenas começamos a desenrolar o novelo das ligações do esquema do ex-tesoureiro Delúbio com as empreiteiras", explica o promotor Sebastião Sérgio da Silveira, que cuida do caso.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICA
INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA
Perito Criminal Dr. Octávio Eduardo do Brito Alvares
NÚCLEO DE PERÍCIA CRIMINALÍSTICA DE RIBEIRÃO PRETO
Rua São Sebastião nº 1339 - Centro Ribeirão Preto Poca 16 623 7191



W - Entendeu ou não?

R - Mas quem te ligou?

W - Maria Sílvia, a secretária do DELÚBIO.

R - Ah! Entendi!

W - Mas eu não sei sabendo de nada, ela falou que tinha alguma coisa e que ela recebeu uma, uma sinalização que eu tinha um encontro com ela.

R - Ah eu não sei nada não!

W - É nem eu! (risos)

R - Deixa falar, ... tohou

W - Então tá falou, tohou.

M - Tá bom.

W - Eu falei com o Paulo Bernardo agora, eu pedi para ele interferir lá, ele foi e disse que conversou lá com o "Patrão" e só terça-feira é que realmente não tem e que inclusive nós támos segurando a cronologia né? que ele não vai fazer ninguém, só vai fazer falta. é eu Ah bem claro tem o Paulo, conte a história toda, né? Se não for através dessa coisa não vai ter jeito, né? Em dois meses receber a metade de uma não dá né? E aí falei com ele e o Paulo me retornou agora e falei que realmente eles não tem, mas que ele vai quinta-feira fazer alguma coisa né? então vai ao Dani agora, liga pro Dani, fala com o Dani agora um minutinho.

LIGAÇÕES DA TURMA DO LIXO
A gravação das conversas telefônicas da máfia do lixo revela que a quadrilha tinha entre seus interlocutores, além de Delúbio, o então deputado Paulo Bernardo, atual ministro do Planejamento



Ministério da Fazenda

Conselho de Controle de Atividades Financeiras

SAS Qd. 03 Bl. "O" Edifício Órgãos Regionais do MF, 7º Andar - CEP: 70070-100
Brasília - DF - Fone: (61) 412-4746 - Fax (61) 226-0641 - e-mail: coaf@fazenda.gov.br**SIGILOSO**

Rogério Tadeu Buratti, Advogado, ex-secretário da Prefeitura de Ribeirão Preto/SP, na legislatura de 1993-1996, com renda declarada de R\$ 10 mil e Elza Gonçalves Siqueira Buratti, Servidora Pública Municipal, com renda declarada de R\$ 1,7 mil. Movimentaram em sua conta conjunta no período de jan/2003 à dez/2004 a quantia de R\$ 1.243,6 mil. A movimentação a crédito consistiu, basicamente, em depósitos em dinheiro, e [cheque, ...]

Até fevereiro de 2004, Rogério Buratti foi comunicado por movimentação incompatível com o

patrimônio financeiro e cuja contas não demonstram ser resultado das atividades ou negócios normais. Informaram que a referida conta recebeu créditos totalizando R\$ 62,7 mil, no período de 15/02 à 25/03/2004, sacado, em sua maioria, via compensação bancária.

Conta também por movimentação incompatível com o patrimônio da conta do Sr. Rogério

Na semana passada, o delegado Benedito Antônio Valencise, que lidera as investigações sobre a máfia do lixo, avisou os promotores públicos envolvidos na investigação que já tem elementos suficientes para convocar todos os envolvidos para depor. Quase todos os depoentes devem ser indiciados por formação de quadrilha, fraude em licitação, lavagem de dinheiro e sonegação fiscal. O delegado também informou ao Ministério Público que já há elementos para estender as investigações a respeito da atuação da Leão Leão ao Distrito Federal, aos municípios de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. Ao ampliar as investigações, o Ministério Público paulista deverá deparar com uma investigação já em curso na esfera federal. O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) incluiu Buratti entre as pessoas que têm movimentação financeira incompatível com seus rendimentos declarados. Ele tem renda declarada de 10 000 reais, mas movimentou mais de 1,5 milhão de reais em suas contas bancárias entre 2003 e 2004.

O ex-tesoureiro Delúbio também se aproximou da máfia dos vampiros, o grupo que dominava as vendas de derivados do sangue para o Ministério da Saúde. As relações começaram durante a campanha de 2002 de Luiz Inácio Lula da Silva para o Palácio do Planalto. O primeiro contato de Delúbio com

bista montou uma operação de guerra junto aos laboratórios farmacêuticos para conseguir doações para o PT. Levantou 1,5 milhão de reais. A dinheirama garantiu-lhe um interlocutor privilegiado no governo. Depois da posse de Lula, Laerte e Delúbio continuaram a se encontrar. O que eles conversavam? "Assuntos relativos ao relacionamento entre a indústria farmacêutica e o governo", disse Laerte em depoimento à Justiça Federal. Não era só isso. Na campanha municipal do ano passado, Delúbio voltou a pedir socorro a Laerte. Disse-lhe que estava com dificuldade para arranjar dinheiro para as campanhas petistas. Pediu ao lobista que pagasse a alguns fornecedores e prestadores de serviços contratados pelo PT. O favor de Laerte seria recompensado no futuro. O lobista topou.

Na época em que fazia os pagamentos a pedido de Delúbio, Laerte estava sendo investigado pela Polícia Federal na Operação Vampiro. Por pouco não foi flagrado executando um favor ao ex-tesoureiro do PT. A polícia o prendeu em maio do ano passado em São Paulo, horas antes de um encontro que teria para pagar um dos fornecedores da campanha do petista José Machado, então candidato à prefeitura de Piracicaba. Laerte foi liberado, porque enfrenta sérios problemas de saúde. Conseguiu uma autorização para tratar-se nos Estados Unidos. Machado perdeu a eleição, mas foi agraciado

Brasil

VEJA NÃO MENTE

A revista disse a verdade, nada mais do que a verdade, quando tratou do tráfico de influência de amigos de José Dirceu na Petrobras

VEJA relatou, na semana passada, episódios que mostram a influência exercida pelo ex-secretário do PT Silvinho Pereira e pelo lobista Fernando Moura na Petrobras. A dupla, que defendeu interesses de empresas privadas junto à estatal, dizia representar o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu. A Petrobras reagiu dizendo que VEJA mentia, num informe publicitário estampado nos principais jornais do país. VEJA não mentiu. A empresa deveria ter explicado por que permitiu a interferência dos lobistas, que apadrinharam o diretor de serviços, Renato Duque. Mas preferiu fugir à questão. Distorceu fatos e prestou informações falsas. Não é só. Seu informe protege os beneficiados por Silvinho e Moura. Tanto que a GDK, uma das empresas citadas, se disse defendida pela estatal numa carta enviada a VEJA. É de perguntar por que a Petrobras gasta dinheiro público para socorrer interesses eminentemente privados.

1 VEJA afirmou que a GDK ganhou a concorrência para a reforma da plataforma P-34, apesar de ter cometido erros formais em sua proposta, de não constar do cadastro de serviços de plataformas da Petrobras e de não ter atestado ambiental. Questionada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a Petrobras admitiu que a planilha de preços da GDK estava errada, o que, em geral, é punido com a desclassificação. Também confirmou que a GDK nunca reformou uma plataforma. Em sua defesa, alegou que a obra na P-34 era apenas uma "adaptação". A verdade é outra. A P-34 adormeceu e passa por uma ampla reforma para operar em outro campo de petróleo. A GDK, além disso, só conseguiu o atestado ambiental depois que ganhou a licitação, o que é absolutamente anormal. Se o atestado tivesse sido recusado, a concorrência teria de ser anulada. A estatal diz que economizou 10 milhões de dólares com a proposta da GDK. Mentira. A Petrobras considera dar um adiantamento de 7,2 milhões de dólares ao contrato da GDK e a obra ainda não acabou. Tem mais. Na última semana, a prefeitura de Vitória, onde está sendo reformada a plataforma, deu um ultimato à GDK. Ou paga até 4,5 milhões de dólares em impostos, ou adeus, reforma. O adiantamento e os impostos chegam a 11,7 milhões de dólares, mais do que a alegada economia. Detalhe: a GDK pagou a campanha para governador do ministro da Coordenação Política, Jaques Wagner, e emprega sua filha, Mônica.

2 VEJA afirmou que a construção das plataformas P-51 e P-52, estimada em 1,6 bilhão de dólares, foi entregue à Fels

A REVISTA VEJA MENTIU

A Petrobras desmente, enfaticamente, mentira publicada esta semana pela revista Veja, que faz acusações infundadas e desclassifica à Companhia sem o respaldo de provas e com base em fontes protegidas pelo anonimato. Veja abusa da liberdade de expressão para desinformar seus leitores. A revista recebeu previamente os esclarecimentos que seguem, e não os publicou.

1. É mentirosa a afirmação de que a GDK Engenharia, responsável pela adaptação da unidade industrial da Plataforma P-34, não estivesse habilitada para a execução da obra. Ao contrário do que diz a Veja, não se trata da reforma da plataforma - o que seria atividade específica da indústria naval - e sim de adaptação da unidade industrial localizada na plataforma. O critério de qualificação exigido para participar da licitação da obra na P-34 foi a experiência em construção e montagem de plantas industriais, o que a GDK possui. Outras empresas na mesma condição - como Promon Engenharia, Mendes Junior Trading e Engenharia, Andrade Guitierrez e Camargo Correa, também participaram da licitação. Além delas, foram convidadas as seguintes empresas: Construtora Norberto Odebrecht, Fels Setal, Maud Jurong, Technip Technip Engenharia e UTC Engenharia. Das quatro propostas recebidas, três foram consideradas tecnicamente válidas. A diferença entre a proposta da GDK e a da segunda colocada foi de, aproximadamente, US\$ 10 milhões.

2. É mentirosa a afirmação de que a Petrobras contratou a GDK sem licença ambiental para a obra. A GDK apresentou a licença no momento exigido, conforme definido no edital de licitação e de acordo com o andamento da obra.

3. É mentirosa a afirmação de que, em 2002, a Fels Setal tinha vendido concorrência para a construção da P-51. O processo de licitação das plataformas P-51 e P-52, iniciado em setembro de 2002, foi modificado pela Petrobras para inclusão da exigência de conteúdo nacional, com objetivo claro, transparente e público de priorizar o industrial nacional. O consórcio Fels Setal-Technip venceu a licitação para a P-52. Não houve proposta válida para a P-51. A Petrobras encerrou a licitação e iniciou processo de negociação, durante o qual o mesmo consórcio ofereceu a melhor proposta técnica e financeira.

4. Não é de conhecimento da Petrobras proposta do estaleiro Maud Jurong para as obras com valor R\$ 600 milhões mais baixo que a proposta vencedora. O fato é que o estaleiro apresentou proposta sem as garantias exigidas e sem preço US\$ 60 milhões acima da proposta da Fels Setal-Technip.

5. É fantasiosa a interpretação de Veja ao atribuir a influências externas as variações dos valores contratados entre a Petrobras e a GDK de 2002 a 2005. Essas variações decorrem da natureza das diversas licitações e dos procedimentos internos da Companhia.

6. É mentirosa a afirmação de Veja de que os senhores Silvinho Pereira e Fernando Moura tenham tido qualquer influência na seleção de candidatos a cargos de direção da Petrobras, tampouco em suas decisões empresariais.

A DIRETORIA EXECUTIVA
PETROBRAS

PETROBRAS
O PETRÓLEO É A NOSSA ENERGIA

O informe publicitário pago pela Petrobras para defender interesses eminentemente privados

Setal. No caso da P-51, sem licitação. A nota da Petrobras confirma isso. Mas esquece providencialmente de mencionar que a Setal, uma das donas da empreiteira, tinha pedidos de falência na praça quando ganhou as obras. VEJA cometeu um erro, sim, na reportagem publicada na semana passada. Foi o estaleiro Marítima, e não o Maud Jurong, o mesmo dono, que fez uma proposta 300 milhões de dólares mais barata para a construção das plataformas — proposta que a Petrobras desclassificou.

3 A Petrobras afirma que é fantasiosa a influência de Silvinho e Fernando Moura. Tão fantasiosa quanto o Land Rover que o primeiro ganhou da GDK, pelos relevantes serviços prestados à empresa dentro da Petrobras. VEJA perguntou à Petrobras o que Silvinho, afinal de contas, teria feito para merecer tal mimo. A assessoria da estatal sugeriu que a GDK poderia ter outros negócios com o governo federal. A própria GDK informa que não tem.

A Petrobras não precisa gastar mais 600 000 reais do dinheiro dos acionistas e contribuintes com informes publicitários desse naipe.

Felipe Patury

Showbiz

POLÍTICOS, NUNCA MAIS

Decepcionado com a lama do governo do PT, Zezé di Camargo diz que não dará mais apoio a ninguém

Sérgio Martins

O cantor sertanejo Zezé di Camargo tomou uma decisão: nunca mais fará shows para políticos. Em 2002, ele abraçou a campanha do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência. Zezé não só cantava como também tecia loas ao caráter de Lula. A avalanche de lama que atingiu o governo do PT provocou um recuo tático do militante sertanejo. Numa entrevista a VEJA realizada na semana passada, em sua fazenda no interior de Goiás, ele afirma que ainda não perdeu a confiança no presidente, mas não esconde o desencanto em relação à política (veja quadro). “Às vezes me pergunto se não fomos usados”, diz. No momento, Zezé quer distância do barulho em Brasília. Está mais interessado em outro tipo de politicagem — a do meio artístico. Em catorze anos de carreira, a dupla formada por ele e pelo irmão Luciano vendeu mais de 22 milhões de discos. Mas Zezé sonha com algo mais: o aval dos formadores de opinião e medalhões da MPB. Sua tacada mais ambiciosa é no cinema. No dia 19, estreia *2 Filhos de Francisco*, biografia de sua família para as telas. Orçada em

6,3 milhões de reais, a fita é um dos lançamentos brasileiros mais importantes do ano. Com atores como Lima Duarte no elenco, conta as origens da dupla e irá estreitar em 250 salas. A trilha sonora espelha seu plano de conquista de prestígio: traz artistas incensados como Maria Bethânia, Nando Reis, Ney Matogrosso e Caetano Veloso. Esse último, que nunca escondeu a simpatia pelo sertanejo, prometeu musicar duas letras dele.

Para estabelecer-se como um coronel da música sertaneja, Zezé sempre foi pragmático. Sua relação com a política é um emblema disso. Um artista pode envolver-se numa campanha apenas profissionalmente — ou seja, só por dinheiro, sem ter compromisso com a causa do candidato. Faz sua apresentação e vai embora antes do início do comício. Outros fazem a linha engajada: além de tocar, dão apoio público ao candidato. Por anos, Zezé alinhou-se à primeira categoria. Nos contratos de shows, incluía até uma cláusula que proibia os candidatos de abraçá-lo no meio da apresentação. “Teve uma vez que o Paulo Maluf correu para me agarrar e fugi dele”, diz. Só nas eleições de 2002 ele quebrou essa regra, ainda que de maneira um tanto ambígua. Zezé ajudou candidatos de campos ideológicos opostos. Apoiou Lula para presidente e o ruralista Ronaldo Caiado para deputado federal — afinal, Zezé também é fazendeiro. A aproximação com o PT rendeu dores de cabeça. No ano passado, veio à tona que o Banco do Brasil havia gastado 73 000 reais em ingressos para um show da dupla, cujo objetivo era levantar

fundos para o partido. “Nosso dinheiro veio do cachê, não da venda de ingressos. Não tivemos nada a ver com essa bagunça”, diz o cantor, nem um pouco satisfeito em ver o nome da dupla envolvido nessa intriga. Se esse cachê foi pago,

outros estão pendentes. Estima-se que o PT deva 7 milhões de reais por showmícios realizados no ano passado por artistas como Leonardo, KLB e Wanessa Camargo, filha de Zezé. Com a dupla sertaneja, o papagaio é de 350 000 reais.

Na política miúda do cotidiano, Zezé é um populista rematado. Apesar da fama e da fortuna, o sertanejo, de 42 anos, faz o estilo simples e boa-praça. Quando não está em turnê, sua diversão é descansar na fazenda É o Amor — sim, o nome é uma alusão a seu maior hit —, na cidade goiana de Araguapaz. No terreno de 1 550 hectares, dotado de casa com 22 quartos para a família e os hóspedes e de um belo lago artificial, Zezé cria gado para abate e reprodução. Para manter em dia as relações com a comunidade local, ele promove festas periódicas abertas aos populares, com campo de futebol e churrasco por conta da casa. Nos últimos tempos, Zezé teve de se desdobrar na costura política — mas para lidar com um cisma familiar. Sua mãe, Helena, não se conforma com o fato de o filme sobre a dupla levar apenas o nome do marido, Francisco. “Ela ficou chateada porque nos deu à luz e nos criou e só meu pai levou a fama”, diz Zezé.

veja
ON-LINE

Trailer e fotos do filme em
www.veja.com.br

MILITANTE PRAGMÁTICO

A seguir, a entrevista do cantor sertanejo Zezé di Camargo concedida a VEJA na semana passada.

O SENHOR FOI UM DOS ARTISTAS QUE MAIS SE EMPENHARAM NA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE LULA. ESTA ARREPENDIDO? Não, ainda acredito no projeto do Lula. Mas decidi parar com shows políticos. Não faço nem que ofereçam dez vezes mais do que costumo receber. Porque você apoia um candidato e depois fica na dúvida se ele fará um bom governo.

O PRESIDENTE SABIA DO ESQUEMA DO MENSALÃO? Acho que ele até sabia, mas não se deu conta da gravidade do problema. Ele delegou poderes demais para uma pessoa que era da confiança dele, o Zé Dirceu. O senador Arthur Virgílio disse que o Lula ou era corrupto ou era idiota. Eu acho que ele foi ingênuo.

O SENHOR ACHA CORRETO O BANCO DO BRASIL TER GASTADO 73 000 REAIS EM INGRESSOS DE UM SHOW DE SUA DUPLA PARA LEVANTAR FUNDOS PARA O PT? Eu e o Luciano fomos contratados por uma

churrascaria para cantar num evento. Cobramos cachê, não tivemos nada a ver com a venda de ingressos para a festa. Tenho todas as notas fiscais. Só depois fiquei sabendo dessa história de dinheiro do Banco do Brasil. Eu não quero dinheiro do governo. Nem uma telha da minha casa foi comprada com financiamento público. O mesmo vale para o meu filme. Não usamos um centavo de lei de incentivo. Não dá. O povão acha que a Lei Rouanet é um órgão lá em Brasília para arrancar dinheiro dos cofres públicos.

QUAL SUA OPINIÃO SOBRE OS SEM-TERRA? Já tive problemas com eles. Pararam na porta da minha fazenda e só foram embora depois que lhes dei dinheiro. O MST tem uma ideologia avacalhada.

Recruta gente que nunca plantou para invadir terra. Depois, eles fazem barreira e vão para outra fazenda. Pessoas que trabalham comigo compraram lotes dos sem-terra.

SEU IRMÃO, WELLINGTON, É DEPUTADO ESTADUAL POR GOIÁS. O SENHOR AJUDOU NA CAMPANHA? Gastei 90 000 reais. Quan-

do ele se candidatou, eu disse que não iria ajudar, porque não queria que ele mexesse com política. Faltando um mês para a eleição, um amigo me advertiu que o Wellington ia perder e o povo poderia falar que não tínhamos força nem para eleger-lo. Então fizemos uns shows para ele. O Wellington pode ser um zero à esquerda em política, mas tem consciência. Sua luta é pelos deficientes físicos.

E VERDADE QUE O PT TEM DIVIDAS COM O SENHOR? Eles me devem 350 000 reais por apresentações em campanhas. Mas vou esperar a poeira baixar para fazer a cobrança. Agora não é o momento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva desperdiça, perante a História, uma oportunidade única de se afirmar como estadista ao adotar posturas incompatíveis com a de um Chefe de Estado num momento de crise. As declarações do Presidente Lula proferidas ontem nos palanques por onde passou desafiavam todos os limites do bom senso e da sensatez humana. O Presidente afirmou que “não precisa de favor nem de piedade de ninguém”. Na verdade, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que o Presidente Lula precisa, realmente, é de equilíbrio.

Ninguém suporta mais – chegamos à exaustão – assistir ao Presidente Lula repetir os mesmos “chavões”, orientado pelo “marketeiro de plantão”. A postura do Presidente da República, desde que eclodiram as denúncias de corrupção, têm sido mescladas pelo autoritarismo e pela arrogância. Nas últimas 24 horas, o discurso do Presidente incorporou um rancor explícito, demonstrando que a fase do Lula “paz e amor” foi apenas um figurino escolhido pelo Sr. Duda Mendonça, a ser usado na campanha.

“Com ódio ou sem ódio, eles vão ter que me engolir”, bradava o Presidente na sua terra natal, a cidade de Garanhuns.

O tom raivoso do discurso de Sua Excelência representa um perigo real e imediato para o País.

A maneira como se conduz demonstra que o Presidente prioriza a mola-mestra do hoje esfacelado projeto de poder – a reeleição – e ao mesmo tempo adota todas as estratégias diversionistas para desviar o foco da crise.

No plano internacional, todos os lances da crise interna estão sendo acompanhados. A cobertura da mídia internacional vem sendo incansável. Hoje, por exemplo, o jornal argentino **Clarín** traz uma reportagem que afirma que “no Brasil, joga-se uma partida desconcertante”. No plano interno, a sociedade acompanha os desdobramentos da desconcertante crise.

A Transparência Brasil denunciou hoje as manobras diversionistas em curso e apontou de forma incisiva “a imensa dimensão do esquema de corrupção posto a nu nesta que é a maior crise da história brasileira recente.”

A Transparência Brasil alerta que “o suceder-se de depoimentos na CPMI dos Correios, na Procuradoria-Geral da República, na Polícia Federal, todos obedecendo a uma mesma diretriz jurídica, e todos caracterizados por um cinismo desavergonhado, tem por finalidade limitar as eventuais punições ao plano

político, desviando-se dos **planos criminal e fiscal**. A prosperar essa estratégia, os malfeitores permanecerão impunes.”

Nesse contexto, Sr. Presidente, solicito a Vossa Excelência a transcrição, nos Anais da Casa, na íntegra, do documento divulgado pela Transparência Brasil.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)*

Transparência Brasil

Transparência Brasil denuncia manobras diversionistas e indica reformas necessárias para prevenir a corrupção

No momento em que a corrupção mais uma vez lança o país em crise, o Conselho Deliberativo da Transparência Brasil vem a público para externar preocupações e sugerir saídas.

1. É imensa a dimensão do esquema de corrupção posto a nu nesta que é a maior crise da história brasileira recente. Por si só, a corrosão dos costumes políticos representada pelas práticas evidenciadas já seria motivo para condenações em massa. A partir do que se sabe, deduz-se com grau absoluto de certeza uma profusão de crimes contra o interesse público, praticados por quadrilhas com ramificações muito vastas e muito altas.
2. Além da punição de culpados, a crise oferece oportunidade para se atacarem as raízes da corrupção. Contudo, esse potencial encontra-se em risco devido à estratégia que os implicados têm adotado, de tentar escamotear a extensão e a profundidade da corrupção. Os protagonistas da crise passaram a entoar um mesmo bordão - o de que os dinheiros escusos se limitariam a fins eleitorais, que a finalidade eleitoral "limparia" tanto a origem quanto o destino do dinheiro e que a solução de tudo estaria numa reforma política.
3. Em manobra que ofende a inteligência, pretende-se absolver crimes porque seriam destinados a formar Caixas Dois partidários - como se Caixa Dois não fosse sempre fraudulento, tanto no destino quanto na origem. Acresce que a pretensa destinação eleitoral está sendo aceita pela palavra dos implicados, os mesmos que têm mentido sistematicamente no desenrolar da crise. Mas por que acreditar que os recursos repassados de forma ilícita foram destinados ao pagamento de dívidas eleitorais e não para entesouramento, "mensalão" ou qualquer outra entre infinitas possibilidades? E de toda forma que diferença faz? A finalidade do produto do crime não o torna menos criminoso.
4. O suceder-se de depoimentos na CPML dos Correios, na Procuradoria-Geral da República, na Polícia Federal, todos obedecendo a uma mesma diretriz jurídica, e todos caracterizados por um cinismo desavergonhado, tem por finalidade limitar às eventuais punições ao plano político, desviando-se dos planos criminal e fiscal. A prosperar essa estratégia, os malfeitores tanto de um lado quanto do outro da mesa permanecerão impunes.

5. Tão importante quanto o destino dos dinheiros fraudulentos é sua origem. Caixa Dois de partido político nunca tem origem limpa. Ele é formado pelo investimento tendo em vista fraude futura e pelo dívidas e multas previdenciárias e tributárias. na promulgação de legislações que favorecem setores econômicos, no favorecimento de interesses específicos em decisões governamentais, no desvio de finalidade em aplicações financeiras e numa multidão de outros mecanismos.

6. A reforma política, embora necessária e urgente, nada tem a ver com isso e em nada afetará tais mecanismos, não importa como seja formulada. A insistência com que se apresenta o modelo de financiamento eleitoral como causa dos problemas da corrupção não pode ser entendida de outra forma senão como manobra diversionista.

7. O que a investigação do escândalo precisa exhibir são os mecanismos da corrupção. Tanto quanto os agentes criminosos localizados no aparelho de Estado, os interesses beneficiados pelos atos de corrupção precisam ser identificados e submetidos a processo criminal. Essa é a única forma de desencorajar contribuições a Caixas Dois.

8. Para todo Caixa Dois há uma quadrilha incrustada no Estado, responsável pelos atos de improbidade administrativa que constituem a contrapartida da propina. Quadrilhas desse tipo são formadas pelo loteamento do Estado por meio de indicações negociadas com partidos políticos. A criação de feudos partidários na administração é uma raiz claríssima da corrupção. Constitui um sinal desanimador de que não se pretende de fato cortar essa raiz o fato de que se tenha procedido recentemente a uma reforma ministerial calcada nos mesmos critérios de partilha que originaram a crise.

9. Aos parlamentares honrados de todos os partidos cabe a responsabilidade de não permitirem que a estratégia de mistificação da crise prospere. Exige-se dos parlamentares e dos organismos de investigação e controle que respondam à voz das ruas e coloquem o interesse público acima de compromissos partidários. Poderão eles contar com o apoio das dezenas de milhões de brasileiros que levam suas vidas de forma honesta e sacrificada e que rejeitam a imputação irresponsável de que a corrupção brasileira seria "cultural" e solucionável por exortações vazias à "ética".

10. Na sequência da crise, caberá ao Ministério Público e ao Judiciário reafirmarem a independência que os têm caracterizado e agirem com celeridade, de forma a garantir que os processos decorrentes das investigações transcorram em curtíssimo prazo, que os culpados em ambas as extremidades do propinoduto sejam penalizados e que os recursos desviados sejam devolvidos ao erário.

11. O escândalo aponta para diversas falhas institucionais e administrativas que, se não forem corrigidas, continuarão a produzir os mesmos problemas identificados hoje. De forma a enfrentá-los, a Transparência Brasil submete à apreciação pública a necessidade urgente de se atacarem os seguintes pontos:

- A liberdade de nomeação de pessoas para ocuparem os chamados "cargos de confiança", que superam 20 mil só no poder Executivo federal. As recentes medidas anunciadas pela Casa Civil da Presidência da República disciplinaram a forma como deve dar-se parte dessas nomeações, mas mantiveram intocado o problema central, pois o número de funções que os integrantes do Executivo federal podem preencher conforme sua vontade permaneceu o mesmo. A liberdade de nomeação é o que permite o loteamento do setor público nos três poderes e nas três esferas, configurando verdadeiro convite à corrupção.
- Os mecanismos de elaboração orçamentária das três esferas e a não-obrigatoriedade de cumprimento dos Orçamentos, propiciando o desvirtuamento das relações políticas e a realização de negociatas ligadas tanto ao planejamento dos investimentos quanto à liberação de verbas.
- O alto de grau de ineficiência administrativa da maioria dos estados e municípios brasileiros, que conduz à elevada incidência de corrupção nesses âmbitos, na prática imanejável pelos mecanismos de controle existentes.
- A descoordenação dos mecanismos de prevenção e controle e o mau trânsito das informações entre eles no que tange a dados bancários e fiscais.
- A tendência ao descumprimento da legislação de licitações e contratos, seja na sua letra, seja principalmente em seu espírito, levando à incidência de critérios subjetivos que afetam a participação de interessados e o julgamento de propostas, incluindo-se o desvirtuamento de projetos financiados por agências multilaterais. Em particular, a eliminação das modalidades de licitação de "técnica" e de "técnica e preço", que invariavelmente resultam em decisões dirigidas.
- A inobservância da estipulação constitucional que assegura a toda pessoa acesso a informação detida pelo Estado, situação que faculta aos agentes públicos o papel de censores daquilo que os cidadãos podem conhecer. A informação é o melhor inseticida contra a corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 35 minutos.)

(OS Nº 15103/05)

DISCURSOS PROFERIDOS PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 4 DE AGOSTO DE 2005, QUE, RETIRADOS PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICAM.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem – e a sessão era presidida pelo Senador Renan Calheiros –, com base nas resoluções que criaram o Código de Ética e Decoro Parlamentar no Senado e na Câmara e com fulcro no art. 55 da Constituição Federal, eu indagava à Mesa se havia possibilidade de uma eventual cassação do mandato do Deputado José Dirceu, à época dos malfeitos Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, por esses episódios hoje crivados pelo justo deboche popular de mensalão. Eu perguntava isso. E a resposta que obtive foi parecida com a que eu pensava. O Presidente Renan Calheiros, no entendimento dele e da Mesa, dizia que o referido Deputado teria que ser, primeiro, processado por crime de responsabilidade no Supremo Tribunal Federal e que só bem mais tarde poderia chegar aqui um eventual pedido de cassação de seu mandato. Ou seja, ressaltei que se S. Ex^a – e fui subjetivo –, a meu ver mentiu o tempo todo, mentiu, mentiu, mentiu, mentiu o tempo todo, acertou só quando disse que seu nome era José Dirceu de Oliveira e Silva, o resto foi mentira, por outro lado – é uma forma nova de mentir –, usou de uma valentia falsa, dizendo: “Não renuncio”. Aí o telespectador desavisado diz: “Ele é diferente do Valdemar Costa Neto. O Valdemar Costa Neto correu da raia. Ele, não. Ele vai defender sua honra”.

O que precisa ficar claro é que ele não estava defendendo coisa de honra nenhuma, porque não precisava renunciar, até porque o entendimento dele era o de que não estaria ao alcance dos seus pares da mesma maneira que estaria ao alcance dos seus pares agora o Deputado Valdemar Costa Neto. Então, ele usou de uma bazófia, enfim, sentindo-se o próprio guerrilheiro andante, já que não poderia ser cavaleiro andante – não se usa mais cavalo. Eu

quis só dizer que não tem bravura alguma, nenhuma valentia nisso. Ele está se achando acobertado pelo fato de, não estando no exercício da atividade parlamentar, ter que ser processado primeiro junto ao Supremo Tribunal Federal.

Muito bem, levantei, Sr. Presidente, por outro lado, alguns precedentes que podem inquietar o Deputado José Dirceu. Alguns precedentes. Caso do Senador Luiz Estevão: cassado pelo escândalo no Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, fato ocorrido antes inclusive de o Sr. Luiz Estevão chegar ao Senado da República.

Deputado Hildebrando Pascoal: cassado – os três, aliás, muito bem cassados a meu ver – pelos crimes da motosserra, cometidos também antes de essa figura se eleger Deputado Federal.

Deputado Féres Nader: cassado pela chamada CPI dos Anões do Orçamento, sem exercer um único dia de mandato.

Ou seja, há precedentes na Casa indicando que S. Ex^a poderá ser cassado, sim, se seguirmos os precedentes.

Portanto, peço que a Mesa consigne essa dúvida que agora perpassa a minha cabeça, o meu cérebro, até para vermos se, de fato, tem toda essa valentia, toda essa disposição de luta o Ministro José Dirceu.

E ainda, Sr. Presidente, encaminho um requerimento à Mesa propondo voto de aplauso ao Município de Coari, no Estado de Amazonas, que acaba de fazer aniversário, tendo lançado o seu plano de desenvolvimento estratégico, e agora passa a cidade a ser carinhosamente chamada de Nova Coari Basicamente, registro o aniversário do Município.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de mais nada, leio aqui nota distribuída à imprensa brasileira pelo ex-Ministro Eduardo Jorge Caldas Pereira a respeito do pedido de desculpas a ele dirigido pelo Sr. José Dirceu, durante o seu último depoimento ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Segundo disse o Sr. José Dirceu, arrependeu-se de ter difamado ou prejudicado o Ministro Eduardo Jorge Caldas Pereira.

A incisiva nota do ex-Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República no período do Presidente Fernando Henrique Cardoso tem o seguinte teor:

O reconhecimento do Sr. José Dirceu de que errou e me prejudicou chega de forma e em circunstância impróprias.

Na verdade, desde o início José Dirceu, Lula e os demais detratores sabiam que eu era inocente mas mentiram seguindo apenas suas conveniências político-eleitorais.

Vieram as provas de minha inocência e não apenas não se retrataram mas prosseguiram com sua campanha, esta sim, de linchamento público.

Agora, que indícios se avolumam contra eles, o ex-chefe da Casa Civil ostenta o “arrependimento” [o Sr. Eduardo Jorge coloca aspas na palavra arrependimento, acreditando que é um falso arrependimento] de ter me acusado com calúnias deixando a impressão de que busca proteger-se de suas culpas atrás da minha inocência.

O Presidente Lula, que em suas parlapates investe contra pré-julgamentos e culpa a imprensa, perguntou certa vez: “quem tirará da cruz aquele que lá foi posto injustamente?”

Triste país aquele cuja palavra e conduta do Presidente não podem ser levadas a sério. Lula me acusou de forma mentirosa, de corrupção, mas não foi lá, como cobra aos outros nos palanques, assumir a responsabilidade de “tirar da cruz” quem ele mesmo pôs.

E prossegue o ex-Ministro Eduardo Jorge:

Sabia e sabe que mentiu mas jamais se retratou. Agora, pigmeu da ética, usa o falso discurso de que sempre esperou provas antes de condenar seus adversários políticos.

Aí prossegue no seu último parágrafo o ex-ministro Eduardo Jorge:

Mente e nos enoja mais uma vez. É o mais hipócrita de todos e o que mais precisa levar intensivas lições de honestidade, responsabilidade e ética, coisas que desde sua infância sua mãe [...] tentou inculcar-lhe, sem sucesso.

Isso vai para os Anais, Sr. Presidente.

Eu estou vendo a crise avultar em tamanho, estou vendo um Governo incapaz de gerenciá-la ou de demonstrar caráter para a ela responder com fatos regeneradores.

O Presidente Lula ontem apareceu vestido com um chapéu de vaqueiro, de cangaceiro, sei lá o quê, e dizendo impropérios, tolices. Nenhum brasileiro

de bom senso – e eu diria até que não precisa ter muito bom senso – discorda da idéia de que este, talvez, seja o Presidente que mais tolices por minuto profere ao longo do seu período de governo. Tolices, tolices e mais tolices. Vulgariza o exercício do mandato presidencial, aniquila a liturgia do cargo, não respeita a solenidade e a majestade do cargo de Presidente da República; fala todas as vezes para aumentar a crise, porque não revela a capacidade e o preparo para diminuí-la, até porque foge das soluções verdadeiras, que são a punição dos culpados desse escandaloso caso de corrupção, dividido em mil subcasos, do Governo dele.

Chego a dizer, Sr. Presidente, que me espanta ter iniciado no Governo em 1º de janeiro de 2003 e, dois anos e meio depois, estar esse mesmo Governo paralisado e paralisando o País com explosões de crises éticas e de corrupção em praticamente todos os escaninhos do seu Governo; um atrás do outro, cada escaninho revela casos e casos de novos episódios de corrupção. Onde quer que se aperte, qualquer tecido deste Governo, sai algo purulento. Essa é a verdade.

Eu pergunto: se fosse um governo de 12, 8, 7 ou 6 anos, daria para compreender com muita dificuldade e sem menos asco. Mas é um governo de dois anos e meio, e o primeiro caso grave explodiu, publicado pela revista **Época**: o caso Waldomiro Diniz. De lá para cá, não pararam as denúncias e os escândalos. Até que, de repente, tudo de uma vez explodiu. Tudo de uma vez irrompeu, como se tivesse havido uma ação concertada para, no poder, fazerem isso.

Eu não confundo este Governo com a maioria esmagadora dos militantes, que são honrados, do Partido dos Trabalhadores; nem considero que a maioria dos Parlamentares do Partido dos Trabalhadores não seja, ela própria, honrada também. Considero, sim, que uma minoria sem honra qualquer, esta foi capaz, de maneira articulada, porém insustentável, de entrar em todos os recantos do Governo atrás de oportunidades para se cevarem da coisa pública.

No começo, militante de esquerda que fui ao longo de minha vida, tentei arranjar desculpas do tipo: Puxa, eles estão roubando, é verdade, mas, no fundo, estão pensando que, com isso, vão obter as reformas de que o Brasil precisa. Eles estão querendo, no fundo, imaginar que a partir daí vai nascer um mundo melhor.

Hoje, verifico que roubo é roubo. Não existe roubo de esquerda, roubo socialista, roubo idealis-

ta, roubo progressista. Roubo é roubo. Roubo significa: roubou aqui, criança na rua acolá; roubou aqui, prostituição infantil acolá; roubou aqui, desemprego acolá. Essa é que é a verdade.

Estou chegando à conclusão de que não dá nem para tentar mascarar com qualquer poesia algo que para mim é uma ação de rapina mesmo aos cofres públicos – rapina pura, simples e organizada.

Hoje, corre um boato terrível, envolvendo mais uma ligação do Sr. Marcos Valério com o oficial. Consultei a repartição competente e não me referirei a ele antes de ter a confirmação, mas são indícios claros de que esse Governo não tem caminho neste País, indícios nítidos e claros.

Agora mesmo, na chamada Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, que era para ter sido instalada logo após os eventos Waldomiro Diniz/José Dirceu, essa CPMI que cretinamente tentaram inventar que seria também CPI da compra de votos para reeleição do Presidente Fernando Henrique, sabendo eles que essa era uma tentativa de intimidação, porque não tem ninguém interessado em discutir mesmo mais do que compra de votos ocorridas por esse mensalão e comprovadas pelas ações públicas e notórias do Sr. Marco Valério, que virou um certo embaixador plenipotenciário desse Governo junto a empresas e ao Governo de Portugal. Está aí a imprensa brasileira registrando esse fato, está aí o Ministro António Mexia, de Portugal, registrando e confirmando esse fato também; está aí mais um profecia do Sr. Roberto Jefferson se confirmando, neste indigitado país que é o Brasil.

Mas, essa CPMI, que estava sendo tratada como de segunda categoria, ou seja, dizia-se que se iria tratar de caso que já passou ou que já estava sendo analisado pelo Ministério Público, que já estava sendo analisado há muito tempo pela Polícia Federal, que de lá não saíam muitos coelhos se aquilo ali fosse um mato.

Hoje, o representante da GTech foi lá e começou a dar nomes, tanto para o Sr. Fulano, tanto para o Sr. Beltrano, envolvendo o Sr. Rogério Buratti. Isso é muito grave e as explicações têm de ser dadas claramente. Aconselho o Ministro Antônio Palocci a não perder tempo para dar explicações muito claras e evitar transtornos para a sua credibilidade como gestor da economia brasileira. Lá chega o representante da GTech e fala coisas surpreendentes.

Hoje, eu estou sentindo dificuldades em ser parlamentar de oposição, é difícil. Antigamente, eu recortava um malfeito ou outro de manhã, vinha para cá, e o dia estava ganho. Hoje, faço o quê? Eu trago

o jornal todo? Todos os jornais? Pega-se qualquer jornal brasileiro e vê-se que 60% do primeiro caderno de qualquer jornal brasileiro se refere à corrupção deste Governo.

Se eu fosse jornalista, eu iria priorizar o quê? No episódio de Santo André, já vimos um diálogo do Sr. Gilberto Carvalho tratando com o Sr. Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, como se fossem iguais. O Sr. Sérgio Sombra dizia da prisão: “Olha, não posso ficar aqui não. Dá um jeito aí para me tirar daqui. Não estão acreditando na minha versão da porta” – que a porta se abriu enfim. E o secretário particular do Presidente da República responde: “Fica calmo, Sérgio. Eu vou dar um jeito. Olha, Sérgio, não é bem assim”. Há a intimidade entre eles e há a gravidade do caso.

As televisões deram a esse fato a importância que ele mereceria se o Brasil fosse normal? Não deram. Saiu numa das emissoras brasileiras exaustivamente, saiu num cantinho de página. Qualquer desses escândalos, Sr. Presidente, seria bastante para tumultuar a vida de um governo equilibrado. Todos juntos tumultuam mesmo é a vida de uma nação que está desequilibrada pela ação desequilibrada de um governo anormal e corrupto. Essa é que é a verdade. Qualquer das denúncias de **per se** deveria ser tomada na conta da mais alta gravidade. Todas juntas estão causando uma verdadeira sensação de mesmice. Parece até que, quando isso acabar – e essa tormenta vai acabar de um jeito ou de outro –, as pessoas, Senador Mão Santa, vão dizer assim: “Puxa, mas o que houve? O Brasil está anormal? Não tem mais denúncia de corrupção? Acabou? Estão tratando agora de quê? De política internacional? Estão tratando agora de discutir reformas estruturais da economia?”

O brasileiro está ficando acostumado à idéia de que a televisão registra corrupção, o tempo inteiro dos jornais televisivos, e que jornal é feito para denunciar corrupção também. E é. Anormal é ter corrupção nesse nível, endêmico e epidêmico, o que está ocorrendo no governo do Presidente Lula.

Quando eu ouvi o Sr. Roberto Jefferson dizer que, nesse episódio da PT... Não era do PT, era da PT, a Portugal Telecom. Não podemos confundir “a”, com “o”. Era uma história de emissários do PTB e do PT indo até a PT. Temos de saber aplicar bem o artigo definido. “O” menino, “a” menina; “o” homem, “a” mulher; “o” leão, “a” leoa; “o” elefante, “a” aliá; “o” PT, “a” PT. Mas “a” PT não é feminino de “o” PT. Não. Foi parceria, talvez. O PT não é casado com a PT. Estou dizendo isso, porque o elefante é casado

com a aliá, mas o PT não é casado com a PT. Nós temos de separar isso com muita correção, porque estão mexendo no nosso conhecimento da língua portuguesa. Então, a PT é a Portugal Telecom e o PT é o Partido dos Trabalhadores.

No dia 24 do mês não-sei-qual, segundo o Sr. Roberto Jefferson – isso já foi confirmado –, saíram daqui emissários do PTB e do PT para conversar com a PT. Muito bem. O Sr. Marcos Valério chega lá e diz: “Eu sou representante do Presidente Lula, falo em nome do Governo, sou uma espécie de diplomata” – só faltou ele dizer isso –, “sou uma espécie de embaixador do país junto a esse Ministro, embaixador informal”. E quem pediu, também, pelo encontro dele com o Ministro Antônio Mexia? O Sr. Horta, diretor ou presidente da PT, da Portugal Telecom. É um pouco demais.

Conhece-se o modo como o Sr. Roberto Jefferson opera as suas denúncias: a conta-gotas e com precisão. Os fatos, desmentidos, depois vão sendo confirmados por outros dados e informações que S. Ex^a, o Deputado Jefferson, tem. Em relação ao governo com o qual rompeu, parece que ele faz um exercício de sadismo. Ele se porta como se fosse uma aranha e o governo todo uma mosca que caiu na teia. Perceba, Sr. Presidente, que a aranha não vai logo em cima da mosquinha. A aranha fica olhando. Se não estiver com fome, não vai; ela fica só olhando. A mosca se debate, se debate até ficar imóvel na teia. Quando, e se, a aranha quiser, ela vai lá e engole a pobre mosquinha. E olhem que o Sr. Roberto Jefferson está sendo acusado de muitas coisas graves: Correios, IRB e outros que tais. Não dá para esquecer isso em nenhum momento. Não dá para esquecer. Não estou com nenhum projeto aqui para fazer uma estátua para ele. Podem procurar nos Anais da Casa e verão que não há nenhum projeto meu propondo uma estátua para o Sr. Roberto Jefferson, não há mesmo. Ouço tudo o que dizem e tudo o que ele tem dito tem se confirmado.

E mais ainda: os malfeitos de que ele é acusado se passaram em que governo? Do Marechal Deodoro da Fonseca? Essa história de Correios, de IRB e de não-sei-o-quê aconteceram no governo do Marechal Floriano Peixoto? Rodrigues Alves? Delfim Moreira? Fernando Henrique Cardoso? Juscelino Kubitschek de Oliveira? João Belchior Marques Goulart? Jânio da Silva Quadros? Marechal Arthur da Costa e Silva? General Emílio Garrastazu Médici? Não, tudo se passou no passado no governo do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva.

E o Ministro José Dirceu atribui ao Sr. Roberto Jefferson o cometimento de vários atos denunciados. Faz isso como se ele não fosse o capitão do time, como se não fosse o tal primeiro-ministro informal de um governo que tinha um presidente de brincadeira e tinha, ao mesmo tempo, um presidente formal, que era ele; como se o desgoverno não tivesse a ver com ele, como se ele não fosse responsável pelo desgoverno, como se ele não tivesse a cara do desgoverno. Aliás, ouvíamos muito aquela história: “Eu sou profissional”. E vimos todo o profissionalismo dele se esboroar como um castelo de cartas, porque não conseguiram dar rumo ao País nem sequer rumo ético, básico, mínimo para o País.

Sr. Presidente, estou estarecido. Outro dia, tive uma certa ilusão. Eu disse: “Amainou, vai acabar; agora acaba esse bando de denúncias, isso aí já é grave demais. Isso aí, depois, vai se consolidar num todo muito grande e virão os processos”. Essa gente já tem problemas para este governo e teria para mais alguns anos. Deram outro dia uma folga de 24 horas, depois novas denúncias e mais outras denúncias e mais novas denúncias e mais outras denúncias, a ponto de eu ter que concluir tentando fazer algum humor.

É como aquela história do bar – já disse isso várias vezes, não é inédito. No bar, quando as pessoas estão exagerando na bebida e não querem sair dali, dizem: “Vamos tomar a saideira!” Não é a saideira. “Vamos tomar a pré-saideira, a saideira”, depois, “agora, sim” – levantam –, “vamos tomar a expulsadeira”. Depois da expulsadeira, tem mais umas vinte expulsadeiras, e vão ficando. É o quadro que associa a esses casos de corrupção que estão acontecendo aí, a busca desesperada por companhia.

“Ah, mas sempre foi assim! Marcos Valério operou assim em Minas, sempre foi assim”. Nunca foi assim. Em um país que sempre teve a corrupção como um dos seus fatos, nunca foi tão assim. O Sr. Fernando Collor é julgado de pequenas causas se comparado ao que está acontecendo, Sr. Presidente. Daqui a pouco ele vai requerer pagar uma multa de trânsito. Vão tirar 15 pontos da carteira de motorista, equivalente a um avanço de sinal, e ele acaba sendo beatificado, porque o estão superando em reais, em dólares, ele está sendo superando em eventos, em ousadias, em organização. Estão superando em tudo aquele momento que todos diziam que teria sido o fundo do poço da desagregação ética neste País.

No mais, imaginar que um país como o Brasil, terceiro-mundista, um país com atrasos estruturais, teria algum governo que não apontasse desvios

éticos ou que não pudesse ter desvios éticos seus apontados seria idealizar demais. O governante mais honesto sabe que, em algum momento, num país parecido com o Brasil, alguém está fazendo alguma coisa errada no governo dele. É diferente de ele permitir, é diferente de ser sistêmico, é diferente de ter um projeto.

Repito – e também não é inédito – que outra coisa me chamou muito a atenção. O Ministro da Saúde que foi demitido entra e, tempos depois, acontece esse escândalo dos vampiros. Como eles são apressados, tentaram dizer que era uma coisa do Governo passado, depois viram que era tudo vampiro novo. Havia lá um “esqueminha” de superfaturamento de remédios, enfim, essa tal corrupção estrutural que vemos em um País como o Brasil. E aí calaram a boca, ficaram quietinhos porque perceberam que o que era pequenininho e não era percebido pelos Ministros de antes passou a ser grande e oficial, porque passou a ser ajudado pela nova gestão.

Houve um deles, um dos principais assessores do antigo Ministro que entrou, e é só pegarmos os jornais da época, Senador Mão Santa, e 15 dias depois da sua nomeação ele estava dentro da tal máfia. E aqui a coisa cresceu. Aí eu falei: Meus Deus, isso não é um corrupto, isso é um perdigueiro, porque ninguém escamoteia coisa alguma do olfato de um perdigueiro. Esse homem entrou e, ao invés de se preocupar com os doentes de Aids, ao invés de se preocupar com os doentes da miséria brasileira, ele imediatamente detectou que lá havia algo de bom para os seus maus instintos. É só pegarmos a cronologia da época. Eu me esqueço da figura, não me cobrem de memória, porque não dá para eu lembrar nome de corrupto agora. Estão fazendo aquele teste comigo de “O Céu é o Limite”, então eu tenho que saber tudo da vida de fulano de tal. Eu não tenho cabeça de computador para ficar dando nome de todos esses corruptos que estão sendo alinhados todos os dias nos jornais.

Mas o fato, Sr. Presidente, é que aqui está a carta do ex-Ministro Eduardo Jorge que peço seja incluída nos Anais da Casa. Aliás, nem precisava de tudo isso. Dou como lido um pronunciamento em que repito com outras palavras e em outra direção basicamente isso que tem sido a minha pregação e lhe digo, Sr. Presidente – ao concluir, peço a V. Ex^a um pouco mais de tolerância –, que o que me preocupa, mais até do que a crise, é não termos o tamanho da crise delimitado. Não o temos. Não sei até onde vai essa crise, então, como enfrentá-la? O Presidente não quer assumir responsabilidades, acredita que

jogando a culpa nas elites ele se repurifica, acredita que se tomar o seu banho no rio Jordão vai voltar purificado. Não vai. O Presidente, sem dúvida alguma, precisa mudar o seu perfil e parar de boicotar as investigações pela via das falsas conspirações que denuncia. Por outro lado, nós todos e cada um de nós temos a obrigação de imaginar que uma hora – isso é desejável – a crise acabe. Agora, quando, Sr. Presidente? Quando?

Para a crise evoluir, não depende nem da evolução das investigações nas CPIs, não depende da ação de nenhum opositor. Faço aqui um desafio: se todos nós da Oposição nos retirarmos por três meses desta Casa, a crise não pára porque não foi inventada por nós. A crise não pára, a crise não se detém, a crise ganhou uma velocidade própria e essa velocidade é de bola de neve, ela é avassaladora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Portanto, revelo a minha preocupação e...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ao concluir, Sr. Presidente, digo do desejo que tenho de ver o Brasil encontrar o seu caminho. Eu gostaria de usar essas formas. Eu não vou usar chapéu de vaqueiro, não vou me fantasiar de roqueiro. Nada disso. Eu não sou roqueiro nem vaqueiro. Não vou. Meu traje é esse aqui: paletó e gravata. Quando não estou trabalhando uso o traje comum, o das pessoas normais. Não creio que isso resolva crise nenhuma. É uma brincadeira para com um povo que não merece qualquer tipo de brincadeira de mau gosto. Quero saber até que ponto teremos um desgoverno ao sabor da crise. Até que ponto fingirão não vê-la, até que ponto ficarão instalados em uma cratera lunar, viverão como um marciano, como um venusiano, sem prestar atenção no fato de que começa a haver pessimismo, sim, na economia produtiva brasileira.

Os mercados financeiros ainda estão otimistas porque não viram os sinais mais graves acontecerem. A outra economia, a das indústrias, a dos serviços, já está profundamente preocupada e pessimista.

O quadro, portanto, Sr. Presidente, é grave...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ... para cento e oitenta milhões de brasileiros. Há um credo que está tudo muito bem: aquele que diz que teremos que engoli-lo mais uma vez. É o Presidente assumindo um papel de sub-Zagalo. Zagalo, ao menos, deu títulos ao Brasil, títulos do qual nos orgulhamos. Somos pentacampeões mundiais. Não

queremos um campeonato de corrupção, de aliança política, por parte do primeiro mandatário da Nação, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é nem um pouco correta nem decente a insistência do Governo Lula em jogar sobre os meios de comunicação a culpa por muito do que aí está, enlameando a Nação.

Isso não bom. É uma fala que cheira a controle da imprensa. E bem que o Governo Lula andou tentando criar mecanismos de controle, de dirigirmos ou de censura, como o famigerado e falecido Conselho Nacional de Jornalistas.

Imagino que sem a imprensa dificilmente a Nação ficaria sabendo que a sede do Governo estava virando um QG da corrupção.

E aí, tolhido naquela ditatorial invenção do tal Conselho, vem o Presidente e diz: a imprensa só publica as coisas ruins. Sem perceber que seu Governo, esse da República Petista, é a matriz das coisas ruins.

De destemperos em destemperos, ontem a Nação viu-se obrigada a escutar aquele espalhafatoso vão ter que me engolir.

É o caso de perguntar:

Engolição é coisa ruim?

Essa engolição aí é mais do que ruim. É péssima.

Essa coisa ruim ou péssima está na primeira página dos jornais desta manhã.

É outro caso de perguntar:

Quem foi que inventou isso? Foi seu Cabral no dia 21 de abril, dois meses antes do Carnaval? Ou foi o detentor do mais alto cargo da República?

Como diz hoje na Folha o jornalista Clóvis Rossi, o risco para Lula não é o de engolir ou ser engolido, mas o de ser folclorizado.

Mais aspas para Clóvis Rossi:

Lula faz muita agitação, fala muito (e diz muito pouco, quase nada), anda de um lado para o outro (ou voa daqui para lá e de lá para cá), mas não mostra pulso para enfrentar o problema (a crise).

Seus discursos são erráticos, repetitivos, carregados de auto-elogios, de bravatas, de um mesianismo sem Messias, portanto oco.

Quem sabe o Presidente não está querendo se transformar no chamado Santo do Pau Oco?

Para quem anda dizendo que de nada sabia, de mensalão ou acerca de outros que tais, nem a santidade salva o Presidente.

Revelou-se ontem e está no noticiário de hoje que a entrevista do Presidente Lula a um desses programas de auditório de tv, do tipo bufo e até truão, foi, como aquela do sofá nos jardins de um palácio em Paris, pura montagem e encenação patrocinada pelo Palácio do Planalto.

Diz o começo da notícia:

“O ex-líder do PMDB na Câmara José Borba (PR) pode acabar renunciando ao mandato para não revelar para quem foram os recursos. Boa parte dos R\$ 2,1 milhões teria como verdadeiro destinatário o apresentador Carlos Roberto Massa, o Ratinho, seu compadre. O repasse seria para bancar espaço cedido pelo apresentador ao presidente Lula na “entrevista-churrasco” transmitida pelo Programa do Ratinho veiculado pelo SBT em 30 de abril de 2004.”

Naquele abril, resolvi não levar a sério a encenação histricomorfa de um canal de televisão. Montado como, nele mencionaram meu nome, mas achei que, em respeito ao povo brasileiro, não deveria analisar nada que cheirasse a mau gosto.

Depois, houve um repeteco, já aí numa poltrona colocada no gramado de um palácio de Paris, com o Presidente falando a uma apresentadora de quem ninguém jamais ouvira falar. Coisas dudeanas.

Por isso, Sr. Presidente, para que passem a constar dos Anais do Senado essas ameaças de dirigismo ou de censura à imprensa, estou anexando a este pronunciamento o artigo do jornalista Clóvis Rossi, bem a propósito, e a notícia do jornal O Estado de S. Paulo, a propósito do programa mencionado.

Além disso, Sr. Presidente, será muito bom que o historiador do amanhã disponha de sólidos elementos para avaliar a triste história da República Petista.

A notícia, publicada hoje por todos os jornais e no **Estadão**, sobre os vetos da Justiça à prestação de contas da campanha da ex-prefeita Marta Suplicy, é mais um dado para a avaliação do historiador.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CLÓVIS ROSSI

Crise, humor e grandeza

SÃO PAULO - Memória é coisa traiçoeira. Mas, ainda assim, ousou supor que jamais houve esculhambação com um presidente da República igual à que foi ao ar anteontem, no "Casseta e Planeta".

Tudo bem que humor a favor não tem a menor graça, mas confesso que fiquei meio petrificado pelo deboche. Antes que alguém pense que estou criticando ou pedindo censura aos bravos rapazes do "Casseta", que fique claro: eles é que devem saber a dosagem de humor e esculhambação que querem usar contra quem quer que seja.

Se a dose for exagerada, o público certamente reagirá, e não consta que o tenha feito até agora.

Ao contrário do que pensa o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a julgar pelas declarações de ontem em Pernambuco, a crise não nasceu do medo, suposto ou real, de seus potenciais adversários.

Nasceu, como confessa até José Dirceu, da "tragédia" do PT.

O risco para Lula, portanto, não é o de engolir ou ser engolido, mas o de ser folclorizado. Políticos rejeitados (vide, entre outros, Paulo Salim Maluf) podem, mesmo assim, conseguir longa sobrevida.

Já políticos folclorizados podem até sobreviver indefinidamente, mas serão sempre menores.

Líderes de fato revelam-se na crise. Lula, ao contrário, não consegue sobrepor-se a ela. Faz muita agitação, fala muito (e diz muito pouco, quase nada), anda de um lado para o outro, mas não mostra pulso para enfrentar o problema.

Seus discursos são erráticos, repetitivos, carregados de auto-elogios, de bravatas, de um messianismo sem Messias, portanto oco.

Sua reforma ministerial, em resposta à crise, foi pífia.

É pouco, muito pouco, para o líder de um partido que vive assumidamente a sua maior tragédia e de um governo em crise.

@ - crossi@uol.com.br

Quinta-feira, 4 de Agosto de 2005

Entrevista a Ratinho teria custado R\$ 2,1 mi

José Borba, que deve renunciar, diz que intermediou pagamento

Christiane Samarco

Incluído na lista dos que receberam dinheiro de Marcos Valério, o ex-líder do PMDB na Câmara José Borba (PR) pode acabar renunciando ao mandato para não revelar para quem foram os recursos. Boa parte dos R\$ 2,1 milhões teria como verdadeiro destinatário o apresentador Carlos Roberto Massa, o Ratinho, seu cunhado. O repasse seria para bancar espaço cedido pelo apresentador ao presidente Lula na "entrevista-churrasco" transmitida pelo Programa do Ratinho veiculado pelo SBT em 30 de abril de 2004.

Na tentativa de dar mais veracidade à afirmativa de que não havia mensalão no PMDB e ele não embolsaria dinheiro de Marcos Valério, Borba contou a dois integrantes da cúpula do PMDB que havia apenas intermediado um pagamento. E deu a entender que pode renunciar para encobrir o velho amigo.

Não existe, porém, nenhuma confirmação de que a iniciativa de "patrocinar" a entrevista tenha partido de Lula ou de algum integrante do governo. A Secretaria de Imprensa da Presidência divulgou nota informando que "a entrevista (a Ratinho) foi concedida atendendo à solicitação do apresentador, dentro de procedimento normal como todas as entrevistas que são pedidas e concedidas pelo presidente Lula".

Ao depor à CPI dos Correios ontem, a diretora-financeira da SMPB, Simone Vasconcelos, confirmou seis repasses a Borba. O ex-líder teria se recusado a assinar seu nome para retirar os valores do Banco Rural, porque não queria se identificar.

Um dos interlocutores do deputado diz que não é por acaso que o último repasse, no valor de R\$ 1 milhão, foi entregue a Borba em 5 de julho de 2004. Aquela altura, o programa especial gravado na Granja do Torto, em Brasília, no dia 21 de abril, já havia sido exibido em rede nacional pelo SBT.

Colaboradores de Lula informaram na ocasião que a "entrevista-churrasco", com cinco horas de duração registradas por seis câmeras do SBT, era parte da ofensiva de marketing planejada pelo Palácio do Planalto. O objetivo era reverter a crise política e a queda de popularidade registrada em decorrência de uma série de greves no funcionalismo, uma onda de invasões do Movimento dos Sem-Terra (MST) e cobranças por um salário mínimo maior.

DEPRIMIDO

Os peemedebistas contaram que Borba está deprimido porque telefonou ao compadre pedindo autorização para revelar à imprensa o pagamento e ele lhe teria solicitado que não falasse nada e aguardasse um pouco mais. O pedido de Borba tem uma razão que vai além da amizade e do compadrio. É que o apresentador teria financiado a campanha do deputado. Ratinho teria colocado, inclusive, um jatinho para que ele percorresse o Paraná em campanha.

Os peemedebistas acreditam que Borba vai preferir a renúncia à delação pública de seu compadre e financiador de campanha, que "certamente" não teria declarado oficialmente o pagamento recebido.

Foi justamente a eleição de 2002 que aproximou Ratinho, que já foi deputado, e o candidato Lula, apoiado pelo PMDB de Borba no Paraná. Os contatos entre eles se estreitaram a ponto de a grande entrevista exclusiva ter sido acertada pelos dois em um café da manhã em Brasília, um mês antes do churrasco no Torto. A entrevista teria custado caro porque incluiu a participação especial da dupla sertaneja Bruno e Marrone, que cantou para e com Lula.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

ELEIÇÕES 2004

Há problema na organização financeira da campanha; PT vai recorrer

Marta tem contas eleitorais reprovadas pela Justiça de SP

CONRADO CORSALETTE

DA REPORTAGEM LOCAL

O juiz Francisco Guimarães Peret Filho, da 1ª Zona Eleitoral de São Paulo, reprovou ontem as contas da campanha à reeleição da ex-prefeita Marta Suplicy (PT) e do comitê financeiro petista.

Nas decisões, o juiz aponta problemas em recibos eleitorais, na comprovação de despesas e na organização financeira da campanha, que unificou gastos de vereadores e de Marta num só comitê.

O presidente do PT paulistano, deputado estadual Ítalo Cardoso, disse que o partido entrará com recurso no TRE (Tribunal Regional Eleitoral) na próxima segunda-feira (leia texto nesta página).

Na prática, a reprovação das contas de Marta não barra suas intenções políticas - ela é pré-candidata do PT ao governo do Estado nas eleições do ano que vem. Os problemas que a Justiça Eleitoral diz ter encontrado, porém, podem ser usados em eventuais ações do Ministério Público Estadual contra a ex-prefeita.

Na análise da prestação do comitê financeiro petista, Peret Filho afirma que, mesmo com novas documentações enviadas pelo partido aos autos "no apagar das luzes" -a expressão se refere ao fato de o PT ter anexado papelada nos últimos dias às prestações de contas-, gastos com publicidade, impostos e taxas, encargos sociais, bens e materiais permanentes, entre outros, ficaram sem comprovação formal do partido.

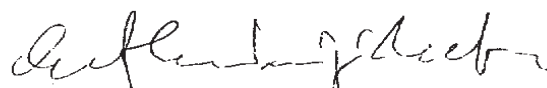
"Parte dos recursos arrecadados em espécie, no valor de R\$ 32.600, não transitaram pela conta bancária específica [do comitê]", diz o juiz em sua sentença.

Peret Filho afirma que os problemas com os recibos eleitorais -obrigatórios em qualquer doação feita a campanhas - foram centrais na avaliação das contas.

No caso de Marta, alguns foram extraviados e outros, apresentados sem a assinatura do doador, o que demonstra, segundo o juiz, um "verdadeiro descontrole do comitê financeiro no manejo dos instrumentos" para aferir a regularidade das prestações de contas.

O PT declarou ter gasto, via comitê financeiro único, R\$ 17,4 milhões na campanha do ano passado -parte do dinheiro foi para vereadores e parte para Marta. O comitê destinado às contas exclusivas da ex-prefeita apontou gastos de apenas R\$ 220 mil.

Para o juiz, ao constituir um comitê unificado, o partido fez com que a aplicação de recursos nas campanhas se confundissem.





Pois até entre os portugueses traidores houve algumas vezes.
Camões, poeta português

04/08/2005 : 13:55

Arrependimento tardio

Ao depor anteontem no Conselho de Ética da Câmara, o deputado José Dirceu (PT-SP) pediu desculpas ao ex-Secretário Geral da presidência da República na época de FHC, Eduardo Jorge Caldas Pereira, pelo mal que lhe fez.

Eduardo Jorge foi falsamente acusado por procuradores da República, partidos políticos e parlamentares de ter-se envolvido com supostas irregularidades no governo. A acusação ocupou largo espaço na mídia durante muito tempo.

A propósito do pedido de desculpas de Dirceu, Eduardo Jorge distribuiu nota que aqui transcrevo:

"O reconhecimento do Sr. José Dirceu de que errou e me prejudicou chega de forma e em circunstância impróprias.

Na verdade, desde o início Jose Dirceu, Lula e os demais detratores sabiam que eu era inocente mas mentiram seguindo apenas suas conveniências político-eleitorais.

Vieram as provas de minha inocência e não apenas não se retrataram mas prosseguiram com sua campanha, esta sim, de linchamento público.

Agora, que indícios se avolumam contra eles, o ex chefe da Casa Civil ostenta o "arrependimento" de ter me acusado com calúnias deixando a impressão de que busca proteger-se de suas culpas atrás da minha inocência.

O Presidente Lula, que em suas parlapatices investe contra pré-julgamentos e culpa a imprensa, perguntou, certa vez: "quem tirará da cruz aquele que lá foi posto injustamente?"

Triste país aquele cuja palavra e conduta do Presidente não podem ser levadas a sério. Lula me acusou de forma mentirosa, de corrupção, mas não foi lá, como cobra aos outros nos palanques, assumir a responsabilidade de "tirar da cruz" quem ele mesmo pôs.

Sabia e sabe que mentiu mas jamais se retratou. Agora, pigmeu da ética, usa o falso discurso de que sempre esperou provas antes de condenar seus adversários políticos.

Mente e nos enoja mais uma vez. É o mais hipócrita de todos e o que mais precisa levar intensivas lições de honestidade, responsabilidade e ética, coisas que desde sua infância sua mãe, ainda que analfabeta, tentou incutir-lhe, sem sucesso."

Enviada por: Ricardo Noblat

♦ O COMENTÁRIO ♦ COMENTE

P O R T A R I A
Nº 111 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

prorrogar os trabalhos da Comissão de Sindicância, instituída por meio da Portaria do Diretor-Geral nº 82, de 2005, objeto do Processo nº 014.567/04-0, por mais 30 (trinta) dias, para conclusão dos trabalhos.

Senado Federal, 05 de agosto de 2005

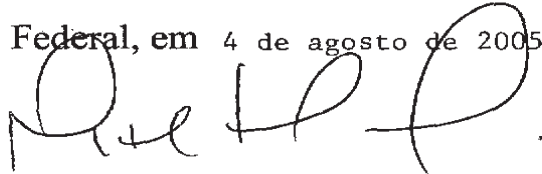

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3185 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012059/05-6**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CÁSSIO SIVIERI PEREIRA**, matrícula n.º 184485, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Aelton Freitas.

Senado Federal, em 4 de agosto de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3186 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012059/05-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SIDEMERON CAMPOS SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Aelton Freitas.

Senado Federal, em 4 de agosto de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 3187 , de 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF n.º 009009/96-5,

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioridade, cancelar a cota de 50% (cinquenta por cento) da pensão temporária concedida a **DANILO DA SILVA SANTOS**, na condição de filho menor, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para **ANA FONSECA DA CONCEIÇÃO**, na qualidade de companheira, alterando a cota de 50% (cinquenta por cento) para 100% (cem por cento) da pensão vitalícia, concedida pelo Título Concessório de 27/06/1996, dos proventos que percebia o ex-servidor **RAIMUNDO SANTOS**, matrícula 129437-ERGON, a partir da data da maioridade, 10/09/2001.

Senado Federal, 5 de agosto de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3188 , de 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF n.º 009009/96-5,

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioridade, cancelar a cota de 25% (vinte e cinco por cento) da pensão temporária concedida a JULIANA CONTENTE SANTOS, na condição de filha menor, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para DANILO DA SILVA SANTOS, na condição de filho menor, alterando a cota de 25% (vinte e cinco por cento) para 50% (cinquenta por cento) da pensão temporária, e manter a pensão vitalícia concedida a ANA FONSECA DA CONCEIÇÃO, na qualidade de companheira, na proporção de 50% (cinquenta por cento), concedida pelo Título Concessório de 27/06/1996, dos proventos que percebia o ex-servidor RAIMUNDO SANTOS, matrícula 129437-ERGON, a partir da data da maioridade, 30/12/1996.

Senado Federal, 5 de agosto de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3189 , de 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF n.º 009266/01-1,

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioridade, cancelar a cota de 25% (vinte e cinco por cento) da pensão temporária concedida a MÁRIO HENRIQUE DA SILVEIRA PERES, na condição de menor sob guarda, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para ANA BEATRIZ DA SILVEIRA, na condição de menor sob guarda, alterando a cota de 25% (vinte e cinco por cento) para 50% (cinquenta por cento) da pensão temporária, e manter a pensão vitalícia concedida a MARIA DE LOURDES DA SILVEIRA, na qualidade de cônjuge, na proporção de 50% (cinquenta por cento), concedida pelo Ato do Diretor-Geral nº 1252, de 2001, publicado no DSF do dia 02/08/2001, dos proventos que percebia o ex-servidor JOSÉ MÁRIO DA SILVEIRA JÚNIOR, matrícula 123721, a partir da data da maioridade, 19/08/2005.

Senado Federal, 5 de agosto de 2005.

AGACIEL DA SILVA MAIA

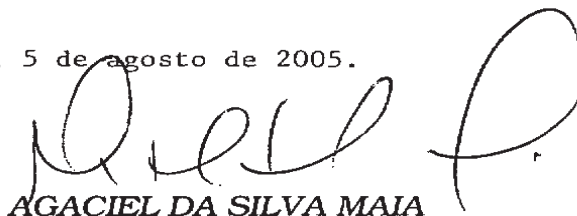
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3190 , de 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 011791/05-5,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "d", da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC n.º 41, de 31/12/2003 c/c a MP n.º 167, de 20/02/2004, conceder pensão vitalícia a MARIA JOSÉ LIMA CALADO, na condição de mãe, no percentual de 100% (cem por cento), dos proventos que percebia o ex-servidor JOSABEL RIBEIRO CALADO, matrícula 7227-ERGON, a partir da data do óbito, 02/07/2005.

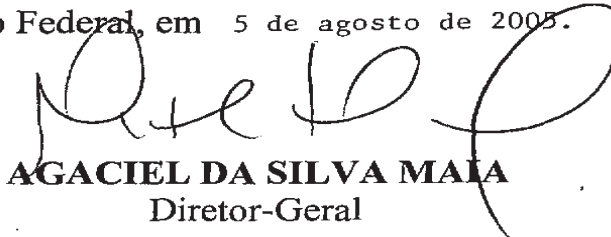
Senado Federal, 5 de agosto de 2005.

**AGACIEL DA SILVA MAIA***Diretor-Geral***ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3191 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012.098/05-1,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARCELLO MEDRONHO SIGWALT**, matrícula n.º 174893, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador Wellington Salgado.

Senado Federal, em 5 de agosto de 2005.

**AGACIEL DA SILVA MAIA***Diretor-Geral*

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3192 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012.099/05-8,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOÃO BATISTA SILVA GOMES**, matrícula n.º 171235, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Sérgio Zambiasi, a partir de 03 de agosto de 2005.

Senado Federal, em 5 de agosto de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3193 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012075/05-1,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **FRANROBISON RODRIGUES RIBEIRO**, matrícula n.º 183286, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Arthur Virgílio.

Senado Federal, em 5 de agosto de 2005.



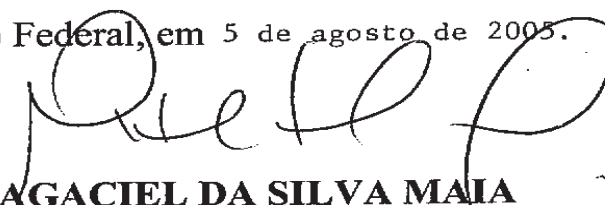
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3194 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012.156/05-1**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOSÉ ZITO OLIVEIRA DOS SANTOS**, matrícula n.º 189665, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Valmir Amaral.

Senado Federal, em 5 de agosto de 2005.



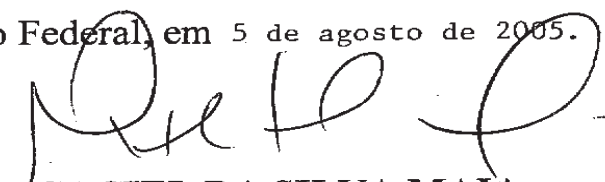
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3195 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012.133/05-1**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARIA DO SOCORRO FERREIRA GARRETO**, matrícula n.º 182592, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 5 de agosto de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3196 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012.104/05-1**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **VALTER FREIRE DA SILVA**, matrícula n.º 180595, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria.

Senado Federal, em 5 de agosto de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3197 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007.009/05-4,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2828, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3261, de 24/06/2005, que nomeou **MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 5 de agosto de 2005.

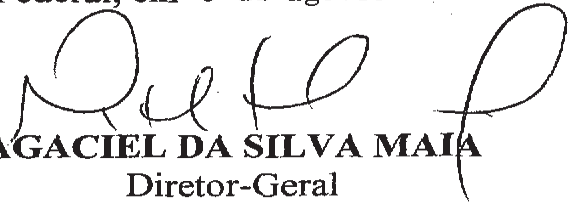

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3198 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012.104/05-1,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CÍCERA FREIRE DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria.

Senado Federal, em 5 de agosto de 2005.



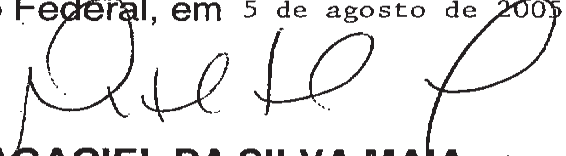
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3199 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta dos Processos n.ºs 007.009/05-4 e 009.765/05-0,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Senado Federal, em 5 de agosto de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3200 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012.094/05-6,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUCIANA OLIVEIRA GUIDINI DOS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Tasso Jereissati.

Senado Federal, em 5 de agosto de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3201 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012.093/05-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **NEUDSON DIAS DA COSTA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Tasso Jereissati.

Senado Federal, em 5 de agosto de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3202 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012.120/05-7**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LEONARDO MARÇAL PAES REBELO DE SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 5 de agosto de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3203 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012076/05-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MÁRCIA SEBASTIANA ALVES DE SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Arthur Virgílio.

Senado Federal, em 5 de agosto de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3204 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012.132/05-5**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ALEXANDRE DE PAULA DUPEYRAT MARTINS** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 5 de agosto de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3205 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012.155/05-5**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DENÍLSON DO NASCIMENTO FREITAS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Valmir Amaral.

Senado Federal, em 5 de agosto de 2005.



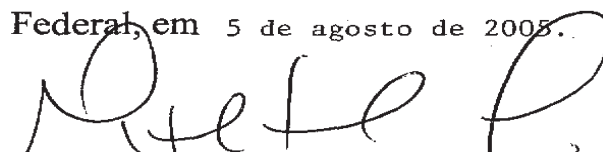
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3206 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012.153/05-2,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FRANCISCO ANTONIO COSTA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Valmir Amaral.

Senado Federal, em 5 de agosto de 2005.



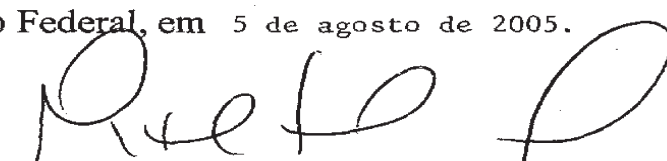
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3207 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012.134/05-8,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VICTOR LEÃO DE AQUINO BOTELHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PDT.

Senado Federal, em 5 de agosto de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Antonio Leite	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney	P - SOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tião Viana
	GOIÁS	P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	BLOCO - PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim		TOCANTINS
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	BLOCO - PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
BLOCO - PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Wirlande da luz

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho (Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo (Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo (Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares (Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho (Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares (Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello (Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente (Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira (Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**

(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 04.05.2005

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador CRISTOVAM BUARQUE Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 04.05.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 146 PÁGINAS